



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano XI - Nº 27
Maio 2020

Expediente

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

ISSN 2176-6452

EDITOR RESPONSÁVEL

Cesar Machado Domingues

EDITOR ASSOCIADO

Marcello José Gomes Loureiro

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050 | editor@historiamilitar.com.br

CONSELHO CONSULTIVO

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)

Luiz C. Carneiro de Paula (IGHMB)

Cesar Campiani Maximiano (USP)

Maria Teresa Toribio B. Lemos (UERJ)

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

CONSELHO EDITORIAL

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Wellington Amorim (Escola Naval)

Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval)

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF)

Dennison de Oliveira (UFPR)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (UNISUL)

DIAGRAMAÇÃO

Graphix Design | www.graphix.com.br



Imagem da capa: representação de batalha assíria

Descrição: Um cavaleiro inimigo é derrubado por dois cavaleiros do exército assírio. O cabelo e a forma da barba sugerem que os dois atacantes não seriam assírios, mas auxiliares estrangeiros. Os cavalos têm a usual decoração tripla com borlas no topo da cabeça e duas borlas presas nas rédeas. Atrás dos cavalos assírios, uma figura decapitada parece estar caindo. No alto à esquerda, num detalhe macabro, mas autêntico, um abutre voa carregando entranhas em suas garras e bico.

Painel de parede do reinado de Tiglate-Pileser III, por volta de 728 aC. Originalmente do Palácio Central de Nimrud (antigo Kalhu), Mesopotâmia, Iraque; reutilizado mais tarde no Palácio do Sudoeste. (Acervo do British Museum em Londres.)

Editorial

Começamos esta edição com o artigo do Professor Luiz Alexandre Rossi da PUC-PR analisando os instrumentos de ação que permitiram aos assírios construir seu império. Em seguida o Professor e Capitão de Mar e Guerra William Carmo Cesar, da Escola Naval, relaciona a construção do Império Russo com a busca por portos de água salgada, desde o século XII até o início do século XX. Daqui continuaremos no século XX com quatro artigos abordando o período da Segunda Guerra Mundial. O primeiro deles, escrito pelo professor Cesar Alves da Silva do PPGH da UFMT mostra a influência da Revista Militar Brasileira no processo de ‘americanização’ do Exército Brasileiro entre 1930 e 1945. O segundo, produzido por Heitor Henrique, doutorando pela UFPR, aborda a questão social e étnica na FAB. O trabalho seguinte, assinado em conjunto Jorel Lemes e Rafael Tavares, ambos do PPGRI da PUC-MG, discutem como o meio cinematográfico, em geral, pode retratar a história e a guerra. E quarto, produzido pelo pesquisador José Eleutério da Rocha da PMPR trata da relação entre a FEB e os militares estaduais do Paraná. Fechando a edição, Ricardo Luiz de Souza, do PPGH da Universidade Federal de Alfenas destaca o contexto histórico da produção do quadro ‘A Batalha do Avaí’, de Pedro Américo.

A todos que colaboraram para mais esta edição, nosso muito obrigado.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável

Sumário

<i>Pax Assyriaca: sem vitória não há paz</i>	5
Luiz Alexandre Solano Rossi	
De como a Rússia chegou aos Mares	20
William Carmo Cesar	
O colapso do figurino francês: a crescente americanização do Exército Brasileiro nas páginas da Revista Militar Brasileira	45
Cesar Alves da Silva Filho	
A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial: questão social e étnica	64
Heitor Esperança Henrique	
Trauma, guerra e arte: um estudo de caso do filme <i>Vá e veja</i> e sua relação com o culto da Grande Guerra Patriótica na União Soviética	79
Jorel Musa de Noronha Lemes Rafael Licínio Tavares	
Militares estaduais do Paraná e a Força Expedicionária Brasileira: de 1942 a 1951	96
José Eleutério da Rocha Neto	
Entre armas e pincéis: o quadro “Batalha do Avaí” e o seu contexto histórico de produção	113
Ricardo Luiz de Souza	
Livro em destaque	125
<i>A Face da Batalha</i>	

Pax Assyriaca: sem vitória não há paz

Luiz Alexandre Solano Rossi¹

Resumo

Pretende-se, com o artigo, perceber como a Assíria se constituiu como um império e quais foram seus instrumentos de ação que permitiram a conquista e a vitória diante de tantos outros povos. A pax assyriaca somente pode ser compreendida a partir de episódios de sofrimento extremo. Para os assírios em marcha, a construção da paz levava inevitavelmente à destruição dos povos que se encontravam no caminho..

Palavras-chave: pax assyriaca, militarismo, exército, história de Israel

Abstract

The purpose of this article is to perceive how Assyria became an empire and the instruments of action they used which made possible their victory and conquer of so many peoples. The pax assyriaca could only be understood out of extreme suffering episodes. For the Assyrians on the march, the construction of peace led inevitably to the destruction of the peoples who were on the way.

Key-words: pax assyriaca, militarism, army, history of Israel

Introdução

Impérios não são perenes. Eles vêm e vão. No entanto, todos eles clamam que o seu monopólio de poder deve ser mantido e expandido com o objetivo de levar ordem, civilização e paz a um mundo que se encontra em estado de anarquia e, para isso, insistem em pontuar sua pretensa perenidade. Para os impérios não pode existir paz desacompanhada da vitória. E, nesse sentido, a lógica

¹ Graduado e Mestre em Teologia - Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (1999), com pós-doutorado em História Antiga pela UNICAMP (2004) e em Teologia pelo Fuller Theological Seminary (2006). Pesquisador em arqueologia da guerra e do exército no antigo Oriente Próximo, Atualmente é professor-adjunto na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) no programa do Mestrado e Doutorado em Teologia e também Professor Visitante no Instituto de Filosofia e Teologia do Timor Leste.

do império se apresenta com requintes de racionalidade que escondem a destruição que deixam pelo caminho. O que se pretende, na verdade, através da consolidação do imperialismo é o estabelecimento de uma ordem mundial estável, mas sempre a partir da lógica do império. “Sem vitória não há paz” talvez seja a bandeira que tremula a frente dos exércitos assírios em seu avanço para consolidar o poder.

Sabe-se que por um longo tempo a Assíria, junto com a Babilônia e o Egito, povoou o imaginário de homens e mulheres de pequenos povos como símbolo de crueldade e de opressão e entre eles podemos destacar, para a abordagem nesse artigo, o povo hebreu. Encontramos muitas narrativas bíblicas repletas de situações que revelam a forma da violência e da opressão da Assíria, oferecendo condições para descobrir o sentido destes textos nas circunstâncias vitais que os autores tentaram descrever. Israel sentiu o impacto devastador do exército assírio e, por sua vez, a violência e a opressão dentro do próprio estado devem ser observadas também como resultado do imperialismo assírio. A cultura bélica que a Assíria impunha sobre seus subordinados reforçava o empobrecimento e opressão das pequenas nações. A manutenção do exército mais os tributos cobrados certamente não eram tirados dos grandes latifundiários, mas eram jogados sobre o povo, principalmente dos camponeses.

Terror e violência em marcha

Os relatos históricos nos apresentam os assírios como povo ambicioso, guerreiro e cruel. Uma ambição sem limites e, conseqüentemente, de uma violência extrema. Em muitos momentos torna-se impossível perceber em seu rosto impenetrável nenhum sentimento humano. Para eles não bastava e não interessava tão somente a conquista passageira de amplos territórios. O objetivo residia, em grau sempre crescente, na incorporação definitiva das regiões conquistadas ao estado assírio.

Historiadores do antigo Oriente Próximo são unânimes em registrar adjetivamente o poder da máquina assíria. LIVERANI (2008, p. 186, 206) refere-se a Assíria como “uma eficiente e cruel máquina bélica” e “mortal arma bélica”; BRIGHT (2003, p. 327) se refere a ação dos assírios sobre Israel como “anos trágicos” e “a mais grave ameaça de toda a sua história”; DONNER (1997, p. 339), por sua vez, afirma que “as unidades de tropas assírias foram, durante séculos, o pavor dos povos do Oriente Antigo” e, finalmente RUBENSTEIN (2009, p. 71, 73) ao discorrer a respeito de Senaqueribe diz que ele “comandava a força militar mais poderosa do mundo” e acrescenta que o uso de armas de ferro permitiu que ele criasse “a estrutura militar mais aterrorizante do mundo”. O desenvolvimento e atividade do exército assírio proporcionaram em todo o Oriente Próximo um clima de terror e medo devido a sua brutalidade e esse clima influenciou diretamente os estados menores.

Podemos resumir o império assírio a partir de duas palavras: enérgico e violento. Por trás de seu crescimento estava evidenciada uma obra de servidão, realizada com meios e métodos de brutalidade e selvageria que excedem qualquer qualificação. E não há porque minimizar tal brutalidade. Parece que esse sentimento selvagem era motivo de alegria e de glória. Pode-se perceber isso na decoração dos palácios assírios: toda ela se inspirava sempre nos mesmos temas, isto é, a caça e a guerra. E, mesmo quando a realeza é representada em pleno descanso, não há como desviar os olhos dos requintes de crueldades presentes: numa dessas cenas, o rei Assurbanipal está descansando num jardim acompanhado pela rainha onde bebem e escutam música. E a poucos passos do rei, que estava sentado embaixo de uma parreira, pode ser observada, presa a uma árvore, a cabeça de Teuman, inimigo vencido na última expedição contra Elam (apud ROSSI, 1998, p. 12). (Imagem 1)



Imagem 1: Assurbanipal e sua rainha Libbali-sharrat se alimentam em Nínive. A cabeça decepada do rei elamita Teuman está pendurada numa árvore à esquerda e sua mão segurando uma varinha real está representada na árvore mais à direita.²

Os assírios desejavam ser lembrados como homens cruéis e ser vistos com a marca da brutalidade e, por isso, consideravam-se o braço da potência destruidora que é o deus Assur - o deus da guerra - e, conseqüentemente, se viam como a mais pura expressão terrena de duas outras terrificantes divindades, Ninurta e Adad, conhecidas pelo seu caráter altamente belicoso. O avanço inexorável do exército assírio significava para todas as pessoas o jugo impiedoso ou a destruição total. A Assíria não admitia aliados porque só ela devia dominar em todo o mundo conhecido.

O Imperialismo assírio deixou marcas por suas ações violentas tendo como instrumento sua força militar. Era um Império mercantil escravista que evidentemente impunha seus valores através de uma cultura bélica hegemônica. Como todos os impérios da antiguidade, o assírio saqueava as cidades e propriedades dos povos vencidos e levavam muitos deles para o cativeiro. A citação a seguir, de um documento oficial, mostra de forma clara como os assírios se jactavam dessas práticas. O documento se refere à campanha de Assurbanípal contra Elam:

2 Acervo do British Museum, disponível no link: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1856-0909-53

Eu conquistei Susa, a capital, residência de seus deuses. Por ordem de Assur e Ishtar, penetrei no interior de seus palácios; ali vivi com alegria. Abri seus tesouros, onde estavam acumulados o ouro, a prata, os bens e as riquezas que os reis de Elam, desde os mais antigos até os contemporâneos, haviam reunido e acumulado e sobre os quais nenhum inimigo antes de mim havia colocada a mão. Os tomei e contei como botin. Prata, ouro, bens e riquezas de Sumer e Akad e também de Kerduniash [...] os levei como botin a Assíria. Destruí a torre de Susa que estava revestida de lápis-lazúli, destruí seu teto adornado de bronze brilhante [...] Minhas tropas de choque penetraram em seus bosques sagrados; e uma vez que viram o mistério, os entregaram às chamas. Destrocei e destruí os féretros de seus antigos e modernos reis que não adoravam a Assur e Ishtar e que os reis, meus pais, haviam deixado em paz; levei seus esqueletos para a Assíria. Não deixei suas mãos descansarem, lhes neguei as oferendas mortuárias e as libações de água. Ao tempo de um mês e vinte e cinco dias devastei os distritos de Elam [...] Exigi e levei a Assíria o pó de Susa, Madaktu, Jaltimas e outras de suas cidades [...] Fiz cessar em seus campos as vozes dos homens, o passo do gado grande e do pequeno, os alegres cantos de alegria. Deixei estabelecer ali os onagros, as gazelas e todas as espécies de animais selvagens.

Nenhuma crueldade do ofício da guerra era estranha (inclusive a de espalhar sal pelos campos para que nada crescesse e a prática da tortura) aos reis assírios e aos seus soldados e oficiais. Diante da mínima resistência, deixavam atrás de si povoados sem vida e a terra completamente queimada. Novamente as palavras de um dos reis assírios retratam essa situação:

“muitos prisioneiros queimei a fogo, muitos capturei vivos: a uns amputei as mãos e os dedos, a outros cortei o nariz e as orelhas, a muitos vazei os olhos. Fiz um montão de vivos e um montão de cabeças; até as cabeças enfiadas em paus em torno da cidade. Queimei seus filhos e filhas no fogo. Destruí, devastei a cidade, queimei-a no fogo e a arrasei completamente.”³

Visto que os próprios assírios se jactavam de suas crueldades, não é de se estranhar que os hebreus pensassem a Assíria, e em particular sua capital, como o centro da crueldade e da violência. As “Lamentações sobre Ninive”, no livro de Naum do Velho Testamento (Na 3. 1-7, 18-19), forneceram-nos um claro relato do modo como Israel via a Assíria e sua capital: “Ai de Nínive, cidade cruel, cheia de mentiras e de violência, onde não faltam crimes!”.

O imperialismo assírio: o surgimento de um novo império

Imperialismo, fenômeno tão antigo quanto o da civilização, pode ser entendido como a “política de um Estado que se propõe a estabelecer um controle para além de suas fronteiras sobre um

3 ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Como ler o livro de Naum. São Paulo: Paulus, 1998.(p.13)

povo que se nega a aceitar tal controle” (GARMUS, 1989, P. 7). A Assíria é um exemplo claro da definição acima de Império. O mundo antigo o conheceu em todo seu poder por volta da segunda metade do século VIII sob Tiglat-Pileser III (745-727), um grande organizador e hábil militar. De acordo com GUNNEWEG (2005), ele tornou-se o verdadeiro fundador do Império. Não se contentou com campanhas ocasionais sobre pequenos Estados para obrigá-los a pagarem tributos. Suas campanhas militares eram subsidiadas por uma política que visava à submissão definitiva e completa das regiões conquistadas. É necessário interpretar a marcha triunfal do imperialismo assírio a partir de Tiglat-Pileser III sobre o transfundo de uma política expansionista bem pensada, de uma prática sistemática de avassalamento e de uma superioridade militar. Todavia, é necessário afirmar que o sucesso dos exércitos assírios e a contínua expansão do império não dependiam dos talentos e da personalidade particulares de um imperador qualquer. Os sistemas administrativo e militar criado por Tiglat-Pileser III sobreviveriam a ele e, sob seus sucessores, o exército continuaria sendo invencível.

No entanto, é possível dizer que o período de ascensão assíria percorre séculos. Mais precisamente dos séculos IX ao VII. Antes desses séculos seu militarismo traduziu-se em incursões de surpresa que não visavam conquistas permanentes. Embora Tiglate-Pileser I tenha vencido a Babilônia numa campanha terrivelmente dura e atingido o mediterrâneo por volta de 1100 a.C., seus sucessores eram fracos. A Assíria não conseguia manter-se para além do Eufrates. Faltava ainda uma concepção político-militar clara, sem a qual um império não podia surgir e muito menos subsistir. As guerras de expansão, afirma TOYNBEE (1978), tiveram início por volta de 932 a.C., e os ocupantes arameus da Mesopotâmia foram suas primeiras vítimas. O início do império encontra-se no período de governo de Adadnirari II (912-891). O interesse era a incorporação definitiva de regiões conquistadas ao Estado assírio. Nesse sentido, DONNER (1997) afirma:

“A novidade [...] consistia em não as deixar por conta própria, depois de tê-las conquistado e obrigado a pagar tributo, mas em passar a incorporá-las administrativamente em seu império, como províncias com governadores assírios e guarnições. [...] Adadnarari II colocou por assim dizer a pedra fundamental para o clássico sistema provincial assírio que os soberanos dos séculos seguintes continuaram a erigir passo a passo.”⁴

Assur-nasir-pal II (883-859), neto de Adadnirari, representa o primeiro ponto alto da história do Império. Com sua política expansionista leva a Assíria ao mediterrâneo e atinge a Síria e Fenícia (Arvate, Biblos, Tiro e Sidom) e despoja pesados tributos. Embora não tenha conseguido transferir o sistema provincial para fora da Mesopotâmia continuou a montar ao seu redor um grande cinturão de Estados vassalados. Ademais, reconstruía cidades destruídas, as ocupava com guarnições e as utilizava como bases de ação assíria, o que pode ser considerado uma novidade na prática assíria.

4 DONNER, H. História de Israel. Vozes: Petrópolis, 1997. V. 2. (p.339)

O método assírio de construção do império pode ser considerado mais brutal e devastador do que os egípcios (TOYNBEE, 1978, p. 197). O levante surpreendente deste novo império está marcado pela violência de seu militarismo. O sucessor e filho de Assur-nasir-pal II, Salmanasar III (859-824 a.C.) continuou sua prática agressiva. Segundo SICRE (2003, p. 460), o imperialismo em grande escala ameaçou no horizonte somente em meados do século IX a.C., quando Salmanasar III assumiu o trono da Assíria. Contudo, inicialmente, sua política expansionista não teve êxito. Lançou-se para o sul através da Síria. Em sua campanha de 853 a.C. veio de Nínive até Hamat capturando e saqueando. Entrou em conflitos diretos com uma coalizão em Cárcar sobre o Orontes. A coalizão antiassíria na ocasião conseguiu sua finalidade, pois, temporariamente venceu e somente cinco anos depois Salmanasar fez nova tentativa.

Sobretudo, em 841, o ano da mais séria campanha, o exército assírio devastou o Sul, derrotou os arameus e cercou Damasco, que por sua vez, sob Hazael, não capitulou. BRIGHT (2003) diz que:

“Salmanasar fez uma incursão para o Sul até Hauran, e para o oeste até o mar, ao longo do litoral fenício, extorquindo tributo de Tiro e Sidon, bem como de Jeú de Israel durante a passagem. Mas ainda não tinha vindo para ficar”⁵

Em sua incursão, de acordo com AHARONI (1999, p.96-99), Salmanasar destruiu várias cidades. Em direção ao ocidente destruiu Bete-Arbel e Hasor, alcançou a montanha de “baalirasi” e colocou ali sua estátua. Ali recebeu tributos, como já afirmado, de Tiro e de Israel, pois, as fronteiras dos dois Estados passavam por aquele monte. Esse pode ser considerado seu maior intento. Invadiu pela primeira vez a Síria Central, que não havia sido tocada anteriormente pela expansão assíria.

Salmanasar demonstrou, segundo DONNER (1997), para todos os lados o poder da Assíria em “não menos que 27 campanhas, arrecadou infindáveis tributos e fez o território assírio avançar para o oeste através da subjugação de Bit-Adini, que lhe obstruía o caminho para oeste”⁶.

Adad-nirari III (811-784), sucessor de Salmanassar III, assumiu a mesma política agressiva. Empenhou-se em várias campanhas contra os arameus. Em 802 a.C., aproximadamente, Damasco enfim foi subjugada e ficou sujeita a pesados tributos. Israel não foi atingido diretamente, pois Adad-nirari III, em seus últimos anos se ocupou com outras regiões ao norte. Seus sucessores, Salmanassar IV (783-774), Assurdan III (773-756) e Assur-nirari V (755-745), foram incapazes de se manter a oeste do Eufrates, principalmente devido às investidas de Urartu ao norte aliado de alguns países Sírios, além de uma série de agitações internas que perduraram até a metade do século VIII a.C.

Após este período de fraqueza Tiglate-Pileser III (745-727), o verdadeiro fundador do novo Império, ascendeu ao trono assírio. De acordo com GARMUS (1989, p. 11) estavam em conflito duas concepções de império, a tradicional, baseada na antiga realeza; e a nova, baseada na nobreza de

5 BRIGHT, John. História de Israel. São Paulo: Paulus, 2003. (p.310)

6 DONNER, Op. Cit. (p. 341)

mercadores. A Assíria precisava, afirma DONNER (1997, p. 344), “de uma concepção clara e objetiva e de um homem que a soubesse interpretar e manejar soberanamente para aumentar o império”. Foi Tiglate-Pileser III que se apresentou com essas características, realizando uma reforma administrativa que centralizou o poder assírio. Sua ambição era as terras além do Eufrates por causa da madeira e minerais e, sobretudo, porque eram portas de entrada para o Egito, sudoeste da Ásia Menor, e para o comércio do Mediterrâneo.

Suas campanhas não visavam apenas vincular pequenos estados e extorquir tributos numa relação de vassalagem, mas sim realizar a conquista permanente. Além de cobrar tributos, em caso de rebelião, deportava os culpados e incorporava suas terras às províncias do Império. Para BRIGHT (2003, p. 328), três palavras descrevem as investidas da Assíria nesse período, “conquistar, ocupar, dominar”. Tiglate Pileser III desenvolveu um sistema de aniquilação da autonomia política dos vassalhos com o objetivo de incorporá-los na estrutura das províncias assírias. Com objetivo de dominar o território de acesso ao Egito, sua primeira campanha em 738 a.C. fez da Síria e da Fenícia seus vassalhos. Em sua segunda campanha, em 734 a.C., Tiglat-Pileser vai até Gaza (Israel também é atingido). Nesta campanha anexou pequenas províncias como Dor, Megido e Gileade. Israel ficou reduzido às montanhas de Efraim. A prática do Imperialismo assírio era a de “movimentar os líderes”⁷ com a intenção de dismantelar a vida pública.

AHARONI (1999), relata que a política assíria tornou necessária a organização dos territórios recém-conquistados em distritos sob governadores fiéis. Isto não impediu a continuação de algumas dinastias locais em estados-chave. Todavia, estados que causassem problemas não poderiam sobreviver. De acordo com o autor:

“Damasco, porém, causara problemas excessivos para que a dinastia pudesse sobreviver. Seu território foi dividido em quatro províncias. O território tomado de Israel teve um destino similar. A Alta Galiléia, ou a maior parte dela, foi provavelmente entregue a Tiro. Um governador assírio veio a ser instalado no recém-reconstruído centro administrativo de Meguido. A província de Meguido abrangia principalmente os Vales de Jezreel e Bete-Seã e, provavelmente, também a Alta Galiléia. A Transjordânia tornou-se a província de Gileade.”⁸

A costa fenícia não foi transformada em província pela necessidade. Os fenícios desfrutavam de certos cuidados porquanto a Assíria continuava valendo-se de sua ampla rede de relações comerciais. Mantiveram também no sul, estados meio autônomos a fim de que as fronteiras assírias não tivessem contato direto com as do Egito e com Edom, por motivos econômicos (DONNER, 1997).

7 PIXLEY, J. História de Israel a partir dos pobres. Petrópolis: Vozes, 1989. (p.63ss)

8 AHARONI, Yohanan et al. Atlas bíblico. Rio de Janeiro: CPAD, 1999. (p.113)

Tiglate-Pileser III e seus sucessores unificaram paulatinamente todo o Oriente Próximo. Certamente foi um resultado que mudou o cenário do corredor siro-palestinense. A cultura bélica imposta pelos assírios deixou marcas profundas nos estados com os quais teve contatos e foram subordinados. Como Império mercantil escravista que era, impôs uma nova formação sócio-cultural.

Os assírios aparecem, portanto, como fundadores de um império no qual os protetorados e os reinos tributários foram praticamente substituídos por rigorosa organização de províncias controladas diretamente pelo poder central. No campo estratégico, traziam inovações: iniciam a transferência dos povos conquistados entre as províncias em impressionantes caravanas de milhares de exilados, com a finalidade de desarraigar qualquer sentimento nacionalista. Entretanto, esse objetivo não caía dos céus. Era necessário um plano de ação, um projeto político-militar. O pressuposto principal para tal finalidade residia na organização de um governo centralista e extremamente enérgico.

O exército como elemento de terror

O exército assírio se aperfeiçoou grandemente. Tiglate-Pileser III foi o responsável por uma revolução na técnica da guerra: nos carros de combate substituiu as rodas de seis raios por outras de oito, mais resistentes; também passou a empregar cavalos de reposição, que permitiam maior rapidez e liberdade de movimentos; equipou os cavaleiros com armadura e a infantaria com botas; estabeleceu uma força profissional de mercenários, sobretudo arameus, como soldados de infantaria. As tropas montadas, a cavalaria e os soldados em carro eram na sua maioria assírios, mas também incluíam alguns reforços estrangeiros; os carros eram controlados pelo eunuco principal. Um exército que se manifestou superior a qualquer adversário tanto em armamento quanto em capacitação técnico-tática.

GOTTWALD (1964) reforça essa noção ao afirmar que o fundamento militar do império neo-assírio no período compreendido entre 745-612 a.C., era um exército de infantaria, cavalaria e carros de combate suplementados por unidades de cerco com baterias de aríetes e comandos para minar os muros das cidades que os capacitava a capturar virtualmente qualquer cidade na antiguidade se houvesse tempo suficiente. Não há dúvida que os assírios eram a potência militar mais temida de sua época e suas tropas eram conhecidas como o “pavor do oriente antigo”.

Com Senaqueribe (704-681) começou a ocorrer uma grande mudança na composição do exército: de cidadãos assírios livres para a incorporação de tropas capturadas e o emprego de mercenários, aumentando sensivelmente o exército assírio. Era um exército impressionante em sua eficiência. Nas paredes dos palácios dos reis assírios é possível encontrar cenas de batalhas gravadas na pedra onde as tropas com armaduras empunham espadas, escudos e lanças de ferro, retesam novos

modelos de arcos, que disparam flechas que perfuram as armaduras, conduzem carros de guerra encouraçados e utilizam uma nova tecnologia de armas de cerco para quebrar a resistência de cidades muradas sob ataque. Alguns versos do profeta Isaías no Velho Testamento ajudam-nos a caracterizar o exército assírio no imaginário do povo da Bíblia, no qual aparecem detalhes da técnica e da prática de combate dos assírios e dos armamentos utilizados. Certamente que para o profeta o exército assírio era a força de combate mais eficaz jamais reunida. As palavras dele falam por si mesmas:

“O Senhor levanta uma bandeira para chamar uma nação que fica lá no fim do mundo; com um assobio, ele chama o povo daquele país distante, e eles vêm correndo com muita rapidez. Nenhum dos seus soldados se cansa ou tropeça, nenhum descansa ou dorme. Eles estão preparados para lutar: os cinturões estão bem apertados, e as tiras das sandálias não se arrebatam. As suas flechas são pontudas, e os seus arcos estão prontos para atirar. Os cascos dos seus cavalos são duros como pedra, e as rodas dos seus carros de guerra parecem redemoinhos. Esses soldados rugem como leões, como leões ferozes que matam um animal e, rosmando, o arrastam para um lugar onde ninguém o pode arrancar deles”.⁹

A condição prévia para a política externa era a formação de um exército forte e permanente, com esquadrões de carros de guerra e cavalaria que pudessem rapidamente ser postos em combate. A Assíria sob Adadnirari II desenvolveu esse exército - a tecnologia do ferro, além dos carros de guerra, fornecia armamento mais barato e eficiente, como arcos com flechas de ponta de ferro e lanças. De acordo com HERRMANN (1985), a extraordinária superioridade dos assírios se devia, em grande parte, ao fato de que dispunham de um exército permanente.

Sabemos que os pequenos reinos, como por exemplo, Síria e Palestina, geralmente recorriam a recrutamentos ocasionais. No caso de necessidade todos os homens livres deviam ir às armas enquanto a economia camponesa ficava abandonada. Exércitos semelhantes a esses não tinham condições de lançar-se em expedições militares mais amplas; para eles era praticamente impossível cobrir grandes distâncias. Dessa forma, sua principal utilidade se reduzia principalmente a operações defensivas dentro de uma área limitada.

Ao contrário, os assírios dispunham de guerreiros profissionais, que não somente pertenciam ao próprio povo, mas que também eram mercenários das mais diversas nacionalidades. Com o passar dos anos essas tropas durante suas prolongadas campanhas foram adquirindo cada vez mais habilidade e técnica. Além disso, os exércitos mercenários dos povos conquistados ampliavam e consolidavam a força combativa do exército assírio. Deste modo, para HERRMANN (1985): , p. 315),

“surgiu um império singular para aquela época, solidamente organizado e sistematicamente estruturado, um sistema de estados com numerosas províncias, que giravam

9 A Bíblia, Livro de Isaías (5,26-29). (Nova tradução, linguagem atualizada)

ao redor da região central e que, por seu lado, ficavam rodeadas por um cinturão de estados vassalos”.¹⁰

A maquinaria bélica assíria necessitava de constantes reforços de homens, animais e equipamento. Estes eram obtidos através dos impostos, dos tributos e dos espólios e as campanhas anuais dirigidas pelos reis ou pelos oficiais garantiam que os povos submetidos ou aliados da Assíria não se esquecessem das suas obrigações.

O rei, figura principal nessa organização de comando, apresentava-se como o próprio representante de sua divindade - o deus imperial de Assur. Além disso, os assírios julgavam agir por um mandado preciso do deus Assur. De acordo com LIVERANI (2008, p. 206), “todos os relatórios das campanhas militares deles iniciam com “por ordem” ou “por mandado do deus Assur e dos grandes deuses”. Esse rei, à frente de um imenso exército de funcionários civis e militares, exigia que lhe prestassem contas da mesma forma que ele a Deus. O soberano assírio é o realizador, na primeira pessoa, das destruições e dos extermínios desejados pelos deuses. Segundo ROSSI (1998, p.12), diferentemente dos soberanos dos outros povos, o rei assírio não se qualificava como “pastor do povo”, mas sim como “vingador do deus Assur”, como fúria devastadora, como férreo dono e senhor das gentes.

O âmbito ideológico da estrutura administrativa, conseqüentemente, estava na religião. O rei estava no topo de toda a administração. Considerava-se o sacerdote de Assur e seu dever era ampliar os domínios de seu Senhor. Deveria prestar contas a Assur de suas ações e os povos deveriam reconhecer sua autoridade, por isso, segundo as palavras de GARMUS (1989):

“[...] nenhum tratado de aliança, com exceção do feito com Babilônia, era feito em pé de igualdade. [...] Assim, o domínio de Assur tornava-se praticamente extensível ao mundo, e seu representante na terra se achava investido de um poder de dominação universal. Uma das cláusulas desse tratado define a figura do soberano absoluto: Ele será vosso rei e vosso senhor. Ele pode abaixar o poderoso e elevar o fraco, condenar à morte quem o mereça e agraciar quem possa sê-lo. Ouvireis tudo o que ele disser e fareis tudo o que ele ordenar. Não induzireis nenhum outro rei, nenhum outro senhor contra ele.”¹¹

A coesão do império era mantida pela religião. Todos que tivessem alguma função, seja administrativa, militar ou social deveriam jurar fidelidade ao rei diante as imagens do deus Assur. Pode-se dizer que a combinação de uma ideologia religiosa com a premissa de um governo centralista e enérgico lançou as bases do militarismo assírio. Nas palavras de DONNER (1997):

“O rei, como mandatário do deus imperial Assur, estava à testa de um imenso exército de funcionários civis e militares, que eram obrigados a lhe prestar contas da mesma

10 HERRMANN, S. *Historia de Israel*. Salamanca: Sígueme, 1985. (p.315)

11 GARMUS, Ludovico. *O Imperialismo: estrutura de dominação*. *Ribla: Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, São Paulo, n.3, p.7-20, 1989. (p.17)

forma que ele a Deus. A isso se somou como condição prévia da política externa imperialista, a formação e a manutenção de um exército permanente de grande força combativa, com destacamentos de carros de guerra e, pela primeira vez, também com uma cavalaria, que podia entrar em combate com extrema rapidez e eficácia.”¹²

O militarismo assírio estruturado com um exército grande e poderoso era conhecido por sua impiedade. As rebeliões eram sempre abafadas através da força. Sob, por exemplo, Salmanasar III a Assíria espalhou o terror sobre o mediterrâneo. Assim criou-se a partir dele o ‘mito da crueldade assíria’ que para se impor aos adversários, costumava empilhar pirâmides de cabeças diante das portas das cidades conquistadas ou empalar adversários.

A forma com que a Assíria impunha sua cultura bélica sobre Estados menores além de violenta era bem estruturada e estava enraizada no próprio modelo de sociedade. A intervenção militar proporcionava condições para imposição de todo esse modelo de economia, política, sociedade e religião. A submissão não acontecia apenas em um dos âmbitos. Os subordinados eram, em todos os âmbitos, obrigados a se submeter ao domínio assírio, ou seja, estavam sob a administração central e provincial, eram tributários, tinham as mesmas camadas sociais e eram súditos do deus Assur.

Além disso, o militarismo estava vinculado ao fenômeno religioso, e os dois pertenciam ao embasamento ideológico. Assim sendo, segundo RAMIREZ (1991, p. 10), “o militarismo faz uso do fenômeno religioso para conseguir seus fins, também a religião, em determinadas circunstâncias, assume características militares”.

A vassalagem como instrumento de desestruturação

As marcas de violência percorrem toda a história do imperialismo assírio. Onde encontravam resistências deixavam a população morta e queimavam a terra. Embora os níveis de dominação do sistema assírio variassem, a prática da violência incorporada no exército sempre esteve presente. Essa variação acontecia devido ao procedimento assírio de dominação que se pode chamar de “estágios”. A dominação e aniquilação da autonomia política dos vassalos também a partir das inovações feitas por Tiglat- Pileser III aconteciam sob três estágios diferentes, a saber:

1. O primeiro estágio consistia em uma demonstração de força, que levava os Estados a uma condição de vassalagem, com pagamento anual de tributo;
2. Se posteriormente acontecesse ou pelo menos se suspeitasse de uma conspiração contra a Assíria, as tropas do império intervinham rapidamente, destituíam o rei e colocavam em seu lugar um príncipe favorável ao império; simultaneamente os impostos

12 DONNER Op. Cit. (p.338)

eram aumentados, controlava-se mais eficazmente a política exterior e o território era diminuído, tornando-se grande parte dele província assíria;

3. Ao menor sinal de nova conspiração, as tropas intervinham novamente; o país perdia sua independência política, tornando-se província assíria, ocorrendo a deportação de um grande número de habitantes, que eram substituídos por estrangeiros; esta última medida tinha como objetivo destruir a coesão nacional e impedir novas revoltas pois a composição étnica do estado tributário era alterada.

E, além disso, é possível acrescentar que essa prática de “deportação cruzada” (LIVERANI, 2008, p. 193) cumpria um objetivo sinistro, ou seja, a partir de uma assimilação lingüística, cultural e política a mais completa possível, buscava-se transformar os vencidos em assírios.

Nesse caso, finalmente, o processo de conquista havia chegado ao seu final: o reino rebelde e estranho se transformava numa nova província do cosmo diretamente dependente do rei e do deus Assur. Segundo GOTTWALD (1964) se a deportação de população conquistada era praticada em escala limitada pelos hititas, teria sido Tiglate Pileser III o introdutor da prática de deportação como uma troca sistemática de populações com o objetivo de dissuadir revoltas e utilizar economicamente as habilidades dos novos colonos. Raramente, talvez nunca, toda a população de um território conquistado fosse removida. Uma operação dessa magnitude seria considerada uma tarefa sobre-humana. Na verdade, talvez somente os grupos economicamente produtivos e politicamente influentes eram normalmente removidos.

De acordo com RUBENSTEIN (2009, p. 55), “durante todo o período de governo assírio o número total de pessoas retiradas à força de suas terras natais provavelmente chegou a mais de quatro milhões”.

Todavia, as subordinações dos Estados não obedeciam necessariamente essa ordem. As situações e as diferentes reações determinavam a ação dos assírios. Ademais, é necessário ressaltar que em todos os estágios a presença e a ação avassaladora do exército são fundamentais. Em um primeiro momento a demonstração do poderio militar assírio; em um segundo, apenas uma intervenção militar violenta; em um terceiro, a ocupação militar definitiva.

O Reino de Israel seria vítima desse procedimento no ano de 722 depois de dois anos de assédio. Porém, com o assassinato de Salmanasar, Israel prolonga sua agonia até o ano de 720, data em que Sargão II deporta 27.290 samaritanos. Um texto dos anais assírios é revelador:

“Com a garantia de Assur, que me faz (sempre) chegar ao meu objetivo, combati contra eles ... 27.290 de seus habitantes, eu os levei embora, 50 carros eu tomei para minha tropa régia... Samaria, eu a modifiquei e a fiz maior que antes. Gente das terras por

mim conquistadas fiz que ali residissem, dei posse como governador deles a um dos meus eunucos e lhes impus tributo e taxas como aos assírios”¹³

Esta política de dominação tem raízes econômicas, sociais, político-militares e religioso-ideológicas que repercutem nos países subordinados ao Império assírio. Vejamos a partir de uma análise feita por GARMUS (1989) como esses vários âmbitos podem nos ajudar a compreender como a dominação acontece.

A política expansionista assíria tende a eliminar a independência dos vassallos inadimplentes. Para que os negócios do Império assim fossem conduzidos havia duas administrações, uma central e outra provincial. A administração central estava diretamente ligada a figura do rei, e era composta por um corpo de administradores experientes - a hierarquia até Salmanasar V era assim constituída: rei, general, arauto do palácio, administrador dos templos, governadores das províncias, precedidos pelo governador de Assur.

Os detentores de títulos de nobreza, além de funções no palácio administravam províncias periféricas do Império, enquanto que a administração provincial era confiada a um governador ou “chefe de circunscrição”. O governador dispunha de tropas para manter a ordem e garantir a cobrança de impostos, entrega de matérias-primas e recrutamento para corvéia e exército. As províncias deveriam enviar relatórios à corte que verificavam a veracidade do conteúdo por meio de inspetores enviados da metrópole.

A economia era baseada no recolhimento de tributos. O imperialismo escravista assírio significou como outros a transferência de riquezas das sociedades mais fracas e pobres para suas próprias cortes abastadas. O tributo empobrecia o povo, sobretudo, o camponês. Conquanto, quando taxado sob a força de um militarismo estrangeiro a nação inteira sofria. A situação de Israel piorou quando sobreveio o pesado tributo imposto pelos assírios. Por exemplo, Jeú pagou pesado tributo para Salmanasar III e Manaém pagou a Tiglat-Pileser III. A expansão do comércio assírio acompanhava a expansão geográfica e beneficiava as classes dirigentes.

Conclusão

Uma leitura atenta dos Anais assírios permite detectar uma versão triunfalista do próprio império. Na verdade, impérios se constituem a partir de uma visão que extrapola a realidade dos fatos e, como vencedores que são, têm a particularidade de escrever ou reescrever a história a partir de seu próprio triunfo.

¹³ ISK apud LIVERANI, M. Para além da Bíblia: história antiga de Israel. São Paulo: Paulus, 2008, (p. 189)

Se pudessemos olhar logo após a passagem do exército assírio provavelmente veríamos cidades destruídas, vilas incendiadas, colheita e gados saqueados, pomares e vinhedos cortados, habitantes massacrados e torturados e tantos outros deportados. Se a cena por si mesmo é inflacionada de destruição, não pode ainda ser considerada a pior das cenas. Os assírios possuíam uma nova e aterrorizante arma política: talvez, pela primeira vez na história, aqueles que enfrentavam a mais destruidora arma de guerra jamais vista eram ameaçados não somente com a derrota, a dominação e a perda da sua independência nacional, mas também com a sua extinção como cultura.

A paz dos assírios não significava em hipótese alguma a paz dos povos conquistados. Nesse sentido, a pax assyriana produzia no máximo paz em seu poder imperial central, mas não na “periferia” do império representado pela totalidade dos povos conquistados. Não há para as vítimas do império segurança no poder coercitivo. Ao contrário, existe dor, destruição e aniquilamento. Sendo assim, não é possível pensar o rei do mundo assírio como aquele que realiza a paz. De certa forma, deveríamos repensar os conceitos de vitória e de paz, principalmente o conceito de vitória associado à paz. Lembro-me de uma expressão de Flávio Josefo (Guerra dos Judeus, Livro I.8) refletindo a partir de um outro império e uma época mais distante: “Realmente não sei como poderiam parecer grandes os que vencem os pequenos”.

Referências bibliográficas

- AHARONI, Yohanan et al. *Atlas bíblico*. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- BRIGHT, John. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2003.
- DONNER, H. *História de Israel*. Vozes: Petrópolis, 1997. V. 2.
- GARELLI, P. *O oriente próximo asiático: das origens às invasões dos povos do mar*. São Paulo: Edusp, 1982.
- GARMUS, Ludovico. O Imperialismo: estrutura de dominação. *Ribla: Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, São Paulo, n.3, p.7-20, 1989.
- GOTTWALD, Norman K. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1988.
- GOTTWALD, N. K. *As tribos de Iahweh*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- GOTTWALD, N. K. *All the Kingdoms of the Earth*. New York: Harper & Row, 1964.
- GUNNEWEG, Antonius H. J. *Teologia bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico-teológica*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HERRMANN, S. *Historia de Israel*. Salamanca: Sígueme, 1985.
- HERZOG, C; GICHON, M. *Battles of the Bible*. London: Green Hill Books, 1997

- JOSEFO, F. Guerra dos judeus (Livro I). Curitiba: Juruá, 2009.
- KELLE, B. E. *Ancient Israel at war 853-586 B.C.* Oxford: Osprey Publishing, 2007
- KERN, P.B. *Ancient siege warfare.* Indiana: Indiana University Press, 1999.
- LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel.* São Paulo: Paulus, 2008
- MAZAR, A. *Arqueologia da terra da Bíblia.* São Paulo: Paulinas, 2003.
- PIXLEY, J. *História de Israel a partir dos pobres.* Petrópolis: Vozes, 1989.
- RAMIREZ, Dagoberto. Militarismo y Religion en el Pueblo. *Ribla: Revista de Interpretacion Biblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n.8, p.7-13, 1991.
- RUBENSTEIN, R.E. *Assim disse o Senhor: a visão revolucionária dos profetas.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Como ler o livro de Naum.* São Paulo: Paulus, 1998.
- STERN, E. *Archaeology of the land of the bible: the assyrian, babylonian and persian periods (732 – 332 B.C.E.).* New York: Doubleday, 2001.
- TOYNBEE, Arnold. *A humanidade e a mãe terra: uma história narrativa do mundo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

De como a Rússia chegou aos Mares

William Carmo Cesar¹

Resumo

Este artigo pretende traçar um panorama do processo de expansão e consolidação do Império Russo, desde o século XII até o início do século XX, relacionando-o com a busca por portos de água salgada e destacando a importância e o significado da chegada dos russos aos mares.

Palavras-chave: Rússia Czarista, Geopolítica, Marinha, Guerra.

Abstract

This article aims to provide an overview of the process of expansion and consolidation of the Russian Empire, from the 12th century to the beginning of the 20th century, relating it to the search for salt water ports and highlighting the importance and significance of the arrival of Russians on the open seas.

Key-words: Tsarist Russia, Geopolitics, Navy, War

Preâmbulo

Um longo cruzeiro e uma dramática batalha.

“Companheiros, hoje é um dia triste para a Rússia, para a Marinha Imperial, e para todos nós que sobrevivemos a esta terrível batalha. Decidi capitular para não sermos aniquilados sem nenhum propósito. Que a vergonha desta ação repouse apenas sobre mim.”

Almirante Nikolai Nebogatov²

1 Capitão de Mar e Guerra (Ref.). Graduado pela Escola Naval (EN, 1964-67) e doutorado pela Escola de Guerra Naval (EGN, 1992) em Ciências Navais, professor de História Naval na Escola Naval, autor do livro “Uma História das Guerras Navais” (FEMAR, 2013) e coautor da “Marinha do Brasil: uma síntese histórica” (SDM, 2018).

2 HOUGH, Richard. The Fleet that had to die. Edinburgh: Birlinn Limited, 2004. (p.193)

Em outubro de 1904, uma força naval russa, o Segundo Esquadrão do Pacífico, sob o comando do Almirante Zinovy Rozhstvenski (1848-1909), zarpuu da base de Kronstadt, no golfo da Finlândia, no Báltico, com destino ao porto de Vladivostok, no Mar do Japão. Em longo e desgastante cruzeiro, que se estendeu por sete meses, as belonaves russas navegaram 18.000 milhas através dos oceanos Atlântico e Índico, até alcançarem os mares da China.

Alguns navios de menor porte, sob o comando do Almirante Felkerzan, assim como um Terceiro Esquadrão formado posteriormente e comandado pelo Almirante Nikolai Nebogatov (1849-1922), seguiram rota distinta, via Mediterrâneo, Suez e Mar Vermelho. Após reunião no Índico, nas proximidades de Madagascar, toda a esquadra seguiu finalmente para o Pacífico.

No dia 27 de maio de 1905, a força naval do Almirante Rozhstvenski se aproximou do estreito que liga o mar da China Oriental ao do Japão, entre a península da Coreia e a ilha de Kyushu. Uma força japonesa, comandada pelo Almirante Heihashiro Togo, à espreita naquela área marítima, pronta para o combate, aguardava o aparecimento dos navios inimigos no horizonte.

Por volta das duas da tarde, finalmente, as forças se avistaram e, há cerca de 7.000 jardas de distância³, os canhões de ambos os lados abriram fogo, dando início à batalha naval de Tsushima, que continuaria pela noite e madrugada adentro, com ataques torpédicos letais contra as belonaves russas, muitas já agonizantes, realizados pelos destroieres japoneses.

O terrível engajamento durou mais de vinte e quatro horas, e se encerrou com uma derrota impactante da esquadra russa: dos cerca de cinquenta navios que zarparam do Báltico, muitos foram afundados, entre os quais seis encouraçados, oito cruzadores e dezenas de destroieres, e o restante acabou apresado ou internado em portos neutros. Apenas um cruzador e dois destroieres conseguiram entrar no porto russo de Vladivostok.⁴

A capitulação ocorreu na manhã do dia 28 de maio, por decisão do Almirante Nebogatov, que substituíra Rozhstvenski gravemente ferido no combate. Para Nebogatov, que assumiu todo o risco e total responsabilidade pela rendição, não havia uma única esperança e nenhuma chance de salvação para a esquadra russa naquele dramático momento, a não ser a definição do destino de cerca de dois mil homens.⁵

A batalha que provocou o fim da Guerra Russo-Japonesa de 1904-05 e a derrota da frota russa, uma das cinco maiores do seu tempo, teve reflexos na revolta contra o regime do czar de 1905 e, certamente, contribuiu para as crises político-sociais que abalaram o Império Russo no início do século XX.

3 Uma jarda equivale a 0,914 metros. 07 mil jardas são pouco mais de 6.400 metros. (N.E.)

4 POTTER, E.B.& NIMITZ, Chester W. *Sea Power, a Naval History*. Englewood, Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1960. (p.363-364)

5 POTTER, E.B.& NIMITZ, Chester W. Op. Cit (p.363)

PARTE I: A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO

“Havia uma Rússia bastante real – uma Rússia que existia antes da ‘Rússia,’ da ‘Rússia Europeia’ ou de quaisquer outros mitos de identidade nacional. Havia a Rússia histórica da antiga Moscóvia, que fora muito diferente do Ocidente, antes de Pedro o Grande.”⁶

A Rússia pós-Tsushima

Uma década após a desastrosa guerra com o Império Japonês, e às vésperas de um novo conflito, a Grande Guerra de 1914-18, o Império Russo, ainda governado autocraticamente por Nicolau II, ocupava sua maior extensão na Europa e uma invejável área da Ásia, de cerca de vinte e dois milhões de quilômetros quadrados, ou seja, quase 15% das terras emersas do nosso planeta⁷.

Inserido no hemisfério norte-oriental, o grande Império dos Czares incluía nada menos do que uma dezena de fusos horários – entre São Petersburgo, no Báltico, e Petropavlovsk, na península de Kamchatka, no Pacífico, por exemplo, a diferença entre as horas locais é de dez horas. Suas fronteiras eram bastantes extensas, enquanto ao norte e à leste eram totalmente molhadas por águas de oceanos e mares, a oeste e sul predominavam fronteiras secas, mas intercaladas por importantes mares interiores, como podemos observar no quadro a seguir:

Fronteira	Terrestre	Marítima	Portos importantes
NORTE	Noruega	Mar de Barents Mar Branco Kara - Laptev Sibéria Oriental	Murmansk Arcangel (Baía de Kola)
SUL	Império Otomano Pérsia - Afeganistão Índia - China - Mongólia	Mar Negro Mar de Azov Mar Cáspio	Odessa - Sebastopol (Crimeia) Rostov (no Don) Astracã (no Volga)
LESTE	Japão	Mar de Bering – Oceano Pacífico Okhotsk Mar do Japão	Petropavlovsk (Kamchatka) Vladivostok
OESTE	Suécia - Alemanha Áustria/Hungria - Romênia	Mar Báltico Golfo da Finlândia Golfo de Riga	- São Petersburgo Riga

Quadro 1 - Fronteiras do Império Russo em 1914⁸

6 FIGES, Orlando. Uma história cultural da Rússia. Rio de Janeiro: Record, 2017. (p.24)

7 CARVALHO, Carlos M. Delgado de. Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Bibliex / Record, 1971. (p.145)

8 HAMMOND Historical Atlas. Union, NJ: Hammond World Atlas Corporation, 2000.

É oportuno registrar a importância das bacias fluviais que banham as terras russas, cujos abundantes cursos d'água constituem verdadeiras vias de comunicação que, além de irrigarem o vasto interior do continente eurasiático, permitem o acesso aos vários oceanos e mares como o Ártico, o do Norte, o Mediterrâneo, o Negro, o Cáspio e o Pacífico.

Os numerosos rios principais e seus tributários se cruzam ou se aproximam, facilitando a transposição de uma região para outra daquele vasto território, permitindo o transporte de pessoas e de mercadorias, impulsionando vigoroso comércio entre os diversos povos que habitam regiões tão distantes entre si. Algumas das bacias foram interligadas por canais, como por exemplo, entre o Volga e Don, e entre o Dvina e o Dnieper, via rio Berezina. No Quadro 2 estão relacionados os principais rios que percorrem as terras russas, suas respectivas direções e destinos.

Rio	Nascente	Foz	Extensão e direção
Danúbio	Alemanha Floresta Negra	Mar Negro	2850 km E
Volga	Rússia Planícies do norte	Mar Cáspio	3680 km S + SE
Don	Rússia - Tula	Mar de Azov	1950 km SE + SO
Dnieper	Rússia Montanhas do norte	Mar Negro	2200 km SE + S
Dniester	Rússia Montes Cárpatos	Mar Negro	1360 km SE
Divna Norte	Rússia	Golfo de Riga - Báltico	1020 km O
Vístula	Polônia - Alta Silésia	Báltico	1050 km SO
Elba	Tchecoslováquia	Mar do Norte - Alemanha	1160 km NO
Ural	Rússia - Montes Urais	Mar Cáspio	2430 km O + S
Yenissey	Rússia - sul da Sibéria	Mar de Kara – Ártico	4090 km N
Lena	Rússia – Sibéria Montes Baikal	Mar de Laptev – Ártico	4400 km NE
Kolyma	Rússia Okhotsk	Mar da Sibéria Oriental – Ártico	2130 km N
Obi	Rússia – Montes Altai	Mar de Kara - Ártico	3650 km NO
Amur	Mongólia	Mar de Okhotsk - Pacífico	2800 km E

Quadro 2 - Rios do Império Russo

Esses rios tiveram papel importante na história da Rússia, desde sua origem e formação, ao vertiginoso crescimento do Império, facilitando o avanço em direção a todos os quadrantes e a incessante e obcecada busca pelo acesso aos mares do globo. A tradicional rota dos mercadores medievais, por exemplo, partindo de Constantinopla, no Bósforo, em direção aos mares Báltico e do Norte, utilizava as bacias fluviais russas.

Soma-se àquelas vias fluviais, a rede ferroviária, que se expandira como nunca a partir de meados do século XIX, graças à revolução industrial, culminando com a construção, entre 1891 e 1901, da mais estratégica de suas linhas, a Transiberiana, ligando Moscou ao porto de Vladivostok, no Pacífico, há cerca de 9.300 km de distância.

A Rússia anterior à Tsushima

O desastre russo em Tsushima, uma das mais decisivas batalhas da História Naval, ocorrera no longínquo Mar do Japão, dois séculos após a criação da Marinha Imperial pelo czar Pedro I, o Grande, no Báltico, quando a Rússia ainda iniciava sua caminhada em direção aos mares e Pedro fundava, em 1703, a cidade de São Petersburgo, na Golfo da Finlândia.

Durante aqueles duzentos anos de história, o então quase desconhecido Império Russo ampliou seus domínios do Báltico ao litoral do Pacífico, ultrapassando os Urais e penetrando em terras asiáticas e, na direção sul, estendendo-se dos mares gelados da costa norte aos mares Negro e Cáspio.

Como foi conquistado tão vasto território que, no início do século XX, como acima abordado, preenchia cento e sessenta graus das longitudes orientais e trinta graus das latitudes setentrionais?

Como se deu o crescimento desse Império dos Czares?

Quando, onde e como começou a Rússia?

Antes do século XVIII, o que era?

Quais os responsáveis pela sua construção, antes e depois de Pedro o Grande?

O que aconteceu no Império entre a guerra com os japoneses, de 1904-05, e a entrada na Grande Guerra de 1914-18?

Qual a importância e o significado da chegada da Rússia aos mares?

O esforço em responder a essas e outras questões afins, resultou neste ensaio que ora proponho dividir com os caros leitores.

Raízes: a Terra do Rus, dos eslavos e dos Vikings Varangianos

A Rússia tem suas raízes nos povos eslavos que, desde a Alta Idade Média (476-1000), ocuparam a região das bacias dos rios Oder e Dnieper, entre o mar Báltico, as montanhas dos Cárpatos e o Planalto Central. Por volta dos anos 600, os eslavos expandiram suas fronteiras para o sudeste, cruzaram o Danúbio, penetraram nos Bálcãs e alcançaram a Grécia, no Império Bizantino. Desde então o contato com Bizâncio começaria a exercer grande influência nos povos eslavos.

A partir do século VIII, os víquingues escandinavos, noruegueses e dinamarqueses, partindo do Báltico com suas dracars (embarcações a remo com um mastro e vela quadrada auxiliar e proa alta encimada por uma cabeça de dragão), iniciaram suas incursões através do mar do Norte e do Atlântico, em direção ao litoral da França, à Groenlândia e às ilhas britânicas.

Os suecos, no entanto, deram preferência às rotas fluviais que os conduziriam às terras eslavas e aos mares Negro e Cáspio. Partindo da ilha de Gotland, estrategicamente localizada no meio do Báltico, entre o litoral da Suécia e o golfo da Finlândia, os víquingues suecos, conhecidos historicamente como varangianos ou varângios, navegaram para leste e penetraram nas terras eslavas. Com a intenção de criar centros comerciais em Novgorod, junto ao lago Ladoga, e em Kiev, no Dnieper, cerca de mil quilômetros ao sul, ocuparam a região e, com a aquiescência dos próprios eslavos, tornaram-se senhores daquelas cidades, criando o primeiro Estado russo, Kiev, formado pela junção de alguns principados eslavos (SIMONS, 1980, p.134).

Segundo crônica da época, três irmãos liderados pelo mais velho, Rurik, chegaram a Novgorod e se instalaram naquele distrito, que passou a ficar conhecido como “Terra do Rus” (PAINE, 2015, p.245). A cidade foi inicialmente transformada em capital por Rurik, até que Oleg, seu sucessor, trocou-a por Kiev, devido à sua localização mais central e próxima ao rio Dnieper. Atraídos pelo comércio com os bizantinos, árabes e demais mercadores do Oriente, os varangianos, tendo como base aqueles territórios eslavos e utilizando-se das ricas bacias fluviais, alcançaram os mares Negro e Cáspio.

Os exploradores suecos, ao se autodenominarem Rus, estavam legando ao futuro império continental euroasiático, o nome com o qual se tornaria tradicional e histórico: Rússia. (SIMONS, 1980, p.134)

As invasões tártaro-mongóis

“A cavalaria mongol movendo-se com velocidade nos rios congelados, proporcionou a única invasão bem-sucedida da Rússia, no inverno, em toda a história.”⁹

9 PARKER, Geoffrey (editor). Atlas da História do Mundo. 1ª edição brasileira. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1995 (p.127)

Os pequenos principados que integravam a Terra do Rus, logo começariam a ser atacados por um novo invasor, vindo do leste: os mongóis, povos originalmente agrupados em tribos que habitavam regiões da Ásia Central. Unificados a partir do século XIII, sob a liderança de Gengis Khan (1167-1227), os mongóis, que eram excelentes guerreiros e hábeis cavaleiros, conquistaram um vasto império em terras euroasiáticas, “na última e mais violenta investida de exércitos nômades contra os povos da Ásia Ocidental” (PARKER, 1995, p.127).

Na primeira metade dos 1200, a região do Volga sofreu invasões lideradas por Batu, neto de Gengis, quando várias cidades foram destruídas. Kiev foi saqueada em 1240 e apenas Novgorod ficara a salvo, protegida pelas severas condições climáticas. Os mongóis saíram vitoriosos e tiveram sua soberania reconhecida, com prejuízos econômicos para os príncipes locais que, entretanto, conseguiram manter algumas autonomias, inclusive religiosas, transformados em vassalos dos cãs (chefes) tártaros, para os quais passaram a recolher impostos dispendiosos. Em cerca de dois séculos de submissão, de miscigenação e de adaptação pacífica, a influência tártara deixaria marcas nas raízes culturais e nos costumes russos. (FIGES, 2017, p.454)

Com a unidade do império Mongol se desfazendo, na segunda metade do século XIII, canatos independentes surgiram, entre eles a Horda de Ouro, assim denominado em razão da tenda dourada do primeiro chefe conquistador, que ocupou a região entre os Urais e os Cárpatos (AZEVEDO, 1997, p.223).¹⁰

Em setembro do ano de 1380, na Batalha de Kulikovo, os russos conseguiram uma vitória marcante sobre o exército da Horda de Ouro, mas estes, no ano seguinte incendiaram Moscou, em represália, e atacaram os demais principados, estendendo sua dominação por mais um século.

Em 1395, um grupo tártaro, liderado por Tamerlão (1336-1405), destruiu o que restou do império mongol, inclusive a Horda de Ouro, mas três canatos independentes remanesceram: Crimeia, Kazan e Astracã.

Somente nas últimas décadas do século XV, na Grande Batalha do Rio Ugrá, nas proximidades de Moscou, os invasores tártaros foram finalmente derrotados, encerrando o seu domínio sobre a região.

A Moscóvia e a Terceira Roma

Desde o século X, como vimos, nas terras eslavas existiam vários principados, uns menos, outros mais importantes e ativos, entre os quais podemos destacar Novgorod e Pskov ao norte, Smolensk, Tchernigov e Kiev a oeste, e Suzdal, Tver e Moscou mais a leste.

10 Canatos é a denominação dos territórios governados pelos cãs (ou Khans): termo, originalmente utilizado para denominar chefes tribais mongóis no período de Genghis Khan. Desde o período de dominação mongol na Ásia, a partir do século XIII, o termo "cã" enraizou-se em diversas nações, e seus soberanos, como os reis da Pérsia e sultões Seljúcidas e Otomanos adotaram esse título. Mesmo no século XX, alguns governantes ainda utilizam o título em países como Afeganistão, Paquistão e Uzbequistão. (Nota do Editor)

Kiev, como relatado, fora escolhida pelos varangianos para a formação inicial de um Estado, a Rus Kieviana, que atingiu o seu auge no início do ano 1000. Em 1240, ela foi arrasada pelos invasores mongóis, proporcionando condições para que outro principado se tornasse hegemônico e um novo Estado surgisse: a Moscóvia, nome latinizado com que Moscou ficaria conhecido na Europa ocidental até o começo do século XVIII. A criação da Rus de Moscóvia fora, de certa forma, favorecida pela pouca interferência dos chefes mongóis nas questões internas dos grupos eslavos, mais preocupados que estavam com a arrecadação de impostos.

Moscou teve suas origens no século XII, quando o príncipe Dolgoruki, de Suzdal, construiu uma fortificação rústica com toras de madeira no local onde hoje existe o famoso Kremlin (FIGES, 2017, p.201). Sua localização era privilegiada, na chamada “Mesopotâmia Russa”, cercada por vários cursos d’água importantes como o Volga, os Dvina Oeste e Norte, o Dnieper e o Don, entroncamento de rotas de mercadores. Mas apesar da abundância fluvial, não possuía saídas para águas salgadas, exceto no Mar Branco, no extremo e gélido norte Ártico (PAINE, 2015, p.427).

Um dos príncipes de Moscou, Dmitri Yvanovich Donskoi (1288-1340), da dinastia Rurik, que a governou entre 1359 e 1389, se tornaria famoso devido à vitória sobre os mongóis na já citada Batalha de Kulikovo de 1380. Mas outro evento, ocorrido cerca de dois mil quilômetros ao sul, iria influenciar de forma marcante e definitiva a história de Moscou: a tomada, em 1453, de Constantinopla, então capital do Império Bizantino, pelos turcos otomanos.

Em consequência, a Igreja Russa vai proclamar Moscou herdeira direta de Bizâncio, como a Terceira Roma e última sede da religião Ortodoxa, e seus príncipes como descendentes dos imperadores romanos, vão adotar o título de Czar, herança que vai se materializar com o casamento de Ivan III com Sofia Paleóloga, sobrinha de Constantino XI, último imperador bizantino antes da queda (FIGES, 2017, p.372).

Uma teocracia cristã passou a reunir, desde então, o Igreja e o Estado de Moscóvia, e a definição de Moscou como Terceira Roma “será a base ideológica da formação do império dos czares” (ZHEBIT in SILVA, 2009, p. 171).

Do Reino dos Czares ao Império dos Romanov

A Moscóvia surgiu e começou a crescer a partir de um núcleo formado originalmente pelos principados de Kiev, Novgorod, Vladimir-Suzdal e Moscou, com a liderança deste último, em especial a partir do século XV, cujos príncipes “lançaram as bases do futuro império russo de São Petersburgo”. (ZHEBIT, 2009,)

A união inicial de Moscou com o principado de Vladimir-Suzdal e as anexações, a partir da segunda metade dos 1400, de Novgorod e Tver por Ivan III, de Pskov e Smolensk por Basílio III, e de

Kiev ao final dos 1600, somadas às conquistas dos canatos de Kazan, de Astracã e da Sibéria por Ivan IV, aumentaram gradativamente as dimensões territoriais do Estado, com acesso ao baixo Volga e ao mar Cáspio e a abertura do caminho rumo ao Pacífico. Por outro lado, a assunção pelos governantes do título de Czar e Rei de Toda a Rússia começaria, de modo efetivo com Ivan III e oficialmente com Ivan IV, a transformar um Estado de dimensões regionais em um verdadeiro Reino do Czares de proporções continentais. Mas serão os Romanov que irão promover novas conquistas territoriais na Europa e para além dos Urais, em terras asiáticas, e criar o verdadeiro Império Russo.

A famosa dinastia começou a governar a Rússia após um período de crises internas e invasões externas, como a ocupação de Moscou pelos poloneses em 1610 que resultou na eleição, em 1613, do primeiro Romanov para o trono russo, Miguel I. Também serão os Romanov que irão buscar o tradicional objetivo da política exterior da Rússia: um porto de mar em águas livres durante o ano inteiro.

PARTE II: EM BUSCA DAS ÁGUAS SALGADAS

“A luta pelo acesso aos mares foi uma questão central da história russa, que, do ponto de vista da geopolítica, pode ser interpretada como um movimento na direção dos mares quentes.”¹¹

A Rússia, diferente da Espanha e da Inglaterra, constituiu um império tradicionalmente continental, o mais extenso em terras contínuas sem qualquer oceano a separá-lo de suas possessões asiáticas, nenhuma no além-mar, “todas fazendo parte da mesma massa de terra” (TOSTA, 1984, p.52 e FIGES, 2017, p.462). Mas, se por um lado, colônias no além-mar não eram essenciais como foram para as nações europeias vizinhas, saídas para os mares, em especial para os mares quentes livres dos gelos inverniais, eram imprescindíveis para o futuro da Rússia, uma questão fundamental para a política externa dos czares, e, para conquista-las não foram poucas as guerras enfrentadas pelo controle do Báltico, do Negro e do Amarelo.

Arcangel, no mar Branco, o primeiro porto de águas salgadas

De acordo com crônica escandinava do século IX, navegadores vikings já haviam realizado viagem entre o norte da Noruega e o Mar Branco, para a busca de morsas do Ártico, cujas peles e marfins constituíam mercadorias de grande valor. Mas foi somente na segunda metade do século

11 ZHEBIT, Elena. Império Russo: ascensão e queda da terceira roma. in: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et alii. Impérios na História. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2009. (p.167)

XVI, que aquela rota comercial para a Rússia pelo norte do continente foi aberta ao tráfego mercante, quando navegadores ingleses também chegaram àquele mar (PAINE,2015, p.427), como o mercador Sir Hugh Willoughby, que havia zarpado de Londres, em maio de 1553, com uma frota do composta por três embarcações à procura da Passagem Nordeste, a rota marítima ao norte do litoral siberiano.

Richard Chancellor, que seguia a bordo de um desses navios, foi separado dos demais durante temporal e demandou ao ponto de encontro pré-estabelecido, em Vardo, no norte da Noruega. Não encontrando os demais, rumou para o Mar Branco, alcançou a baía do Dvina, e desceu por terra até Moscou, onde foi recebido pela corte de Ivan IV que o autorizou a fazer trocas comerciais com os russos. Os outros navios de Willoughby invernaram no que seria posteriormente denominado Mar de Barents, onde os tripulantes não sobreviveram às baixíssimas temperaturas. (GRANDES EXPLORADORES, 1980, p.138)

Em 1565, o holandês Olivier Brunel também navegou pela região do mar Branco, tendo fundado entrepostos comerciais no norte da Rússia. Entre 1594 e 1597, outro explorador holandês: Willem Barents (c.1550-1597) também tentou encontrar a Passagem Nordeste, navegou nas águas do mar que leva o seu nome – Mar de Barents, descobriu as ilhas Spitzberg, mas não passou para além do arquipélago russo de Nova Zemba, a leste.

Ainda no governo de Ivan IV, em 1584 a cidade de Arcangel foi inaugurada na baía do Dvina e seu porto passou a ser visitado anualmente por frotas de mercantes ingleses e germânicos, embora fosse uma rota perigosa à navegação devido às severas condições climáticas. Até o início dos 1700, Arcangel permaneceria como o único porto de águas salgadas da Rússia.

O Mar Báltico

Situado ao norte da Europa, entre a península da Escandinávia e o continente, ligado ao Atlântico e ao mar do Norte pelos estreitos de Skagerrak e Kattegat, o Báltico tem uma área de aproximadamente 380 quilômetros quadrados e cerca 4.300 milhas náuticas de recortado litoral, que inclui os golfos de Bótnia, da Finlândia e de Riga. Suas águas salgadas e frias, que chegam a congelar em grande parte durante os rigorosos invernos, desde a alta Idade Média passaram a ser cortadas pelas dracars dos vikings, que dali partiram para suas incursões e conquistas marítimas e fluviais, como fizeram os varangianos suecos.



Imagem: Mar Báltico, ao tempo da disputa pelo seu controle, entre russos e suecos.¹²

O Mar Báltico teve seu controle disputado pelos poloneses, lituanos, dinamarqueses e suecos e, em consequência, suas águas foram palco de várias guerras e batalhas navais, em especial entre os séculos XVI e XVII, quando a Suécia e a Dinamarca se enfrentaram em diversos conflitos. No início da segunda metade dos 1600, ele se tornaria um verdadeiro mar sueco, em especial após a Paz de Westfália de 1648, que pôs fim da Guerra dos Trinta Anos, da qual a Suécia e sua aliada França saíram potências vitoriosas.

Com o expansionismo do Império Russo rumo aos mares, meta perseguida desde os tempos de Ivan IV (1530-1584) e, principalmente, com a chegada ao poder do mais notável dos Romanov: Pedro I (1672-1725), o controle desse mar de águas geladas começaria a ser posto em cheque, especialmente a partir do início do século XVIII, quando navios da primeira força naval russa, composta por seis fragatas recém-construídas no Báltico, foram sendo comissionados (CAMINHA, 1908, p.112), e as guerras com a Suécia se tornaram inevitáveis.

Pedro I, São Petersburgo e o nascimento da Marinha Imperial Russa

Em 1682, assumiu o trono russo o Romanov Pedro I, o Grande, poderoso e autocrata que acabou com o poder patriarcal da Igreja Ortodoxa ao criar um Sínodo Sagrado, sob seu controle, para cuidar dos assuntos religiosos (BURNS, 1999, p.443).

12 CESAR, William Carmo. Uma História das Guerras Navais, 1ª Edição. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013. (p.142)

O novo czar fez sua primeira viagem ao Mar Branco, em 1683, onde determinou a fundação de um estaleiro na região de Arcangel. Quatorze anos depois executou uma operação militar no litoral norte do Mar Negro, conquistando a fortaleza de Azov, nas proximidades da península da Crimeia, não conseguindo, entretanto, uma ocupação definitiva da região que acabou sendo recuperada pelos turcos otomanos.

Devido à resistência otomana, o czar transferiu o seu foco político para o ocidente, “transformando a busca de uma saída para o mar Báltico em objetivo estratégico preferencial da Rússia”. (ZHEBIT, 2017, p.172)

Entre 1697-98, com o propósito de preparar a Rússia para se tornar uma potência militar continental, Pedro realizou uma longa viagem pela Europa Ocidental, visitando em especial a Holanda e a Inglaterra, onde procurou “aprender por conta própria as novas tecnologias de que seu país precisava” para atingir seus objetivos político-estratégicos (FIGES, 2017, p.42).

Naqueles dois anos de ausência, trabalhou em estaleiro naval na Holanda, onde conheceu detalhes sobre a construção de navios, as técnicas de navegação e a organização naval. Em Londres, visitou o Observatório, a Real Sociedade e, em Königsberg, na Prússia, estudou artilharia.

Com a experiência adquirida naquela jornada, a Marinha por ele criada na Rússia fora um misto de modelo inglês e holandês, e as academias militares cópias da sueca e da prussiana. No exterior foram também recrutados docentes para a Escola de Matemática e Navegação de Moscou, estabelecida em 1700, que contribuiu para a formação da Academia Naval de São Petersburgo, em 1715. Da mesma forma, a influência externa vai se fazer presente no Estatuto Naval, modelado pelos similares da Grã-Bretanha, França, Holanda, Dinamarca e Suécia, e no envio de marinheiros, navegadores e engenheiros para aprenderem suas práticas no oeste europeu (PAINE,2015, p.492).

No serviço público em geral, a contribuição estrangeira foi marcante, como na “Tabela de Patentes”, adotada em 1722 e que perdurou por dois séculos. De acordo com essa Tabela, baseada em modelo dinamarquês, três hierarquias foram estabelecidas, no exército, no serviço público e na Corte Imperial, e o servidor que atingisse o posto mais elevado naquelas hierarquias adquiriria o título de nobre.

A Grande Guerra do Norte pelo controle do Báltico (1700-1721)

A disputa pelo controle do Báltico, então sob o domínio do reino Sueco, mas contestado pelo reino da Dinamarca-Noruega e pela Rússia, foi impulsada quando forças suecas ocuparam a ilha dinamarquesa de Zealand, no estreito de Sound e, em seguida, navegaram até o nordeste do Báltico e venceram os russos em Narva, no Golfo da Finlândia. Estava sendo iniciada, em 1700, a Grande Guerra do Norte.

A Rússia, governada pelo czar Pedro I reagiu e escalou a guerra, em 1702, avançando naquele golfo, reconquistando o forte do rio Neva e fundando, às margens do rio, em maio do ano seguinte, a cidade de São Petersburgo. Ainda no Golfo da Finlândia, o czar promoveu a formação da esquadra russa que, além das fragatas que ele mandou construir, incluía galeras a remo do tipo mediterrânea. A nova metrópole se tornaria, em 1712, a capital da Rússia, desbancando Moscou que se transformou em uma capital de província.

Diversos engajamentos ocorreram naquele peculiar teatro marítimo de águas geladas, envolvendo forças navais compostas por navios de alto mar com borda alta e por galeras a remo medievais. Podemos destacar a batalha de Gangut ou Hango, em 7 de agosto de 1714, na saída do golfo da Finlândia, quando uma centena de galeras russas derrotou uma força sueca com um navio artilhado com canhões pesados, meia dúzia de galeras e três embarcações menores. Essa primeira vitória da Marinha da Rússia permitiu às forças do czar operarem livremente em apoio ao desembarque de tropas na Finlândia (GRANT, 2008, p.154).

Em julho de 1717, houve uma pilhagem do litoral sueco por galeras e canhoneiras russas e, em 7 de agosto de 1720, ocorreu a batalha de Gregan, à entrada do golfo de Bótnia, entre dois navios de linha, seis fragatas e uma dezena de navio menores suecos, contra cerca de 60 galeras e 25 navios russos. Nesse engajamento os russos perderam cerca de 40 galeras, mas capturaram quatro fragatas e as forças suecas se retiraram.

Com a conclusão de um acordo de paz, o Tratado de Nystad assinado em setembro de 1721, a Rússia vitoriosa tornou-se uma nova potência europeia e hegemônica do Báltico, com o domínio de vários portos nos litorais dos golfos da Finlândia e de Riga, como Narva, Kronstadt, São Petersburgo e Riga.

A Segunda Guerra do Norte (1788-1790)

Cerca de sete décadas depois da vitória na Grande Guerra do Norte, os russos mais uma vez entraram em conflito com os suecos, entre 1788 e 1790, no governo de Catarina II, a Grande (1729-1796).

Como no conflito anterior, ocorreram inúmeras ações no Golfo da Finlândia, com destaque para as seguintes batalhas navais: Hoglund (julho de 1788), Oeland (julho de 1789), Svensksund (agosto de 1789 e julho de 1790), Reval /Tallin (maio de 1790) e Baía de Kronstadt (junho de 1790).

O conflito terminou com o tratado de Paz de Verela (Värälä), em agosto de 1790 e foi a última guerra na qual as galeras a remo foram empregadas em larga escala e as canhoneiras começaram a mostrar o seu valor em ações bélicas.

Com a guerra Franco-Prussiana e a posterior unificação da Alemanha, em 1871, os alemães passaram ocupar grande parte do litoral sul do Báltico, onde o porto de Kiel vai se tornar o mais

importante do novo Império Alemão, governado pelo Kaiser Guilherme I, além de sede de arsenal e base da esquadra germânica, um poder naval emergente que logo passaria a disputar as águas do Báltico e do Mar do Norte.

As Guerras pelo controle dos Dardanelos, e dos mares Negro e de Azov

Situado a nordeste do Mediterrâneo, ao qual está interligado através de canais, estreitos e outros mares menores - Bósforo, Mármara, Dardanelos e Egeu, o Negro é um mar interior encravado entre o leste europeu e o oeste da Ásia.

Com cerca de 440 mil quilômetros quadrados de área e 635 milhas náuticas em sua maior extensão (leste-oeste), nele deságuam importantes rios como o Don, o Dnieper e o Danúbio, e estão situados portos importantes e históricos como Constantinopla / Istambul, Odessa, Sebastopol, Kaffa / Teodósia, Trebizonda, Yalta e Sinope, entre outros.

Desde a Antiguidade, as águas do Mar Euxino, como o Negro era conhecido pelos gregos, foram cortadas por tradicionais rotas comerciais que interligavam os litorais dos Bálcãs, da Ásia Menor, do Cáucaso, percorridas por embarcações gregas, persas, romanas, bizantinas, venezianas, genovesas e otomanas.

Desde meados do século XVI o Negro foi um mar otomano com os turcos ocupando praticamente todas as suas margens até o final do século XVIII. Com o movimento expansionista liderado pelo Czar Pedro I, os russos começaram a chegar às margens norte do Negro, onde surgiu a primeira esquadra russa e foram construídos os seus primeiros estaleiros e portos, no mar de Azov. (CAMINHA, 112 e 117)



Imagem: Mar Negro, ao tempo da disputa pelo seu controle, entre russos e turcos otomanos.¹³

13 CESAR, Op. Cit. (p. 145)

Vale registrar que, no século IX, os vikings suecos varângios, após a fundação do primeiro Estado russo em Kiev, desceram as águas do rio Dnieper, atingiram o mar Negro e chegaram até Constantinopla. Mas foi somente à época da imperatriz Catarina II (1729-1796) que a obra de Pedro I, o Grande, iniciada nos 1700, foi retomada na região. Mas a busca de acesso livre ao Mediterrâneo Oriental motivou várias guerras e batalhas navais naquela importante e histórica área marítima, envolvendo forças navais dos Impérios dos Czares e dos Sultões. Com vitórias sobre os turcos, a Rússia acabou por conquistar a península da Crimeia, o adjacente mar de Azov e ocupar grande parte do litoral norte do Negro.

A Primeira Guerra Russo-Turca (1768-1774)

A Imperatriz Catarina II da Rússia, pela primeira vez, enviou um esquadrão naval ao Mediterrâneo, para apoiar os gregos, em conflito contra os governantes turcos. Estava em jogo a questão do controle dos Dardanelos. Em duas batalhas navais travadas contra as forças turcas, Chios e Chesme (julho de 1770), os russos foram vitoriosos e, em outubro de 1771, por duas vezes eles forçaram os Dardanelos, não obtendo, no entanto, o sucesso desejado.

Em 1774, foi assinada a paz de Kutchuk-Kainardji e, após aquele ano, os russos obtiveram o direito de navegar no Negro, no Bósforo e nos Dardanelos. Mas a saída do Negro para o Egeu / Mediterrâneo via Dardanelos, importante e histórica área focal, permaneceu e ainda permanece nos dias de hoje, sob o domínio da Turquia.

A Segunda Guerra Russo-Turca (1787-1791)

A anexação da península da Crimeia pelo Império Russo e a fundação da base naval de Sebastopol, em 1783, ameaçaram o controle turco do mar Negro, levando o Império Otomano a um segundo conflito com a Rússia. Duas batalhas marcaram essa guerra: Dnieper (Junho de 1788) e Tendra (setembro de 1790), nas quais os russos saíram vitoriosos, instalaram baterias em Kinburn e conquistaram o porto de Otchakov, passando a ter total controle do litoral norte do mar Negro, após o Armistício de Jassy, em 1792.

A Guerra da Independência da Grécia (1821-1829)

No início da segunda década do século XIX, teve início a guerra de independência da Grécia contra o domínio turco, que mais uma vez iria envolver a Rússia em um conflito na região. Em julho de 1827, os russos se juntaram à Grã-Bretanha e à França para intervir em favor dos gregos.

Por volta das duas da tarde do dia 20 de outubro daquele ano, uma força naval aliada, composta por 10 navios de linha e 12 navios menores - fragatas, corvetas e navios incendiários - sob o

comando de Sir Edward Codrington - penetrou na baía de Navarino, na costa oeste do Peloponeso, e se posicionou paralelamente aos navios turco-egípcios fundeados em linha crescente. Teve início, assim, o combate entre a força turco-egípcia, formada por 3 navios de linha e 75 navios menores sob o comando de Ibrahim Pachá, e a esquadra anglo-franco-russa de Codrington, que possuía superioridade em canhões e artilharia melhor adestrada, e venceu o engajamento afundando mais da metade dos navios de Pachá. Navarino é considerada a última batalha naval da era da vela e resultou na independência da Grécia, assegurada com a Paz de Adrianópolis, assinada em 1829.

A Guerra da Criméia (1853-1856)

A Rússia entraria em conflito com os Turcos, mais uma vez, no início da segunda metade do Século XIX, tendo então a França e a Grã-Bretanha como adversárias. Em foco a questão dos Lugares Sagrados da Palestina, ocupados pelo Império Otomano, cuja influência era disputada pelos cristãos, católicos franceses de um lado e ortodoxos russos do outro; mas, na realidade, as ambições estratégicas e territoriais russas falavam mais alto. A guerra teve início, ainda que não declarada, em julho de 1853, quando tropas russas invadiram as províncias otomanas da Valáquia e da Moldávia, no Danúbio, o que levou a Turquia a declarar guerra, em 04 de outubro.

O risco à segurança do litoral do Mediterrâneo Oriental e das rotas para a Índia e para o Extremo Oriente, levou a França e a Grã-Bretanha a entrarem na guerra contra a Rússia, em março de 1854, embora esquadras anglo-francesas já tivessem entrado tanto no Mar Negro como no Báltico, desde o início do ano, com o objetivo de bloquear as esquadras russas naqueles mares e apoiar a defesa de Constantinopla, no Bósforo.

A guerra, que durou pouco mais de dois anos, envolveu uma série de campanhas navais, não somente naqueles mares com também em Azov, no Branco e no Pacífico.

Ações no Báltico, no Branco e no Pacífico.

Em junho de 1854, as forças navais franco-britânicas iniciam operações navais de bloqueio dos golfos de Bótnia, da Finlândia e de Riga, visando as principais bases estratégicas russas na região, como Kronstadt, Sveaborg, Hängo Head e Reval, além de Bomarsund, nas Ilhas Åland, todas muito bem fortificadas com sólidas defesas de pedra.

No mês seguinte, atacam e bloqueiam portos no mar Branco, como Arcangel, e no Pacífico, como Petropavlovsk, na península de Kamchatka. Mas o teatro principal seria no Negro e no Azov, onde ocorreram grande operações navais.

Ações no Mar Negro

No último dia do mês de novembro de 1853, no porto de Sinope, na margem sul do mar Negro, navios de linha da Esquadra Russa do Almirante Pavel Nakhimov (1802-1855), utilizando projetis explosivos em sua bateria principal de 68 libras – uma inovação trazida para os canhões navais, por sugestão do coronel francês Henry Paixhans (1783-1854), em 1822 – destruiu em poucas horas praticamente todas as fragatas da força turca, além de calar a bateria de terra e incendiar aquele porto. (POTTER & NIMITZ, 1960, p.233).

Com o intuito de reforçar a defesa da região, em apoio aos turcos, em janeiro do ano seguinte, forças navais britânicas e francesas entraram no Negro e, em março, Grã-Bretanha e França fizeram a declaração de guerra à Rússia, aliando-se formalmente ao Império Otomano. Os aliados, posteriormente, desembarcaram tropas na península de Gallípoli e estabeleceram base de operações em Varna, já no interior do Negro.

Com o objetivo em mente de destruir a esquadra russa naquele mar, bem como sua principal base em Sebastopol, iniciaram suas operações com ataque a Odessa e bloqueio da foz do Danúbio. Era o ponto de partida para a invasão da península da Crimeia, decidida em junho de 1854 e iniciada em setembro com um desembarque em Eupatoria, ao norte de Sebastopol, que foi fortificada pelos aliados.

Sebastopol, bastante protegida por fortalezas de pedra, bem armadas com dezenas de canhões pesados, foi bombardeada várias vezes, a partir de outubro de 1854,

“pela mais impressionante força e pelo que há de melhor do poder naval aliado naquele mar, no derradeiro emprego dos velhos encouraçados de madeira e vela ao lado das modernas embarcações de vapor de pás e hélices que representam cerca de um terço do poderio da Marinha Real Britânica, além de navios franceses e turcos”¹⁴

Cerca de um ano após o início da invasão, a 09 de setembro de 1855, Sebastopol caiu em mãos dos aliados. Antes de abandonarem a base, os russos destruíram as instalações, paióis e docas, afundaram seus navios e incendiaram a cidade.

Operações em Azov

O mar de Azov, com uma área de cerca de 37.500 km², é um apêndice ao norte do Negro e a ele ligado pelo estreito de Kertch, localizado a nordeste da península da Crimeia. Em maio de 1855, meses antes da queda de Sebastopol, uma força dos aliados, com cerca de cinquenta navios e 12.000 homens, chegou ao estreito e penetrou no mar de Azov. Operações diversas, realizadas por canhoneiras a vapor aliadas, tiveram como resultado final o abandono, pelos russos, de importantes portos

¹⁴ DUCKERS, Peter. *The Crimean War at Sea. The naval campaigns against Russia, 1854-56.* South Yorkshire, England: Pen and Sword Books Ltd., 2011. (p.64)

e centros comerciais da região, entre os quais Kertch, Yenikale, Amapa, Arabat, Taganrog e alguns outros, o que contribuiu para dificultar o fluxo de suprimentos para a Crimeia.

Operações derradeiras em Kinburn

A última operação naval expressiva da guerra foi o ataque às fortalezas da península de Kinburn, próximo a Nikolaiev, importante arsenal russo junto ao estuário do Dnieper. Na ação, realizada menos de um mês após a queda de Sebastopol, aliados empregaram em suas forças três baterias flutuantes de fundo chato, fabricadas na França, com 1.400 toneladas, protegidas por couraça e armadas com 30 canhões, em pioneira ação em combate: *Tonnante*, *Lave* e *Devastation*. Cercada por tropas em terra e bloqueada no mar pelos navios, finalmente Kinburn se rendeu, pondo fim à campanha naval no mar Negro.

Em Paris, em março de 1856, um Tratado de Paz encerrou a guerra e, em julho, as últimas tropas britânicas deixaram a Crimeia.

Os meios e armas navais, alguns pioneiramente empregados nos teatros marítimos dessa guerra, mostraram grandes avanços, como a propulsão a vapor suplantando a vela, o casco encouraçado superando a madeira na proteção dos navios, vulneráveis ao emprego dos projetis explosivos Paixhans nos canhões navais, e as minas marítimas sendo utilizadas como arma estratégica.

Merecem registro, ainda, as dificuldades para a navegação e para a realização de operações naqueles cenários, especialmente para os aliados, devido à carência de informações e indisponibilidade de cartas náuticas, à existência de áreas com águas rasas, à formação de gelo e fog, além de ventos fortes e tempestades, que tendem a paralisar as movimentações de navios naquela área marítima com a aproximação dos tempos inverniais.

Passada a derrota, com o tempo os russos conseguiram reestruturar suas bases e recuperar seu comércio marítimo, tanto no Báltico, quanto no Branco e no Negro.

A ocupação da Sibéria e o caminho para o Extremo Oriente e para o Pacífico

A jornada dos russos em direção às águas do Pacífico teve início com a exploração da Sibéria Ocidental, que abriu caminho para a ocupação posterior dos Urais, da Sibéria Oriental e para a chegada ao estreito que separa essa região do extremo oriente russo do continente americano.

Em 1581, membros de rica família Stroganov, comerciantes de Novgorod, enviaram a primeira expedição para explorar a Sibéria, sob a liderança do aventureiro russo Yermak Timofeyevich. Os Stroganov eram negociantes de peles e marfim de morsa, mas também de sal, que extraíam naquelas regiões geladas e vendiam na Europa, especialmente na Itália (SALENTINY, 2006, p.32).

Partindo de povoado de Perm, às margens do Kama, junto aos Urais, Yermak cruzou aquela cordilheira e, após invernar na região de Tyumen, combateu os mongóis e ocupou o canato de Sibéria, para em seguida percorrer grande parte da Sibéria Ocidental aproveitando-se das calhas fluviais dos rios siberianos (GRANDES EXPLORADORES, 1980, p.384). Yermak morreu naquela região inóspita, em 1584.

Essa fase exploratória pioneira teve características militares, com tropas russas e cossacas erigindo feitorias fortificadas nas regiões ocupadas que, ao longo dos séculos XVI e XVII, foram se desenvolvendo e se transformando em centros comerciais e cidades, como Tobolsk, Surugt, Obdorsk, Tomsk, Turuchansk e Yakutsk, juntos aos rios Tobol, Ob, Tunguska e Lena, ou à beira do mar, como Okhotsk, já no litoral do Pacífico.

Ao final da primeira metade do século XVII, o mercador cossaco Semyon Dezhnev (1605-1672), também negociante de peles e marfim de morsa, com uma centena de homens em embarcações tipo koches, de fundo chato e um ou dois mastros com vela quadrada, desceu o rio Kolyma até a sua foz, no mar da Sibéria Oriental, no Oceano Ártico, para dali navegar em rumo leste, margeando o litoral norte até o limite oriental da Sibéria (PAINE, 2013, p.498).

Em junho de 1648, a flotilha de Dezhnev cruzou o estreito que separa a Ásia da América e desceu até a região da foz do rio Anadyr, já em águas do Pacífico, não conseguindo, entretanto, desembarcar devido à hostilidade dos Chuckins, habitantes da região. Após sofrer um naufrágio, em outubro daquele ano, e alcançar o litoral com sobreviventes, conseguiu livrar-se de seus perseguidores e, posteriormente construir entreposto comercial fortificado junto ao rio Anadyr (GRANDES EXPLORADORES, 1980, p.362), completando a penetração russa através da Sibéria.

Segundo Salentiny (2006, p.145) e Paine (2015, p.498), Semyon Dezhnev - cujo relato de viagem, esquecido da história por algum tempo, foi descoberto pelo historiador alemão Gerhardt Friedrich Müller (1705-1783), em 1736, nos arquivos da cidade de Yakutsk -, “foi o primeiro europeu a circunavegar a extremidade oriental da Sibéria e a descobrir o estreito entre o Alasca e a Sibéria, 80 anos antes de Vitus Bering e 130 antes de James Cook.”

Em homenagem ao explorador russo-cossaco, que morreu em Moscou em 1672, o cabo localizado na ponta mais oriental da costa siberiana leva o seu nome, Cabo Dezhnev.

As expedições de Bering e o Alasca

Oito décadas depois de Dezhnev, um explorador nascido na Dinamarca, a serviço da Rússia, redescobriu o mesmo estreito, hoje conhecido com Estreito de Bering. Natural de Horsens, na península da Jutlândia, Vitus Bering (1680-1741), com pouco mais de 20 anos e com alguma experiência em viagens de exploração, foi para ingressar como tenente na Marinha Russa pelo norueguês Corne-

lius Cruys (1655-1727) – então Almirante e comandante da Força do Báltico da Marinha de Pedro, o Grande, que ajudara a fundar.

Após permanecer em serviço até 1724, no ano seguinte o Czar lhe ofereceu a chefia da primeira grande expedição russa a ser enviada ao litoral do Pacífico. A viagem científica, iniciada em São Petersburgo, incluiu uma longa jornada terrestre-fluvial, com duração de cerca de dois anos, através da Rússia Siberiana, até a chegada ao Mar de Okhotsk, no litoral do Pacífico. Em seguida, a equipe cruzou aquele mar e alcançou a península de Kamchatka, de onde zarpou, em julho de 1728, com duas embarcações construídas na região. Bering, a bordo da “São Gabriel”, seguiu rumo norte, contornou o extremo cabo leste siberiano, descobriu uma ilha, que denominou São Lourenço, e cruzou o estreito até alcançar o mar de Chukchui no litoral Ártico. Na viagem de volta seguiu a mesma rota, sem ter avistado as terras americanas, devido ao nevoeiro na região. Regressou a São Petersburgo, em 1730, já sob o governo de um novo czar, Pedro II.

Uma nova jornada, denominada “Grande Expedição Nórdica”, seria programada para Bering, por determinação da Imperatriz Ana (1693-1740) que sucedeu a Pedro II, em 1730. Com objetivo de explorar toda a Sibéria, aproveitando as suas ricas bacias fluviais, a expedição deveria cumprir as seguintes tarefas: construir estaleiros e fundições, fundar escolas náuticas, introduzir a criação de gado e inaugurar o serviço postal entre São Petersburgo e a península de Kamchatka no extremo leste.

Bering partiu de São Petersburgo, no início de 1733, com a família e equipe formada por carpinteiros e ferreiros, construtores de navios e cartógrafos, marinheiros e soldados, além de sacerdotes (GRANDES EXPEDIÇÕES, 1980, p.182). Seguiu primeiro até Tobolsk, onde permaneceu por um ano e, em maio, prosseguiu para Yakutsk, nas margens do rio Lena, escolhida como base principal para a organização do restante da viagem. Quatro anos depois, Bering se dirigiu a Okhotsk, onde mandou construir duas embarcações a vela, batizadas de “São Pedro” e “São Paulo”, para a fase marítima da expedição. Em junho de 1741, aproveitando o início da temporada de verão, zarpou rumo à América, a bordo do “São Pedro”, com o companheiro Alexei Chirikov no “São Paulo”.

A 16 de julho de 1741, Bering e seus homens avistaram, no Alasca, o monte Santo Elias, de 5.500 metros, coberto de neve, e em seguida fundeou seu navio na ilha de Kayak, com surto de escorbuto a bordo. Chirikov, separado de Bering durante nevoeiro, também alcançou o Alasca em rota parecida, seguindo ao largo das ilhas Aleutas. No regresso à Kamchatka, com o mau tempo e o escorbuto dizimando a tripulação, o navio de Bering encalhou em ilha próxima à península, onde o grande explorador, já doente, morreu, em agosto de 1741.

Bering constatou a inexistência de terras entre a Ásia e a América, redescobrimo o estreito que separa ambos os continentes, e propiciou a exploração científica da Sibéria, do Alasca e das Aleutas, contribuindo para estender a influência russa ao oriente e até a América do Norte (GRANDES EXPEDIÇÕES, 1980, p.179). Em honra ao navegador, tem hoje o seu nome, não apenas o estreito,

mas também o mar adjacente, além da ilha onde Bering encerrou sua vida.

Em 1784, Catarina, a Grande, enviou o explorador Grigory Shelikov (1747-1795) ao Alaska, onde fundou, na baía dos Três Santos, o primeiro assentamento russo, na ilha Kodiak, iniciando o controle da região. Em 1867, no governo do czar Alexander II, com a Rússia debilitada economicamente após a Guerra da Crimeia, o território do Alasca foi vendido para os Estados Unidos da América.

A chegada ao mar do Japão e a guerra russo-japonesa (1904-05)

Ainda em meados do século XIX, tratados firmados com a China permitiram que a Rússia adquirisse as regiões de Amur e Assuri, entre 1858 e 1860, avançando sua fronteira oriental até as margens do Mar do Japão. Uma década depois, Vladivostok passaria a ser o porto comercial e a base naval russa no Extremo Oriente, embora acumulasse alguns inconvenientes: estar no interior daquele mar japonês, distante do centro de poder do Império dos Czares e congelar em boa parte do inverno.

Ao se iniciar o século XX, uma nova potência política, militar e naval emergia no Extremo Oriente: o Japão. Entre 1894-95, após conflito com a China pela disputa de territórios, o vitorioso Império Japonês ocupou a Coreia e áreas na Manchúria, como a península de Liaodong, a oeste da coreana, que incluía Porto Arthur, de grande interesse da Rússia, por ser abrigado e não congelar no inverno, como Vladivostok.

Após a guerra, por pressão de países europeus como a França, a Alemanha e a própria Rússia, o governo japonês acordou em devolver aos chineses, mediante indenização, a região da península e seu cobiçado porto. O arrendamento posterior à Rússia, por 25 anos, e a autorização, em 1896, para que a ferrovia Transiberiana cruzasse por território manchú, em direção à Vladivostok, vai gerar um novo conflito na região, desta vez entre russos e japoneses.

Como reação aos fatos acima, em fevereiro de 1904, ainda sem declaração de guerra, uma força naval japonesa atacou Porto Arthur, avariando dois encouraçados e um cruzador. Em agosto, navios do Primeiro Esquadrão Russo do Pacífico, ao tentar suspender do porto, então sob bloqueio japonês para demandar a Vladivostok, foram interceptados e engajados pela Força Japonesa do Almirante Togo na batalha do Mar Amarelo, que terminou com alguns navios russos retornando à base e outros se internando em portos neutros. Em outubro, o Almirante Rozhestvenski zarpuou do Báltico, com o Segundo Esquadrão do Pacífico, e se dirigiu ao Mar Amarelo onde, após aquele desgastante cruzeiro de cerca de sete meses, engajou a trágica batalha naval de Tsushima, encerrada a 28 de março de 1905.

Em setembro, com o Tratado de Portsmouth, o Japão, que em seu projeto expansionista na Ásia, teve que se bater primeiro com a China e depois com a Rússia, além de receber a península de

Liaodong e o Porto Arthur, bem como a parte sul de ilha de Sacalina, se consolidou como grande potência militar-naval do Extremo Oriente.

O choque de interesses com o Império do Japão, que desde 1902 havia assinado um acordo de cooperação com a Grã-Bretanha no Extremo Oriente, levou a Rússia a se engajar em uma guerra distante, mais uma vez longe de seu núcleo de poder político, de seus centros industriais e de suas bases navais, que resultou na perda do território arrendado na Manchúria e na manutenção de Vladivostok como principal base naval russa naquela região.

Epílogo: A importância e o significado da chegada russa aos mares

A pequenina Rus Kieviana, que na segunda metade do século XI possuía uma reduzida nesga de litoral no golfo da Finlândia, crescera para o nordeste sob a liderança da Moscóvia, e alcançara, nos 1300, o Mar Branco, no Oceano Ártico. Nos 1500, à época de Ivan IV, o Terrível, a progressão em direção aos mares não fora ainda considerável, mas as conquistas territoriais em direção ao leste foram marcantes, quando os russos venceram os invasores tártaros e conquistaram os canatos da Sibéria, da Kazan e de Astracã, avançando sobre os Urais e chegando ao litoral norte do mar Cáspio.

Com o Romanov Pedro I, o Grande, que criou a Marinha Imperial e modernizou a Rússia, teve início o avanço em direção ao oeste, rumo ao Báltico, e ao sul, ainda que não bem-sucedido, em demanda do Negro. Catarina II e Alexandre I, no entanto, continuaram e concretizaram a obra de Pedro I e, no início do século XIX, o Império dos Czares se estendeu do Báltico ao Pacífico, passou a ser banhado pelas águas geladas do Oceano Ártico em seu vasto litoral norte e, a leste, alcançou o Pacífico e os mares de Bering, de Okhotsk e do Japão.

O Império Russo, que atingira sua maior extensão no início dos 1900, havia incorporado o nordeste do Báltico, o norte do Negro e Azov, além de boa parte do Cáspio. É oportuno registrar que, durante o século XIX, o Império Russo aumentara gradativamente sua extensão, com a ocupação de territórios na Finlândia (1801), na Bessarábia (1812), na Polônia Oriental (1816), bem como na Transcaucásia (1806), no Cazaquistão (1822-24) e no Turquestão (1884) e, ao final, dispunha das seguintes bases navais: Kronstadt, São Petersburgo, Revel, Sveaborg e Libau, no Báltico; Nicolaieff e Sebastopol, no Negro; Baku no Cáspio; e Vladivostok no Pacífico. (CLARKE, 1898, p.157 e HAMMOND, 2000, H-38)



O Império Russo antes do início da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Com relação à expansão geográfica da Rússia e à importância e o significado de sua chegada aos mares, o ponto fulcral deste ensaio, peço vênica para concluir, citando mais uma vez três autores anteriormente referenciados que, em épocas distintas e com propriedade, expressaram fundamentais considerações a respeito.

O coronel inglês Sir George Clarke, oficial do Exército Britânico e administrador colonial, relatou, em 1898:

“A Rússia finalmente chegara aos mares, e sua posição era ‘absolutamente única’, com centros de poder naval no Golfo da Finlândia, no Mar Negro e no Extremo Oriente.”

Delgado de Carvalho, brasileiro, especialista em História das Relações Internacionais, registrou, em 1971:

“Todas essas conquistas refletiram a tendência mestra da política exterior russa dos czares que sempre visou dois objetivos principais: abrir janelas para os mares livres durante o ano inteiro e construir, ao redor do ‘hartland’ geopolítico, bastões de defesa”.

E, finalmente, a russa Elena Zhebit, também especialista em História das Relações Internacionais, em 2009, escreveu:

“A Rússia atingiu de fato status de império depois de ter conquistado a saída para o Báltico, com a construção da cidade de São Petersburgo; para o mar Negro, com a anexação da Crimeia; e para o Pacífico com a colonização da Sibéria e do Extremo Oriente. A expansão geográfica e a saída para os mares construíram, para a Rússia, um país civilização, uma condição sine qua non de sua emergência e sobrevivência”.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BUCHANAN, Meriel. La Dissolution d'un Empire. Huit ans a l'ambassade d'Angleterre a Saint-Petersburg, 1910-1918. Paris: Payot, 1933.
- BURNS, Edward Mac Nall. História da Civilização Ocidental, do homem das cavernas às naves espaciais. 2 vol. São Paulo: Globo, 1998/1999.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. História Marítima. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.
- CARVALHO, Carlos M. Delgado de. Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Bibliex / Record, 1971.
- CESAR, William Carmo. Uma História das Guerras Navais, 1ª Edição. Rio de Janeiro: FEMAR, 2013.
- CLARKE, George Sydenhan. Russia's sea power past and present or the rise of the russian navy. London: Elibron Classics, 2007.
- DUCKERS, Peter. The Crimean War at Sea. The naval campaigns against Russia, 1854-56. South Yorkshire, England: Pen and Sword Books Ltd., 2011.
- FIGES, Orlando. Crimeia. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- _____. Uma história cultural da Rússia. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- GRANDES EXPLORADOES DE TODOS OS TEMPOS. Lisboa: Seleções do Reader's Digest, SARL, 1980.
- GRANT, R.G. Battle at Sea. 3.000 years of naval warfare. London: Dorling Kindersley Limited, 2008.
- HAMMOND Historical Atlas. Union, NJ: Hammond World Atlas Corporation, 2000.
- HOUGH, Richard. The Fleet that had to die. Edinburgh: Birlinn Limited, 2004.
- PAINE, Lincoln. The sea and civilization. A maritime history of the world. New York: Vintage Books, 2013.
- PARKER, Geoffrey (editor). Atlas da História do Mundo. 1ª edição brasileira. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1995.
- PEMSEL, Helmut. A history of war at sea. Annapolis, MD: Naval Institute Press, 1979.
- POTTER, E.B. & NIMITZ, Chester W. Sea Power, a Naval History. Englewood, Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1960.
- SALENTINY, Fernand. Enciclopédia dos Exploradores do Mundo, de Armstrong a Shackleton. Portugal: Centralivros, Livros e Livro, 2006.

SIMONS, Gerald. Os Bárbaros na Europa. Biblioteca de História Universal Life. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

TOSTA, Octávio. Teorias Geopolíticas. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

TURNBULL, Stephen. Genghis Khan and the mongol conquests, 1190-1400. Oxford, UK: Osprey Publishing Ltd., 2003.

ZHEBIT, Elena. Império Russo: ascensão e queda da terceira roma. in: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et alii. Impérios na História. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2009.

O colapso do figurino francês: a crescente americanização do Exército Brasileiro nas páginas da Revista Militar Brasileira

Cesar Alves da Silva Filho¹

Resumo

O presente artigo procura mostrar de que maneira a Revista Militar Brasileira contribuiu para a construção do que a literatura especializada chama de americanização do Exército Brasileiro. Nesse sentido, a revista em questão era o instrumento oficial de propagação das ideias do Estado-Maior do Exército brasileiro e trouxe para dentro de suas páginas discussões que eram consideradas essenciais para a época (1930-1945). Em um primeiro momento, alguns artigos parecem ser completamente influenciados pelo pensamento militar alemão e francês, mas conforme no plano político o Governo de Getúlio Vargas viabilizava chamada Aliança Militar Brasil- EUA, cada vez mais artigos que tinham como referência o modelo organizacional do Exército estadunidense eram debatidos pela referida revista.

Palavras-Chave: Exército, EUA, Brasil, revista Militar Brasileira

Abstract

This article seeks to show how the Revista Militar Brasileira contributed to the construction of what the specialized literature calls the Americanization of the Brazilian Army. In this sense, the magazine in question was the official instrument for the propagation of the ideas of the General Staff of the Brazilian Army and brought into its pages discussions that were considered essential for the time (1930-1945). At first, some articles seem to be completely influenced by German and French military thought, but according to the political plan, the Government of Getúlio Vargas made possible the so-called Military Alliance Brazil-USA, more and more articles that had as reference the organizational model of the American Army were discussed by that magazine.

Keywords: Army, USA, Brazil, Military Brazilian magazine

¹ Doutorando em História – UFMT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8512493551541317>

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer um estudo da Revista Militar Brasileira (RMB) no período entre 1930-1945 e compreender quais eram as principais influências doutrinárias do Exército Brasileiro no início do século XX, bem como compreender como a influência dos EUA foi, de certa forma, ganhando espaço em suas publicações na medida em que ficava mais evidente a concretização da chamada Aliança Militar Brasil-EUA². Este trabalho é resultado de minha dissertação de mestrado defendida em 2017 pela Universidade Salgado de Oliveira.

Breve Histórico da Revista Militar Brasileira

Dito isto, faz-se agora necessário uma contextualização da revista. A Revista Militar Brasileira nasceu em 1882, deste período até o ano de 1889 se chamava Revista do Exército Brasileiro. Posteriormente, nos anos de 1899 a 1908 ela sofre uma mudança de nome e passa a se chamar Revista Militar. Em 1911, houve uma nova mudança e seu nome passa a ser Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército, permanecendo assim até o ano de 1923. Uma nova modificação ocorre em 1924, e até o ano de 1981 ela passa a se chamar Revista Militar Brasileira e, a partir de 1982 até os dias atuais, seu nome é Revista do Exército Brasileiro.

Embora a revista, entre os anos de 1882 e 1887, não possuísse um caráter oficial, pois era editada por um grupo de oficiais, suas publicações, já nesta época, procuravam discutir temas de interesse da oficialidade. Com a criação do Estado-Maior do Exército em 1899, passa a se chamar Revista Militar e adquire um caráter oficial deste órgão.

Segundo Sérgio Ricardo Reis Mattos³ e Júlio Cezar Fidalgo Zary⁴, a Revista Militar Brasileira representava o pensamento oficial do Exército. Nas primeiras décadas do século XX, os militares enfrentavam um intenso debate sobre qual modelo organizacional seguir, se deveria ser o alemão ou o francês. Este debate não estava alheio ao que a revista publicava, pois se tratava de um periódico militar oficial brasileiro⁵.

2 Consultar MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

3 Mestre em Relações Internacionais e Integração pela Universidad Mayor de San Andrés, Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

4 Major de Infantaria, Mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

5 MATOS, Sérgio Ricardo Reis; ZARY, Julio Cezar Fidalgo. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 150, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/REB_rev_labsdef_Sergio.pdf. Acessado em 25/05/2019

Referência Teórica

Neste artigo, nos apropriaremos do modelo explicativo de José Murilo de Carvalho⁶ para estudar o período em questão. O autor faz uso de um recorte temporal utilizando terminologias muito apropriadas para o estudo deste tema, dividindo a relação de Vargas com o Exército em três fases, que são o namoro (1930-1937), a Lua-de-mel (1937-1945) e o divórcio (1945-1964)⁷.

Nesta primeira fase, caracterizada como namoro, o autor aponta que existia, dentre a oficialidade do Exército, um conflito de natureza ideológica e política. José Murilo então detecta alguns modelos distintos de conflitos existentes que separavam estes militares: o do soldado profissional, o intervencionismo reformista e o modelo influenciado pelo Partido Comunista .

O modelo que abordaremos aqui é o intervencionismo reformista, muito comum em países que, por alguma razão histórica, a massa de oficiais se confunde com as classes dominantes. Estes países, em geral, possuem uma instabilidade política que permite intervenções dos militares na política externa.

A partir de outubro de 1930, ao que parece, a ala intervencionista ganha força em suas edições. Com a vitória do grupo político que tinha Getúlio Vargas como líder principal, a revista passa a contar cada vez mais com artigos comprometidos com o modelo de Estado proposto naquele momento.

A influência do modelo alemão na Revista Militar Brasileira

O início do século XX foi de muitas mudanças no seio das forças armadas, principalmente do ponto de vista organizacional. Quando ainda era comandante do 4º Distrito Militar em 1906, o General Hermes da Fonseca percebeu que o Exército precisava passar por profundas reformas. Em quase todos os aspectos estávamos atrasados, desde armamentos velhos até as cartucheiras de couro que não resistiam ao peso da munição.

Dessa forma, neste mesmo ano, uma ementa foi aprovada com o objetivo de enviar oficiais brasileiros que desejassem estagiar em qualquer corpo de tropa da Europa. Obviamente, o destino mais desejado pela oficialidade brasileira foi à Alemanha, devido à mística que envolvia seu Exército, conhecido como um dos melhores e mais bem preparados do mundo, grande vencedora da guerra franco-prussiana de 1870. Com a eleição de Hermes da Fonseca em 1910, o Kaiser alemão Guilherme II faz o convite para que novamente oficiais fizessem um estágio nas tropas de seu país. Estes militares ficaram conhecidos, quando do seu retorno ao Brasil, como jovens turcos.

6 Sobre este tema, ver: CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

7 Pelo que nos propomos a fazer neste artigo, não nos preocuparemos em estudar a fase do divórcio entre Vargas e os Militares, que talvez possa virar tema de uma futura pesquisa.

Este nome foi dado em alusão aos oficiais do Exército turco que, assim como os brasileiros, estagiaram no Exército alemão e ao regressarem para a sua pátria fizeram uma série de reformas, se organizando em um partido para derrubar o sultanato turco em 1923 e instaurar a república⁸.

Procurando fomentar o debate sobre as principais discussões militares que estavam sendo travadas nas revistas europeias, principalmente daquelas nações onde o exército alemão era o modelo, como a Áustria, um país com profundas raízes germânicas, a Revista Militar Brasileira procura, portanto, difundir para seus leitores modelos e ideias vindas de seus antigos mestres alemães.

Na primeira edição da revista no ano de 1930, observamos que, dos nove artigos produzidos, dois estavam assinados por militares criadores da revista *A Defesa Nacional*, que eram Bertholdo Klinger e Francisco de Paula Cidade. O artigo chamado “Reflexões sobre o novo R.T.I. austríaco”⁹, escrito por Bertholdo Klinger merece destaque porque refletia exatamente uma posição da revista em discutir em suas páginas a modernização de suas Armas.

A Primeira Guerra Mundial foi acompanhada de profundas transformações em todos os sentidos e a infantaria também deveria se aprimorar, tanto no que dizia respeito às técnicas de tiro quanto às técnicas de combate. Portanto, o que a revista estava se propondo a discutir, neste referido artigo, eram os regulamentos de tiro para o fuzil, para metralhadora leve, pistola e metralhadora pesada (R.T.I.) que o Exército austríaco estava usando naquele momento. Portanto, interessava aos militares brasileiros, embora em plena vigência da missão militar francesa no Brasil, os antigos ensinamentos de seus mestres alemães.

Na segunda edição relativa ao ano de 1930, dos seis artigos presentes na revista, três tiveram influência dos militares fundadores de *A Defesa Nacional*¹⁰, portanto influenciados pelo modelo alemão. São eles: “Canhões antiaéreos”, “Instrução de combate no novo regulamento da infantaria italiana de 1929”, ambos traduzidos pelo Coronel Klinger, e a continuação de um artigo escrito na edição número 1 da revista chamado “O domínio da Bacia hidrográfica do Prata”, escrito pelo Capitão Francisco de Paula Cidade.¹¹

8 No ano de 1913, já regressos ao Brasil, os jovens turcos criam a revista *A Defesa Nacional*, que por sua vez assemelhava-se à revista alemã *Militär Wochenblatt*, uma revista com teor técnico e militar publicada por membros do Exército alemão entre os anos de 1816 e 1942. A revista brasileira procurava discutir e debater os problemas organizacionais e estruturais do Exército, bem como aplicar o conhecimento adquirido na Alemanha às Forças Armadas.

Os militares fundadores de *A Defesa Nacional* eram Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Sousa Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Basílio Tabora e Francisco de Paula Cidade. Os quatro últimos não estagiaram no Exército alemão, no entanto eram simpatizantes da causa defendida pela revista.

Do ponto de vista estrutural, suas páginas eram organizadas em torno da publicação de manuais, trechos de livros e relatórios traduzidos diretamente do alemão, bem como artigos sobre armas, peças de canhão, munição ou sobre como era feita a organização das tropas germânicas em campo de batalha.

Podemos então concluir que a revista tratava basicamente de assuntos técnicos, dedicando-se a traduzir os ensinamentos germânicos. Através do que absorveram, os jovens turcos passaram a defender o afastamento dos militares da política, uma educação militar e o serviço militar obrigatório, ensinamentos aprendidos enquanto ainda estavam no país europeu.

9 Revista Militar Brasileira, Ano XX, nº 1, Janeiro a março de 1930, Vol. XXIX

10 Ver: MORAIS, João Rafael Gualberto de Souza. *A intelectualidade militar brasileira e sua reflexão sobre a Blitzkrieg*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Ano de Obtenção: 2014

11 Revista Militar Brasileira, Ano XX, nº 2, abril a junho de 1930. Vol. XXIX. BIBLIEX.

No caso em que o Coronel Klinger traduz um artigo austríaco¹² escrito sobre os canhões antiaéreos¹³, procura-se demonstrar como a artilharia antiaérea é modernizadora para qualquer exército. A urgência nas construções de canhões antiaéreos surge na medida em que aviões eram usados para fins militares na Primeira Guerra Mundial. O improviso de canhões de artilharia durante este conflito já era considerado ultrapassado e o que se buscava discutir neste momento é o emprego de artilharia antiaérea, mais rápida contra objetos que se movem com rapidez no espaço.

No segundo caso, em que Klinger mais uma vez traduz um artigo que aparece em uma revista militar de Viena, o objeto de estudo é o regulamento da infantaria italiana de 1929¹⁴. Sendo um estudo bastante técnico, no qual procura-se discutir as regras para o melhor manuseio para a granada de mão, bem como quais são os meios de comunicação e cooperação que uma infantaria dispõe ou sobre como a infantaria deve se portar em relação à artilharia e qual é o papel daquela em relação a esta.

Por último, a contribuição de Francisco de Paula Cidade para a Revista Militar Brasileira é fundamental. Em todas as quatro edições do ano de 1930¹⁵, o Capitão, que até o momento era um dos principais editores da revista, escreve uma série de extensos artigos sobre a intervenção brasileira na região do rio da Prata em uma tentativa de oferecer aos leitores uma parte da história militar do Brasil e seu envolvimento com os países vizinhos.

É interessante notarmos as palavras de Fernando Rodrigues, que afirma que não somente a revista A Defesa Nacional serviu de instrumento divulgador das novas ideias que o Brasil vinha absorvendo. Em suas palavras:

Com relação às publicações, o espaço principal para divulgação das novas ideias trazidas da Alemanha foi o Boletim do Estado Maior do Exército (espaço público e oficial da instituição) e a Revista A Defesa Nacional (espaço privado).¹⁶

A partir da fala deste historiador, podemos concluir duas coisas. A primeira era que a revista A Defesa Nacional não era o único meio de divulgação das ideias dos jovens turcos. Como foi comentado no início deste artigo, a Revista Militar Brasileira se chamava Boletim Mensal do Estado Maior do Exército entre 1911 e 1923 e, portanto, suas páginas também foram usadas para a divulgação do modelo organizacional alemão.

A segunda conclusão é que o Boletim do Estado Maior do Exército era o meio oficial de divulgação do pensamento do Exército, como fora mencionado anteriormente. A partir desta afirmação,

12 Este artigo aparece na "Militärwissenschaftliche und technische Mittheilungen" (em português a tradução é "Comunicações científicas e técnicas militares"), uma publicação do Ministério Federal Austríaco dos negócios da guerra.

13 Revista Militar Brasileira. Ano XX, N° 2. Abril a Junho de 1930, Vol. XXIX

14 Idem.

15 Ano XX, N° 1 ao 4.

16 RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jun-
diária: Paco Editorial, 2010. P 83.

podemos compreender a participação ativa de militares influenciados pelo modelo alemão na Revista Militar Brasileira, pois, desde a época em que se chamava Boletim Mensal do Estado Maior do Exército, este tipo de coisa ocorria.

Portanto, o que percebermos foi que a Revista Militar Brasileira se esforça para se distanciar o máximo possível da política nacional da década de 1930. Com edições inteiras dedicadas ao estudo de técnicas militares e a tradução de artigos militares de revistas estrangeiras, no qual a maior parte vinha de países com cultura germânica, a crítica ao sistema político brasileiro acaba por ficar em segundo plano, pelo menos durante as três primeiras edições deste ano, pois a revista só se manifestará politicamente em outubro de 1930, em sua quarta edição.¹⁷

Acreditamos que isto acontece em função não somente de alguns colaboradores da RMB serem os mesmos de A Defesa Nacional, mas também por haver um processo de permanência das ideias do modelo organizacional alemão por parte da oficialidade brasileira, mesmo em uma época quando a Missão Militar Francesa estava presente no Brasil, onde ela própria irá dar continuidade à instrução de nosso Exército difundindo os ideais não intervencionistas e do soldado profissional.

O próprio Coronel Derougemont, um dos chefes da MMF no Brasil, ao se referir sobre as intervenções políticas dos Tenentes em 1921-1922, escreve um artigo em A Defesa Nacional condenando a revolta e afirmando veementemente que a neutralidade política dos quartéis era uma característica das democracias liberais.¹⁸

Mais ainda, acreditamos que a Revista Militar Brasileira foi um importante espaço de confluência onde todas estas ideias circulavam e eram debatidas.

A Missão Militar Francesa (MMF)

Mas não era somente o modelo organizacional da Alemanha que influenciou profundamente a Revista Militar Brasileira, os franceses também deram sua contribuição. A própria doutrina militar francesa foi muito admirada pela oficialidade brasileira durante a década de 1920. Sobre elas, Adriana Iop Bellintani observa o seguinte:

As ideias doutrinárias francesas provêm dos ensinamentos de Napoleão, envolvendo questões como economia de forças, a divisão do exército em corpos ou grandes unidades, a utilização de trem [SIC] para o abastecimento da tropa, o emprego do serviço de espionagem, a manutenção do segredo nas operações, a divisão dos teatros de operações em principal e secundário, o princípio da estratégia imutável, a liberdade de ação, entre outros.¹⁹

17 Esta manifestação política da revista será objeto de análise posteriormente.

18 CARVALHO, José Murilo de. "Forças armadas e política no Brasil". Rio de Janeiro: Zahar, 2005. P 40.

19 AZEVEDO, Pedro Cordolino. História Militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. Apud. BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009. P. 246.

A cultura militar francesa, portanto, estava centrada no cumprimento severo dos regulamentos. Os militares faziam parte de uma espécie de sociedade à parte da sociedade francesa, fechada a qualquer tipo de influência estrangeira. Os ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, que deram sentido à Revolução de 1789, eram aplicáveis apenas no meio civil, pois no âmbito militar a democracia era um conceito antagônico ao espírito do exército, no qual a aceitação total das leis e das regras de disciplina, bem como a obediência aos superiores deveria ser uma regra seguida por qualquer soldado.

Isso se refletiu na sociedade francesa, onde durante a Terceira República os militares perderam seus direitos políticos, tanto de se candidatar a qualquer cargo público quanto o de votar em eleições, conforme Bellintani:

De 1872 a 1945, os militares não têm direito ao voto, e a lei de 10.11.1875 retira-lhes o direito de participação em atividades políticas. A honra e a virtude provêm dos feitos militares, aliados à bravura, à inteligência e à capacidade física.²⁰

Percebemos então que um dos pilares da doutrina militar francesa, semelhante à alemã, seria o não envolvimento dos militares em questões políticas.

No início do século XX França e Alemanha tinham dois dos exércitos mais poderosos da Europa. Isto se dá muito em função de que em 1889 os franceses estabeleceram uma lei que determina o serviço militar obrigatório, possibilitando-os a alcançar um efetivo em homens de 479.000 soldados contra 556.000 do exército alemão.²¹

Já no final da década de 1910, ao término da guerra, a vitória francesa acarretará na assinatura do Tratado de Versalhes, quando as forças políticas e militares estavam ao lado dos franceses, acarretando pesadas perdas para o lado alemão, o que só aumentaria a rivalidade entre estas duas nações.

Com o período entreguerras os franceses reduzem dramaticamente seus efetivos militares. Isso se dá principalmente devido à desvalorização dos soldados. Para se ter uma ideia, entre 1924 e 1936 os franceses reduzem em 7.222 o número de oficiais, passando de 35.222 para 28.000.²²

A Missão Militar Francesa continuaria e completaria o trabalho implantado pelos jovens turcos alguns anos antes. Mas não foi somente para o Brasil que os franceses enviam missões militares, na década de 1920 os franceses enviam missões também para o Uruguai, Guatemala, Peru e México.

20 BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009. P. 247.

21 POIDEVIN, Raymond. *La puissance française face à l'Allemagne de 1900*. In: POIDEVIN, Raymond (org.). *La puissance française à la belle époque: mythe ou réalité?* Paris: Complexe, 1989. P.233. Apud BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009. P. 246.

22 BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009. P. 246.

Franceses e alemães passam a disputar mercado pela presença militar em outros países. Na verdade, o envio de missões militares era, em última instância, uma forma de marcar território e expandir suas influências econômicas e culturais em outras nações, pois “a Alemanha também se interessava pelo envio de missões militares, daí a disputa entre os dois países, pois a França queria conquistar mercados consumidores, fazendo frente à expansão alemã.”²³

Com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, as autoridades militares brasileiras começaram a travar uma discussão sobre a possibilidade de uma nova missão militar ao país, preferencialmente de um país vencedor. Na verdade, para a alta oficialidade do Exército ficaria inviável para o Brasil uma missão militar da Alemanha diante da desastrosa derrota na grande guerra, embora este fosse o desejo principal dos turcos.

No relatório do Estado-Maior do Exército, de 1917, o General Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, chefe do EME, afirma que o ensino militar deveria ser reformado. Somente uma missão militar estrangeira seria capaz de reestruturar tais estabelecimentos de ensino e até mesmo o Estado-Maior. Segundo o General

[...] faltava muito do espírito militar prático, em grande parte culpa do modelo de ensino adotado nas antigas escolas militares onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujava a tudo. Apesar da crítica de alguns oficiais que combatiam a ideia de se contratar uma missão estrangeira, por que decretaria o fim dos brios militares, do prestígio e do patriotismo, o relator atenta para o resultado extremamente positivo que Missões Estrangeiras conseguiram na organização militar da Argentina, do Chile e do Peru.²⁴

Finalmente, em 28 de maio de 1919, o governo brasileiro, através do decreto Nº 3741 contrata a missão militar francesa em acordo firmado entre o Coronel Malan D'Angrogne e o então ministro da guerra da França George Clemenceau.

O chefe desta empreitada era o General francês Maurice Gamelin, que desembarca no Rio de Janeiro em março de 1920. Segundo José Murilo de Carvalho, foi a Missão Militar Francesa “que tornou possível o início da implementação da nova doutrina graças à formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão²⁵”.

Segundo a historiadora Adriana Iop Bellintani, o desejo dos franceses não era só difundir seus ensinamentos militares para outros países. Nesse sentido

“os franceses articulam-se para promover a difusão de sua cultura, embora seu principal objetivo seja a venda de material bélico. Em 1920, Gamelin publica, em portu-

23 Idem

24 RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jun-
diá: Paco Editorial, 2010. P 106.

25 CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

guês, regulamentos de campanha e de artilharia, com vistas a facilitar a exportação de armas²⁶

O contrato estipulava que os franceses comandariam as escolas de Estado-Maior (EEM), de aperfeiçoamento de oficiais (EsAO) e de Intendência Veterinária. Por outro lado, o Brasil ficaria comprometido a privilegiar a indústria francesa na compra de equipamentos bélicos, coma condição que os preços fossem equivalentes a o de outros países.

No entanto, a pretensão do governo francês de vender material bélico ao Brasil não foi bem sucedida. A MMF vendia ao governo brasileiro material usado e desgastado. Este fato faz com que as autoridades se voltassem para comercializar com países como a Dinamarca, a Alemanha e os EUA.²⁷

A influência que a MMF exerceu sobre o Exército Brasileiro se verificou muito mais sobre a alta oficialidade do que sobre os praças e soldados. A reforma de estabelecimentos de ensino militar, como os já citados EEM e EsAO, foram fundamentais para a propagação a doutrina francesa, mas segundo Oliveira²⁸, os ideais doutrinários franceses não foram propagados de forma igualmente intensa, em todas as unidades e estabelecimentos militares.

Em um nível hierárquico mais baixo, onde estão os praças e soldados, pouco ou nada se nota sobre a influência francesa, já que até os armamentos usados pela tropa tinham procedência alemã (Fuzil Mauser) ou dinamarquesa (Metralhadoras Madsen).

Embora, como dito anteriormente, um dos preceitos da doutrina militar francesa fosse o não intervencionismo na política, no Brasil, este fato parece que surtiu um efeito contrário, já que alunos da MMF não seguiram os ensinamentos de seus mestres neste sentido, como bem observa Oliveira:

A concepção de profissionalismo, por força da atuação da MMF, certamente se consolidou mas, de um ponto de vista político, no sentido inverso ao pretendido pelos mestres franceses. Se na França a profissionalização do Exército levou ao seu afastamento da política, no Brasil ocorreu o contrário, levando os militares a reelaborarem sua atuação política no sentido da maior participação nas grandes questões nacionais e, lógico, na elaboração de uma política da instituição a ser implementada e, no limite, defendida diante de outros atores e instituições nacionais.²⁹

Os resultados práticos para o Brasil da MMF foram um passo largo no caminho da profissionalização e modernização do Exército. Assim, o ensino militar da alta oficialidade foi reformulado, bem como a doutrina que guiava o corpo de oficiais, onde a presença francesa foi mais sentida.

26 BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009. P. 248.

27 OLIVEIRA, Dennison de. *Herança Francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945)*. In: Revista de Estudos Estratégicos. Rest V. 7, nº 14. Jul-Dez 2015. Rio de Janeiro, INEST-UFF, 2015.

28 Idem.

29 Ibidem, P. 155

Influência do modelo francês na Revista Militar Brasileira

Sendo assim, a Revista Militar Brasileira não estava alheia a estas transformações e seus artigos sofreram uma grande influência tanto da presença dos jovens turcos quanto da Missão Militar Francesa.

Como fora dito anteriormente, um dos redatores da revista era o Capitão Francisco de Paula Cidade, que em 1913 ajudara a fundar a revista “A Defesa Nacional” e profundamente influenciada pelo pensamento dos jovens turcos ainda que a Missão Militar Francesa atuasse no país.

Segundo McCann, havia os militares que eram contrários a MMF e preferiam o modelo alemão, em suas palavras:

O Exército Brasileiro estava sendo refundido segundo o modelo francês, para tristeza dos militares mais nacionalistas e daqueles que estavam convencidos da superioridade do equipamento e dos métodos alemães.³⁰

O próprio autor afirmou que na primeira metade do século XX, tanto o sistema alemão quanto o francês e o estadunidense tiveram influência no Exército do Brasil. Mais ainda, estas influências não se substituíram completamente, muito pelo contrário, elas se interpenetravam.

É isso que mostra a primeira edição, que compreendia artigos de janeiro a março de 1930. Nela, encontramos uma série de artigos técnicos e outros que procuravam conhecer a fundo os aspectos geográficos não só do Brasil, mas também da América do Sul. O gráfico a seguir apresenta o número de artigos traduzidos de revistas estrangeiras na década de 1930, o que denuncia um número elevado de escritos oriundos de revistas europeias, sobretudo de periódicos franceses:

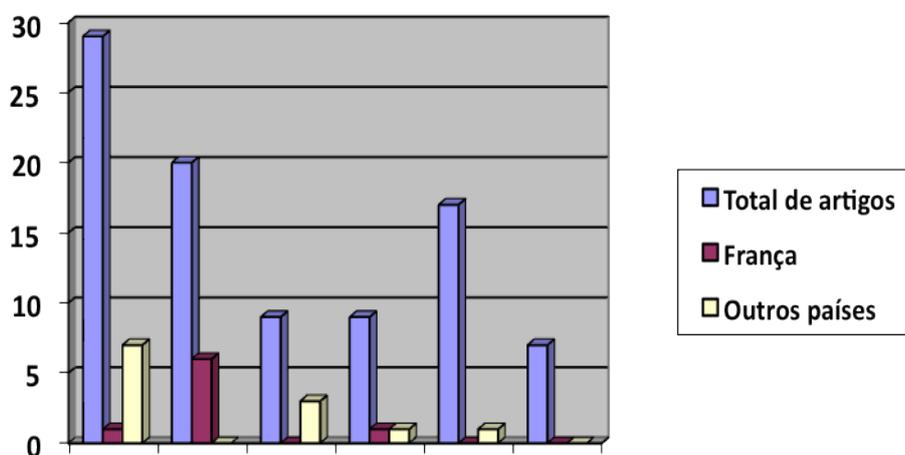


Gráfico 1 – Total de artigos traduzidos diretamente de revistas francesas

30 MC CANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército Brasileiro. In: *Revolução de 1930 – Seminário Internacional*. Brasília: UnB, 1983. p. 218.

A partir do gráfico apresentado, percebemos que a Revista Militar Brasileira possuía o hábito de traduzir em cada ano, pelo menos um artigo oriundo de revistas francesas. Observando desta forma, com todos os outros países se contrapondo aos escritos traduzidos da França, temos a impressão que sua literatura especializada era pouco requisitada, mas se observarmos de perto veremos que na verdade não era este o caso.

Analisando separadamente os outros países no qual os diretores da revista buscavam informação eram: Áustria (3 artigos em 1930), Itália (2 artigos em 1930, 1 em 1933, 1 em 1936 e 1 em 1937), Espanha (1 artigo em 1930), Chile (1 artigo em 1930), Bélgica (1 artigo em 1933), EUA (1 artigo em 1933) e França (1 artigo em 1930, 6 em 1931 e 1 em 1936).

A partir dos números apresentados acima, percebemos que foram as revistas francesas as mais comentadas e analisadas pela oficialidade brasileira. Os artigos eram de ordem estritamente técnica, debatendo assuntos de interesse dos militares no que diz respeito ao treinamento da tropa. Na tabela a seguir, teremos mais clareza deste assunto:

Tabela 1 – Nome dos artigos traduzidos do francês

Nome	Ano	Revista de Origem
Mecanismo de Combate dos C.C.	1930	Centro de Treinamento de Carros de Combate, Versailles
Instrução de combate do soldado	1931	Revue d' Infanterie
A infantaria britânica	1931	Revue d' Infanterie
Pedidos de tiro feitos pela infantaria à artilharia	1931	Revue d' Infanterie
A defesa das fronteiras terrestres do território da França	1931	Revue du Génie Militaire
A criptografia militar das potências centrais durante a guerra de 1914-1918	1931	Revue Militaire Française
Regulação em alcance do tiro dos engenhos de acompanhamento da infantaria	1931	Revue d' Infanterie
A cavalaria moderna	1936	ESG - Paris

O ano de 1931 foi o de maior produção importada da França, onde a preocupação clara da direção da Revista Militar Brasileira foi debater com seus leitores temas técnico-profissionais. É o caso de “Mecanismo de Combate dos C.C.”³¹, escrito originalmente pelo Tenente-Coronel Clayeux, instrutor do Centro de Treinamento de Carros de Combate (C.C.), em Versailles. Este artigo buscava compreender os mecanismos de combate de carros leves que, segundo o autor, poderiam ser

31 Revista Militar Brasileira. Ano XX. Nº 4. Outubro a Dezembro de 1930. Vol. XXIX. AHXX

divididos em: acionamento de pequenas unidades C.C., combate de uma ou mais seções de C.C. e funcionamento de órgãos constitutivos da Cia de C.C.

Também podemos citar “Instrução de combate do soldado”³², traduzido da renomada revista militar da França “Revue d’ Infanterie, tratava da instrução para soldados de acordo com regulamentos militares franceses. O autor defendia inclusive que a busca por objetivos e a transmissão de ordens são fundamentos básicos deste regulamento.

O terceiro exemplo que damos é o artigo chamado “Pedidos de tiros feitos pela infantaria à artilharia”³³, também traduzida pela “Revue d’ Infanterie”, onde situações militares são aqui debatidas. Qual é a responsabilidade de um Capitão de uma Companhia, em uma situação de fogo inimigo, em localizar o armamento inimigo? Segundo as ideias contidas neste artigo, é necessário este oficial saber a localização exata de tais armamentos para o sucesso de uma operação.

Mas não era somente traduzindo artigos do francês que podemos inferir a influência da Missão Militar Francesa na Revista Militar Brasileira. A própria oficialidade era extremamente seduzida por estas ideias e pela cultura da França em geral. Para termos uma exata noção do tamanho da influência francesa na oficialidade brasileira analisaremos um artigo que aparece na segunda edição da revista em 1930 chamado “Concurso de admissão- Escola de Estado Maior”³⁴ escrito como forma de informativo para orientar militares futuros candidatos ao posto de oficial sobre quais livros estudar e quais assuntos seriam cobrados na prova.

A cobrança feita pela Escola para que o candidato falasse mais de uma língua, e em especial, o francês, já era feita desde antes que o mesmo fizesse a prova. A maioria dos livros indicados para estudo eram em francês, como podemos observar:

A questão das línguas em que as diversas obras são escritas não é, neste caso, um embaraço, porque todo oficial de Estado Maior não pode deixar de conhecer, pelo menos, duas outras línguas, além da sua, coisa que constitui uma exigência dos cursos de humanidades, necessários para a matrícula na Escola Militar.³⁵

Os conhecimentos cobrados dos candidatos versavam, dentre outras matérias, sobre a História do Brasil, com bibliografia extensa e contando com o total de 23 livros indicados pelos editores da revista. Quando o assunto cobrado era História Militar, dos 27 livros que constavam na bibliografia do concurso, 13 estavam em francês e não versavam somente sobre a história militar europeia. Três destes livros eram sobre a história militar dos EUA, pois um dos tópicos cobrados para o exame seria a Guerra de Secessão (1861-1865), ou seja, quando se tratava de estudar a história militar estaduni-

32 Revista Militar Brasileira. Ano XXI. N 1. Janeiro a março de 1931. Vol. XXX.

33 Idem.

34 Revista Militar Brasileira. Ano XX, N° 2. Abril a junho de 1930, Vol. XXIX.

35 Idem. P. 123

dense, o Estado Maior preferia recomendar aos seus candidatos a leitura de livros escritos por autores franceses do que pelos próprios autores dos EUA³⁶.

Mais ainda, era desejável que o candidato versasse sobre a evolução política dos Estados Unidos da América e mais uma vez recomendava-se quatro livros, todos em francês.³⁷ Mais uma vez nenhum livro ou autor em inglês era recomendado, mesmo para o estudo dos EUA.

Quando o assunto cobrado era a tática militar propriamente dita, seis livros eram recomendados e somente dois eram em português, que eram “Curso elementar de Tiro, de Borges Fortes”³⁸ e “Curso de Arte Militar, de Favê”³⁹. Todos os outros livros estavam em língua francesa.

Isto deixa evidentemente claro que o Estado Maior do Exército procurava penetrar o idioma francês como uma segunda língua a ser falada pela oficialidade da época. A Revista Militar Brasileira agiu como uma grande difusora, no início da década de 1930, tanto do velho pensamento alemão quanto do francês.

A Revista Militar Brasileira, em suas primeiras edições da década de 1930, apresenta, como observamos, uma série de artigos que contemplam o pensamento das duas vertentes de pensamento militar, que de certo modo, convergem em alguns aspectos, mas eram rivais do ponto de vista político naquele momento.

A crescente americanização da Revista Militar Brasileira

Nesta parte do trabalho gostaríamos de apresentar os números expostos por esta pesquisa para que se possa ter uma ideia da importância que o modelo militar estadunidense teria para os leitores da revista.

Dennison de Oliveira fala de uma americanização do Exército, do qual tomamos o termo emprestado para dar nome ao título deste artigo. Em sua argumentação, o autor afirma que os EUA tinham um objetivo estratégico importante que era o de americanizar o Exército brasileiro, e é a partir daí que entenderemos o compromisso estadunidense em treinar a FEB.

Para o historiador, houve um processo de cooptação dos militares brasileiros por parte do Exército dos EUA. Este processo só foi possível graças a colaboração de algumas figuras de dentro da administração militar brasileira. Figuras como o General Gustavo Cordeiro de Farias ficariam entusiasmadas com a ideia de um novo modelo organizacional ser adotado, sobretudo após o fracasso francês em 1940.⁴⁰

36 Ibidem. P. 129.

37 São eles: Les États-Unis d' Aujourd'hui, de André Siegfried; Histoire des États-Unis, de E. Labonlaye; Les États-Unis, de Charles Chestre e Les États- Unis, de Max Ferrand.

38 Revista Militar Brasileira. Ano XX, nº 2. Abril a junho de 1930, Vol. XXIX. P. 129.

39 Ibidem. P. 130.

40 Sobre este tema, ver: OLIVEIRA, Dennison de. A Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

Não podemos afirmar que a Revista Militar Brasileira fazia uma defesa intransigente do modelo organizacional estadunidense em suas páginas. Mas afirmamos certamente que a década de 1940 trouxe para a oficialidade brasileira, ao menos para aqueles que controlavam a revista, alguma curiosidade sobre certos aspectos da organização do Exército dos EUA.

A primeira vez que o Exército estadunidense é mencionado pela revista acontece somente no ano de 1941, em um artigo chamado “A melhor Força Aérea”⁴¹. Trata-se de um artigo escrito Lloyd Lehrbas, da Associated Press e traduzido para o jornal A Gazeta de S. Paulo e publicado pela revista, seguindo um costume antigo de tradução e publicação de artigos estrangeiros. A grande questão era que até aquele momento quase a totalidade de artigos traduzidos de revistas estrangeiras tinham origem alemã, italiana, polonesa ou francesa. Pela primeira vez, pelo menos desde 1930, a Revista Militar Brasileira se referia ao Exército dos EUA.

Esta reportagem trazia uma informação sobre a Força Aérea dos EUA, que possuía uma capacidade de fabricar e equipar uma esquadrilha de 12 a 15 aviões em um período de 48 horas. Fora esta capacidade espetacular produção, os aviões estadunidenses também receberam destaque neste artigo, como por exemplo os aviões de caça Bell P-89, conhecido como “canhão com asas” e o Curtiss P-40-E recebem atenção especial.

Embora esta primeira menção ao Exército dos EUA apareça na edição de 1941 da Revista Militar Brasileira, não é possível ainda afirmar que neste ano suas publicações se voltam para o estudo do modelo organizacional estadunidense, ou seja, não é possível detectar um sinal daquilo que virá a ser chamado de americanização do Exército.

Sobretudo porque neste ano de 1941, ano em que a revista retoma suas atividades depois de dois anos de pausa, se compararmos com a totalidade de artigos escritos, que foram 30, este artigo elogiando a Força Aérea dos EUA pode ser entendido como uma exceção, não como uma regra, já que em um universo de 30 publicações, uma tratava do assunto em questão.

Mas é a partir do ano de 1942 que um interesse maior pelas técnicas empregadas pelo Exército dos EUA aparecem com mais frequência na revista. Na edição número quatro deste mesmo ano são escritos dois artigos que exemplificam com clareza o que aqui é tratado. Vale dizer que nesta mesma edição foram escritos 13 artigos⁴² dentre os quais nada menos do que 12 se referiam ou ao front de guerra que os EUA estavam lutando naquele momento ou às técnicas propriamente ditas que seus exércitos empregavam no campo de batalha.⁴³

41 Revista Militar Brasileira. Ano XXIX. Nº 3. Julho a setembro de 1941. Vol. XXXVIII. AHEx.

42 Consultar FILHO, Cesar Alves da Silva. *O namoro perfeito: o papel da Revista Militar Brasileira na construção do consenso político entre o Exército e o governo Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Salgado de Oliveira. PPGH UNIVERSO, 2017. Disponível em: <https://ppghistoria.universo.edu.br/busca/?cat=2017&cat2=188&cat3=1514&search=>

43 Este número foi discutido com maior profundidade em minha dissertação de mestrado

No ano seguinte esta americanização se tornaria mais evidente ainda, muito mais do que nos dois anos anteriores. Consultando o anexo IX podemos perceber que em 1943 um total de 46 artigos foram inseridos na Revista Militar Brasileira. Até esta data, teria sido o ano de maior produção deste veículo. Mas o que nos chama a atenção é que do total de artigos produzidos, dois deles foram traduzidos diretamente de revistas especializadas dos EUA.

Certamente, em um primeiro momento, pode parecer um numero pequeno se comparado ao total de artigos produzidos em 1943, mas analisando de perto perceberemos que não se trata da realidade. Primeiramente porque pela primeira vez desde o ano de 1930 que mais de um artigo fora traduzido de revistas especializadas dos EUA em um mesmo ano. Lembramos que durante a década de 1930, até mesmo em sua edição de 1941 a revista se preocupava bastante em traduzir e conhecer artigos de revistas cujas técnicas eram oriundas de países como França e Alemanha.

Em segundo lugar porque não eram somente dois artigos em um universo de 46 produzidos, como se todos estes outros tivessem como temática assuntos completamente diferentes dos que tratam estes dois. Na verdade, como observaremos mais adiante neste trabalho e por este motivo não será tratado aqui, a quase totalidade da edição de 1943 tinha como pano de fundo as técnicas empregadas pelos Aliados, e em ultima instância, os EUA, na guerra que se travava principalmente no Norte da África. A única diferença é que estes dois artigos foram escritos e traduzidos diretamente de revistas especializadas dos EUA.

O primeiro artigo se chama “A artilharia divisionária na defensiva” escrito pelo Tenente-Coronel T.E. Binford, instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército dos EUA⁴⁴. Trata-se de um artigo escrito originalmente para a *Military Review*, uma renomada revista de assuntos militares dos EUA⁴⁵. A tradução deste artigo foi feita pelo Tenente-Coronel Armando Pereira de Vasconcelos.

Trata-se de um estudo do papel que deve ter a Artilharia quando está em missão. Na verdade, o autor afirma que esta possui três papeis. O primeiro é impedir que o inimigo conduza um ataque coordenado. O segundo é concorrer para deter ou quebrar o ataque que a Artilharia consiga desembocar e o terceiro seria apoiar os contra-ataques.

O autor então elenca alguns conceitos básicos que procura discutir neste artigo. Seriam eles: a escolha das posições, a natureza dos fogos, a conduta da defesa e o sigilo. Todas estas condutas executadas com perfeição acarretariam no sucesso da operação da Artilharia. O interessante nesta publicação seria os comentários do tradutor, o Tenente-Coronel Armando Pereira de Vasconcelos.

44 Revista Militar Brasileira. Ano XXXI. Nº 3 e 4. Julho a dezembro de 1943. Vol. XL. AHEx

45 Esta era uma renomada revista militar dos EUA, publicada pelo Fort Leavenworth, nos EUA. Na internet, conseguimos um link onde tivemos acesso à publicação original da revista em questão neste ano de 1943, onde inclusive, o artigo aqui tratado está publicado originalmente: <http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p124201coll1/id/974>

Este oficial acrescenta no artigo que dentro destes ensinamentos, não havia muito o que se aprender de novo, pois a Escola de Estado-Maior do Exército brasileiro já as aplicava, como podemos observar:

Como vemos, não há, a nosso ver, muito o que considerar dentro do método que empregamos na nossa Escola de Estado-Maior. Ao revés, há muita coincidência no nosso modo de encarar as questões. A importância atribuída aos tiros de oportunidade, está bem realçada nos nossos regulamentos sob o título de “tiros à vista”.⁴⁶

Para o tradutor, as únicas questões a serem aprendidas pelos brasileiros versavam sobre os ensinamentos oriundos da intervenção frequente dos engenhos blindados inimigos a serem tratados pelos tiros a vista e sobre a questão dos contra-ataques.

O outro artigo que é publicado nesta mesma edição de 1943 se chama “Artilharia na ofensiva”⁴⁷, escrito pelo Major General F. Samsonov⁴⁸ e transcrito no periódico especializado “The Field Artillery Journal”⁴⁹, em agosto de 1943. A tradução também ficou sob responsabilidade do Tenente-Coronel Armando Pereira de Vasconcelos.

Embora este fosse um artigo escrito por um oficial não pertencente ao Exército dos EUA, foi publicado por uma renomada revista militar estadunidense e por este motivo levamos em consideração. Na verdade, o que o Major General Samsonov procura discutir neste artigo é a primeira fase da ofensiva soviética de 1941, onde a artilharia alemã foi superada pela soviética, pois o Exército vermelho percebeu que seus métodos usuais de apoio à infantaria não estavam surtindo efeito, a partir deste momento, elaboraram novos métodos denominado “artilharia na ofensiva”.

A publicação destes dois artigos em 1943 pela Revista Militar Brasileira demonstra que de certa forma sua direção já se preocupava com o pensamento militar estadunidense. A tradução de artigos de renomadas revistas dos EUA demonstram exatamente isto. Como afirmamos anteriormente, este fato não era comum em edições anteriores da revista, o que era comum na verdade era a tradução de artigos oriundos de revistas que disseminavam o pensamento militar alemão ou francês, mas agora os tempos eram outros.

Os anos de 1944 e 1945 demonstram exatamente isto, já que nestes anos o interesse da revista pelo modelo estadunidense cresceu consideravelmente. Em 1944 foram escritos no total 46 artigos⁵⁰, dos quais seis foram traduzidos de revistas militares dos EUA. Alguns, inclusive, representaram o pensamento militar estadunidense.

46 Revista Militar Brasileira. Ano XXXI. Nº 3 e 4. Julho a dezembro de 1943. Vol. XL. AHEx. P. 352.

47 Idem. P. 355.

48 General do Exército soviético

49 Revista militar dos EUA publicada pelo Fort Sill, em Oklahoma

50 Consultar FILHO, Cesar Alves da Silva. *O namoro perfeito: o papel da Revista Militar Brasileira na construção do consenso político entre o Exército e o governo Vargas (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Salgado de Oliveira. PPGH UNIVERSO, 2017. Disponível em: <https://ppghistoria.universo.edu.br/busca/?cat=2017&cat2=188&cat3=1514&search=>

O primeiro seria “O Tigre caminha debaixo d’água”⁵¹, escrito originalmente para a *Military Review*, que consistia em um estudo do novo tanque alemão “super panzer”, capaz de atravessar rios em profundidades de até 4,5 metros. O segundo artigo aqui tratado foi escrito também no primeiro semestre de 1944. Trata-se de “Perfeição num bombardeio de precisão”⁵², também escrito originalmente pela *Military Review*, onde pode-se observar um estudo feito sobre os ataques ocorridos à Fábrica “Focke-Wulf”, na Prússia Oriental em outubro de 1943 por bombardeiros “Liberators”.

O terceiro artigo em questão foi publicado na edição do segundo semestre da *Revista Militar Brasileira*. Trata-se de um estudo feito pelo General Hawkin, do Exército dos EUA, transcrito originalmente para o *The Cavalry Journal*⁵³ e traduzido pelo Coronel Armando Pereira Vasconcelos. Chamado “O agrupamento Cavalaria-Carro” reflete o pensamento deste oficial estadunidense, onde se faz uma crítica elogiosa ao artigo chamado “Agrupamento Cavalaria Carro”⁵⁴, de Nicholas Corotneff, do Exército Russo, também publicado pelo *The Cavalry Journal*. O General Hawkin procura demonstrar como este assunto merece ser estudado e a ponto de ser fundamental para o futuro da doutrina de guerra dos EUA. As combinações de carro com a Cavalaria eram imensamente estimadas por este oficial.

O quarto artigo se chama “Estudo comparativo entre as Divisões de Infantaria alemã e japonesa”⁵⁵, escrito pelo Tenente-Coronel. C.R. Warndorf⁵⁶, oficial do Exército dos EUA. O autor aqui procura estabelecer algumas diferenças e semelhanças das Divisões japonesas estacionadas na China e das alemãs estacionadas na Rússia. Por exemplo, segundo o autor, a organização do Exército japonês baseia-se nas qualidades individuais de seu soldado, fazendo-o crer ser uma raça superior no longínquo oriente. Os alemães possuem mentalidade semelhante, onde seu soldado acreditava pertencer a uma raça superior e eleita, fazendo-os crer serem super-homens.

O quinto artigo se chama “Infantaria e tanque”⁵⁷, escrito pelo Capitão estadunidense Sidney S. Combs⁵⁸. Nele, o autor procura tratar sobre a importância da combinação Infantaria-Artilharia-Tanque para o sucesso de uma operação. Para isso, a campanha da Tunísia é tomada de exemplo, onde os alemães foram cercados exatamente pelo uso desta tática no Exército dos EUA.

O sexto se chama “O plano de bombardeio aéreo” e também é publicado no segundo semestre de 1944⁵⁹, escrito pelo Tenente-Coronel. George W.R. Zethern, instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA. O oficial procura debater a doutrina estadunidense sobre a organização do

51 Revista Militar Brasileira. Ano XXXII. N° 1 e 2. Janeiro a junho de 1944. Vol. XLI. AHEx.

52 Idem

53 Renomada revista militar dos EUA, publicada pela United States Cavalry Association, Washington DC.

54 Revista Militar Brasileira. Ano XXXII. N° 3 e 4. Julho a dezembro de 1944. Vol. XLI. AHEx.

55 Idem.

56 Encontramos uma referência a este oficial na Biblioteca da CIA (<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80R01731R002000070085-4.pdf>)

57 Revista Militar Brasileira. Ano XXXII. N° 3 e 4. Julho a dezembro de 1944. Vol. XLI. AHEx.

58 Este oficial serviu na 1ª Divisão Blindada do Exército dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial.

59 Revista Militar Brasileira. Ano XXXII. N° 3 e 4. Julho a dezembro de 1944. Vol. XLI. AHEx.

potencial aéreo, que fundamentava-se no princípio de Ofensiva.

A edição de 1945 da Revista Militar Brasileira é quase que inteiramente dedicado a Força Expedicionária Brasileira e ao esforço de guerra do Brasil. Por este motivo, a questão da discussão de assuntos técnico-militares é deixada um pouco de lado por seus editores e é por este motivo que discutiremos posteriormente a revista neste ano.

Assim, a Doutrina Militar dos EUA era cada vez mais discutida nas páginas da Revista Militar Brasileira, em 1944 muito mais do que em 1943 e neste ano mais do que no anterior. Autores estadunidenses eram traduzidos para que a oficialidade brasileira tivesse acesso aos seus escritos e renomadas revistas militares dos EUA eram traduzidas, ocupando um lugar que antes pertencia aos periódicos franceses principalmente. O processo de americanização do Exército brasileiro, descrito pelo historiador Dennison de Oliveira no início desta discussão, se mostrava cada vez mais profundo pelo E.M.E, a quem a revista era subordinada. Conforme a Aliança Brasil-EUA se consolidava no plano político, o plano militar também era atingido.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

Revista Militar Brasileira – Ano XX, Nº 1. Janeiro a março de 1930 (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XX, Nº2. Abril a junho de 1930. (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XX, Nº 3. Julho a setembro de 1930. (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XX. Nº 4. Outubro a Dezembro de 1930. (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXI. N 1. Janeiro a março de 1931. (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXI. Nº 2. Abril a junho de 1931. (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXI. Nº 4. Outubro a dezembro de 1931. (BIBLIEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXIX. Nº 1 e 2. Janeiro a junho de 1941. Vol. XXXVIII. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXIX. Nº 3. Julho a setembro de 1941. Vol. XXXVIII. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXIX. Nº 4. Outubro a dezembro de 1941. Vol. XXXVIII. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXX. Nº 1. Janeiro a março de 1942. Volume XXXIX. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXX. Nº 2 e 3. Abril a junho de 1942. Volume XXXIX. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXX. Nº 4. Outubro a dezembro de 1942. Vol. XXXIX. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXXI. Nº 1 e 2. Janeiro a junho de 1943. Volume XL. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXXII. Nº 1 e 2. Janeiro a junho de 1944. Vol. XLI. (AHEX)

Revista Militar Brasileira. Ano XXXII. Nº 3 e 4. Julho a dezembro de 1944. Vol. XLI. (AHEX)

Obras completas

BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Tese de doutorado em História Social. Brasília: PPGH- UNB, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FILHO, Cesar Alves da Silva. O namoro perfeito: o papel da Revista Militar Brasileira na construção do consenso político entre o Exército e o governo Vargas (1930-1945). Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Salgado de Oliveira. PPGH UNIVERSO, 2017.

MCCANN, Frank D. Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MC CANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército Brasileiro. In: Revolução de 1930 – Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1983. p. 218.

MATOS, Sérgio Ricardo Reis; ZARY, Julio Cezar Fidalgo. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. Revista do Exército Brasileiro, v. 150, 3º quadrimestre de 2014.

MORAIS, João Rafael Gualberto de Souza. A intelectualidade militar brasileira e sua reflexão sobre a Blitzkrieg. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Ano de Obtenção: 2014

OLIVEIRA, Dennison de. Herança Francesa no Exército Brasileiro segundo militares dos EUA (1942-1945). In: Revista de Estudos Estratégicos. Rest V. 7, nº 14. Jul-Dez 2015. Rio de Janeiro, IN-EST-UFF, 2015.

OLIVEIRA. Dennison de. A Aliança Brasil-EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

RODRIGUES, Fernando. Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial: questão social e étnica

Heitor Esperança Henrique¹

Resumo

O Brasil participou junto dos Aliados na Segunda Guerra Mundial tendo a Itália como o seu cenário de atuação. Entrou na guerra contra o Eixo em 1942 após vários acontecimentos e desentendimentos contra a Alemanha. Enviou para a guerra duas unidades militares: a FEB (Força Expedicionária Brasileira) e a FAB (Força Aérea Brasileira). Este trabalho tem como objetivo mostrar como seu deu e se resolvia possíveis problemas relacionados a questão étnica no interior do 1º Grupo de Aviação de Caça que representava a FAB nos conflitos, traçando um paralelo de como as mesmas questões poderiam ter cabo no interior da FEB, e outras unidades aéreas ou de terra dos Estados Unidos, ao qual o Brasil estava subordinado na guerra. Como embasamento teórico foi utilizado a História Militar em diálogo com a História política, tendo como base contextual para o trabalho as principais obras de reconhecidos pesquisadores do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial; Força Aérea Brasileira; Brasil; Estados Unidos.

Abstract

Brazil participated with the Allies in the Second World War with Italy as its scenario of action. He entered the war against the Axis in 1942 after several events and disagreements against Germany. He sent two military units to the war: FEB (Brazilian Expeditionary Force) and FAB (Brazilian Air Force). This work aims to show how your problem was solved and possible related to the ethnic issue within the 1st Fighter Aviation Group that represented the FAB in the conflicts, drawing a parallel of how the same issues could have occurred inside the FEB, and other air or land units of the United States, to which Brazil was subordinate in the war. As a theoretical basis, Military History was used in dialogue with political history, having as contextual basis for the work the main works of renowned researchers on the subject.

KEYWORDS: World War II; Brazilian air force; Brazil; United States.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, graduado e mestre em história pela universidade estadual de Maringá. Bolsista capes e integrante do grupo de estudos Nemed da UFPR. E-mail: heitorehenrique@gmail.com

Em 2020 vemos se completar setenta e cinco anos do encerramento da Segunda Guerra Mundial. Esta guerra que ocorreu entre os anos de 1939 e 1945 foi o maior conflito bélico da história, envolveu milhões de militares e civis chegando a um número gigantesco de mortos que ultrapassa a cifra dos cinquenta e cinco milhões. Modificou completamente o século XX e toda a sequência da história humana, sendo incontáveis as suas consequências.

As principais potências mundiais estavam envolvidas e se enfrentaram nesta guerra. De um lado o bloco aliado formado por Inglaterra, França, URSS e EUA e por outro o Eixo composto por Alemanha, Itália e Japão.

Em 1º de setembro de 1939, Hitler deu início à invasão da Polônia. Para França e Inglaterra, tornou-se impossível manter a política de apaziguamento adotada anteriormente e por fim declararam guerra à Alemanha, dando início a Segunda Guerra Mundial.

A agressividade alemã colocou lado a lado ideologias políticas completamente diferentes, como a liberal de Estados Unidos, Inglaterra e França, e a socialista da União Soviética contra o inimigo, a Alemanha e seus aliados. Os dois lados, antes opostos, viam o Nazismo, naquele momento, como um perigo maior do que cada um ao outro. As linhas divisórias cruciais desta época foram traçadas entre famílias ideológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa; do outro, seus adversários. O que uniu todo o mundo num confronto internacional e civil, dessa forma, foi o surgimento da Alemanha de Hitler. Sob certos aspectos, era provável que o apelo a unidade antifascista conquistasse a resposta mais imediata, dado o fato que o fascismo tratava publicamente todos os demais sistemas econômicos políticos e sociais, sejam liberais ou socialistas e comunistas ou de qualquer outro tipo, como inimigos a serem igualmente destruídos. (HOBSBAWM, 1995, p. 144-178)

Em seu início o conflito foi eminentemente europeu, dois acontecimentos no ano de 1941 transformaram a guerra europeia em uma guerra mundial. Um deles foi a invasão alemã da União soviética na Operação Barbarossa. Outro fato foi o ataque às ilhas norte-americanas do Havaí no Oceano Pacífico pelos japoneses. (GONÇALVES, 2000, p. 178) Este último fator foi definitivo para a entrada dos Estados Unidos na guerra, e a declaração de alemã contra os Estados Unidos foi diretamente decisiva para a posterior entrada do Brasil no conflito mundial. Até o momento o conflito parecia distante do Brasil, porém, ganhou nova roupagem com esta mudança.

Desde antes da guerra, durante a década de 1930, o Brasil mantinha aproximações comerciais com ambos os países que se oporiam na guerra, EUA e Alemanha. Com a entrada da década de 1940 e o envolvimento direto dos EUA na guerra em 1941 o Brasil foi se aproximando definitivamente do lado Aliado e distanciando-se da Alemanha. O rompimento de relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha no início de 1942 trouxe ao Brasil como represália o torpedeamento de navios mercantes na costa atlântica do país totalizando centenas de mortes.

Como saldo da ação dos submarinos do Eixo o Brasil contabilizou, entre 16 de fevereiro e 28 de julho, um total de treze navios torpedeados entre a costa dos EUA e proximidades do litoral brasileiro, vitimando 135 brasileiros, em sua maioria marinheiros. Apesar de o primeiro ataque a um mercante brasileiro ter ocorrido ainda em março de 1941, resultando em uma morte e treze feridos, quando o mercante Taubaté² foi metralhado por uma aeronave da *Luftwaffe*, os ataques aumentaram a partir do momento em que o Brasil rompeu relações com o Eixo. Em agosto torpedeou seis embarcações que serviam às rotas domésticas, desencadeando uma declaração formal de guerra por parte do governo brasileiro. (SANDER, 2009)

A continuidade dos ataques levaram o Brasil a adotar medidas mais drásticas. Enquanto os mercantes navegando na costa norte-americana rumavam aos portos próximos, Vargas ordenou que fosse solicitado junto ao governo norte-americano que estes recebessem artilharia e uma guarnição de militares norte-americanos para manejar tal armamento, o que foi prontamente atendido (SANDER, 2007, p. 80-81).

No Brasil, após a divulgação do elevado número de vítimas deste ataque, os protestos, ainda que isolados, demonstram a insatisfação da população contra as agressões sofridas. Exemplo disso foi o ocorrido em Porto Alegre, quando as avenidas Berlim e Itália foram renomeadas com placas de papelão portando o nome dos navios afundados. Já em São Leopoldo, a fúria manifestou-se com a destruição de um monumento em homenagem ao colono alemão (SANDER, 2007, p.76).

Quando o mês de abril chegou ao fim, já eram vários os mercantes brasileiros que portavam artilharia e, também, haviam recebido camuflagem. No mar, a marinha mercante brasileira já adotava uma postura beligerante, isto é, navegava furtivamente, camuflada e armada buscando cumprir sua missão de entregar importantes recursos empregados no esforço de guerra norte-americano.

Observando as ações adotadas desde fins de fevereiro, de acordo com ALVES (2002, p. 171) o Brasil já vinha adotando uma postura de “quase-beligerância” em relação à Alemanha. Diante desta constatação, em 16 de maio, o Alto comando naval alemão autorizou seus submarinos a atacarem qualquer mercante latino-americano que estivesse armado, ou seja, não existiriam mais restrições quanto ao torpedeamento dos mercantes brasileiros, uma vez que estes já haviam começado a receber armas desde abril.

A primeira fase da campanha submarina contra o Brasil no primeiro semestre de 1942 obteve um saldo de treze navios mercantes, destruídos e 135 mortes. Enquanto o governo havia camuflado e armado os navios mercantes, e ordenado o ataque contra submarinos do Eixo que fossem localizados

2 Este incidente ocorreu no dia 22, quando o navio navegava da ilha de Chipre em direção à Alexandria. A embarcação estava devidamente identificada, ostentando bandeiras nacionais no costado do navio, sobre a casa de máquinas e a lona que protegia a carga. O navio não afundou, prosseguindo em sua viagem após o ataque. Apesar dos protestos do Itamaraty não houve nenhuma atitude por parte do Reich quanto ao ataque (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.143).

navegando próximo ao litoral, a reação popular se fez presente, defendendo uma atitude enérgica contra tais ataques.

Os ataques de agosto, realizados contra mercantes que atendiam a linhas regulares de passageiros, operando muito próximo da costa brasileira somaram 607 vítimas fatais. Deste total, 551 estavam a bordo de três navios afundados em um intervalo de menos de 12 horas, torpedeados em meio à noite e sem que houvesse tempo para abandonar as embarcações. Quando se comparam estes ataques com aqueles realizados entre fevereiro e junho, fica evidente que o objetivo era causar o maior número possível de vítimas fatais, tanto em função do horário do ataque como por ter disparado sucessivamente contra áreas vitais das embarcações. (SANDER, 2007, p. 235-247)

Imediatamente a reação popular se fez presente através de protestos realizados pelos estudantes no Rio de Janeiro e São Paulo. Na medida em que novas informações sobre os ataques foram chegando ao público, os protestos começaram a sair de controle, não mais ocorrendo apenas mediante autorização das autoridades. A população expressou sua revolta e clamou por uma firme resposta aos ataques que haviam ocorrido tão próximos do litoral, dificultando o transporte entre as principais regiões do país.

Se até então o governo havia obtido êxito em manter o Brasil afastado de uma participação direta no conflito, evitando assim formalizar seu apoio aos Estados Unidos, os ataques realizados no mês de agosto exigiam um imediato posicionamento. Obrigado pela Alemanha a participar efetivamente da guerra, através da negação do uso do mar pela frota mercante nacional, o Brasil, segundo SEITENFUS (2003, p.299) ingressou formalmente no conflito não em função da solidariedade continental, mas sim, em resposta à agressão direta que o país havia sofrido. A questão, a partir de então, passava a ser como tornar real esta participação.

O litoral brasileiro foi então transformado em praça de guerra. Os ataques aos navios mercantes brasileiros levaram o Brasil a declaração de estado de beligerância contra a Alemanha e Itália em 22 de agosto de 1942, e em 31 de agosto, declarava guerra formalmente a estes países.

Uma defesa conjunta entre as Forças Aéreas e Marinhas brasileiras e norte-americanas contra esses ataques foi organizada no litoral brasileiro, vários submarinos do Eixo foram afundados e o ritmo dos ataques foi diminuindo até desaparecer definitivamente.

O ataque a navios mercantes brasileiros não foi o motivo que levou o Brasil a guerra, mas serviu de estopim. Um mês após a declaração formal as autoridades militares brasileiras já planejavam o envio de uma força expedicionária brasileira para “vingar os brasileiros mortos” nos ataques do Eixo.

Quando entrou na Segunda Guerra Mundial, era um país periférico e pobre, longe de ter a capacidade bélica dos protagonistas da guerra. A população brasileira era majoritariamente rural e nunca havia estado numa guerra dessa magnitude. No entanto, dessa população se formou uma

força expedicionária (FEB) com aproximadamente 25 mil homens e a FAB (Força Aérea Brasileira) representada pelo 1º Grupo de Aviação de Caça com aproximadamente 450 pessoas entre pilotos e integrantes do grupo, que representaram o Brasil no conflito.

No ano de 1942, ainda não era possível observar qual dos lados envolvidos no conflito sairia vencedor. Mas em 1944, ano em que as tropas brasileiras embarcaram para o campo de batalha, era perceptível que os Aliados se encontravam numa situação bem melhor na guerra, e que a Alemanha seria derrotada

As atitudes burocráticas e tratativas entre as autoridades brasileiras e estadunidenses para a instituição das unidades, recrutamento, treinamento e municiamento do grupo demorou aproximadamente dois anos. Ambos só foram enviados para a batalha no segundo semestre de 1944, permanecendo em combate em cenário italiano até meados de 1945.

Importância do Poder Aéreo e a Formação do Ministério da Aeronáutica no Brasil

O uso do avião, tanto para fins civis como militares era recente quando do início da guerra. Invenção do início do século XX passou a ser utilizada para fins bélicos no fim da Primeira Guerra Mundial e na Guerra Civil Espanhola e desde então se iniciou o seu aperfeiçoamento e a formação dos Ministérios referentes em diversos países do mundo.

A Alemanha se utilizou de maneira ampla do poder aéreo em suas investidas na Segunda Guerra Mundial. O uso intensivo de sua Força Aérea (*Luftwaffe*) foi peça fundamental de uma inovadora tática de guerra denominada *Blitzkrieg* (guerra relâmpago) responsável por sucessivas vitórias alemãs no início da guerra contra Polônia e contra a França. Mesmo com uma linha forte de defesa montada pelos franceses (Linha *Maginot*), seus generais veteranos da Primeira Guerra Mundial não tiveram a visão necessária para liderar a defesa em uma guerra totalmente nova em questão de armamentos e táticas, desenvolvida para o intensivo uso do avião que aliava a velocidade ao ataque.

Para tentar efetuar a invasão da Inglaterra, Hitler usou de sua poderosa *Luftwaffe* com ataques e bombardeios intensos durante o dia e a noite primeiramente no litoral e depois na capital inglesa causando a morte de muitos civis. A resistência inglesa na chamada “Batalha da Inglaterra” frustrou os planos do comandante alemão *Göring*, impossibilitando a invasão da Inglaterra. Neste momento assistiu-se ao choque da *Luftwaffe* e da RAF (*Royal Air Force*) e os contra-ataques ingleses de bombardeios na capital alemã. Ambos os lados utilizaram mais de mil aeronaves cada, perdurando a batalha até 1944 quando os ingleses começaram a receber apoio dos estadunidenses através da USAAF. (JORDAN e WIEST, 2008, p. 36-41)

O uso do avião na Segunda Guerra Mundial foi essencial, outra batalha de grande importância que mudaria os rumos da guerra, Pearl Harbor também teve o uso do poder aéreo como foco

principal. O ataque japonês aos EUA não obteve o sucesso desejado e a destruição foi menor do que a planejada e após esse ataque os principais atores do cenário político mundial da época estavam definitivamente envolvidos na guerra a tornando global.

Os Estados Unidos observaram e atentaram para a importância do uso do avião durante a guerra e intensificou a produção da arma para atender as exigências de guerra dos Aliados. A sua produção cresceu da fabricação de 5.856 aviões produzidos em 1939 para 49.761 em 1945, ao final da guerra os Estados Unidos produziram quase a metade de todos os aviões produzidos por todas as grandes potências envolvidas no conflito. No dia D os aliados utilizaram 12.837 aviões contra apenas 319 dos alemães na invasão do norte da França. A capacidade industrial estadunidense estava muito acima de qualquer outro participante da guerra, entre 1943 e 1944, eles produziam um navio por dia e um avião a cada 5 minutos. (KENNEDY, 1989, p. 339-341)

A condição e capacidade industrial e tecnológica do Brasil nos anos que se aproximava a guerra era muito diferente das principais potências que protagonizaram a guerra. Mas, observando a crescente importância do uso do avião como arma militar e os diversos Ministérios do Ar sendo criado pelo mundo, o Brasil também criou o seu pelo Decreto-Lei nº 2.961 de 20 de janeiro de 1941. A criação do Ministério da Aeronáutica do Brasil era uma ideia já em marcha no país há vários anos, que foi antecipada pelo cenário de guerra. (BUYERS, 2004, p. 11)

Militarmente o Ministério trouxe a fusão do acervo material e pessoal da Aviação do Exército e da Aviação Naval, totalizando aproximadamente 200 pilotos e 200 elementos de manutenção de aviões e toda sua parte administrativa e burocrática. (BUYERS, 2004, p. 44) Dentre os pretendentes a Ministro oriundos da Aviação do Exército e da Marinha o preterimento por parte de Vargas em benefício de um civil, Joaquim Pedro Salgado, para o cargo de ministro, representou uma escolha cuidadosa do presidente Vargas com o objetivo de evitar disputas entre membros das antigas forças em questão.

O início da história da FAB foi difícil, ao tempo em que se organizava como uma nova força, já atuava contra os submarinos do Eixo na proteção dos comboios comerciais na chamada campanha antissubmarino no litoral brasileiro. E os meios para isso eram poucos e obsoletos, a força contava com alguns aviões de ataque Vultee V11-GB2 e de aviões de treinamento North American NA-72 e recebeu alguns aviões modelo caça Curtius P-36, bombardeiros B-25, Lockheed A-28^a Hudson e Consolidated PBY-5/5^a Catalina, caças P-40E e P-40K e os modernos Fairchild PT-19, Vultee BT-15 e o North American AT-6C/D no decorrer da guerra e já em aliança com os Estado Unidos. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p.18)

Formação do 1º Grupo de Aviação de Caça e sua composição social e étnica

O Primeiro Grupo de Aviação de Caça que representaria a Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial foi instituído pelo decreto nº 1.623 de 18 de dezembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas em 27 de dezembro e teve Nero Moura como seu comandante. (LIMA, 1989, p. 17)

As vagas para compor o grupo foram preenchidas de forma voluntária por pessoas que já pertenciam a diversas bases militares espalhadas pelo Brasil, dentre elas Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador. Dos homens que compunham o grupo, pilotos e responsáveis pela manutenção de aviões, 116 eram oriundos do Exército, 33 da Marinha, e 226 eram integrantes da recém criada Aeronáutica. (BUYERS, 2004, p. 44-50)

O grupo, antes de embarcar para a Itália lutar, viajou para o Panamá e Estados Unidos para treinamento para se aperfeiçoarem aos equipamentos que seriam utilizados na guerra. O avião utilizado, tanto no treinamento como em batalha, foi o P-47 Thunderbolt. Durante a atuação na Itália o grupo brasileiro participou junto de outros grupos estadunidenses, subordinados a USAAF.

O grupo brasileiro não participou de combate contra outros caças, sua função tornou-se então o ataque de bombardeio picado a objetivos táticos como estradas de ferro e de rodagem, trechos e instalações, campos de aviação e de artilharia, edifícios, depósitos, fabricas e outros terrenos que pudessem auxiliar o esforço de guerra do inimigo. (INCAER, p. 16)

Os brasileiros permaneceram em ação na Itália por aproximadamente seis meses, cumprindo um número de 444 missões. Sofreu um número considerável de baixas, sendo vinte e duas para quarenta e oito pilotos, tendo como causa acidentes e contatos diretos com a artilharia antiaérea alemã. Teve sua participação reconhecida pela indicação da unidade a receber a The Presidential Unit Citation for Extraordinary Heroism, por parte dos EUA, que só era concedida às suas próprias tropas. (HENRIQUE, 2014, p. 62-72)

Uma das principais preocupações que esteve presente no grupo brasileiro e que até causou certa surpresa, foi a questão étnica³. Tal aborrecimento já estava presente em meio ao grupo desde o começo do treinamento no Panamá ainda no começo de 1944. O grupo brasileiro, assim como também ocorreu com a FEB, não apresentava diferenciações entre seus integrantes pelo critério da cor da pele. Porém, nos Estados Unidos, os negros compunham unidade separadas e lideradas por oficiais brancos, e o comandante da unidade brasileira por fazer parte da USAAF, julgou melhor não afrontar uma regra estadunidense. Devido a isso a presença de negros no grupo brasileiro se tornou problemática e causou desagradáveis consequências, como a segregação dentro dos alojamentos. Para os brasileiros isso era bastante difícil e ofensivo, já que não enfrentavam o mesmo problema em relação a FEB, que era formada pelos mais diversos tipos étnicos presentes no Brasil.

3 FGV/CP-DOC. Fundo Nero Moura. nº 4-44018. Cartas trocadas entre de Nero Moura, líder do grupo em treinamento no Panamá e o Maj. Av. J. V. de Faria Lima, representante do Ministério da Aeronáutica, ainda no primeiro semestre de 1944.

Em carta enviada ainda em 28 março de 1944 pelo comandante brasileiro de Albrook Field, local de treinamento do grupo no Panamá ao Ministério da Aeronáutica no Brasil, já se demonstrava o problema e a preocupação em relação aos praças negros que compunham o quadro brasileiro.

Os negros que compunham o grupo brasileiro não eram oficiais e realizavam trabalhos técnicos e de manutenção de aeronaves para o possível desempenho qualitativo das mesmas. Porém, mesmo não ocupando posições de destaque e apenas figurando em locais secundários e na retaguarda, distante de qualquer possível cenário de combate, representavam uma questão delicada dentro das unidades norte-americanas como já mencionado anteriormente, causando um desconforto na convivência de treinamento militar. O próprio Nero Moura utiliza a palavra “embaraço” para apontar a inconveniência da presença dos praças negros no meio do grupo brasileiro.

Nero Moura descreve na carta a situação constrangedora durante as refeições de mesas abandonadas por norte-americanos quando a presença dos praças negros se verificava. Relata também outra situação embaraçosa no dia anterior, os oficiais americanos se retiraram da piscina da base quando a mesma passou a ter a presença dos “negrinhos abacaxis”, como eram pejorativamente apelidados os negros brasileiros. O líder do grupo brasileiro descreve a situação como intolerável para um comandante e condenada a posição racista contida nas Forças Armadas dos Estados Unidos, mas sabe também que não estava em posição de questionar ou afrontar uma determinação norte-americana dentro de seu local de treinamento sem que sofresse as consequências.

Devido a esta complicada situação, Moura pede ao Ministério da Aeronáutica no Brasil que se estabeleça mais um critério na seleção do pessoal a se enviar a treinamento, a fim de evitar a chegada de mais negros aos locais de treinamento, com o intuito de que não haja mais os inconvenientes relativos a esta questão. Os praças de cor que compunham o grupo já deveriam voltar e o líder brasileiro já conversava com as autoridades norte-americanas, que demonstraram “boa-vontade” para viabilizar o retorno destes homens. O pedido foi feito diretamente ao Ministro em tons de urgência para que logo o problema fosse resolvido e os embaraços da convivência fossem abreviados. Tal pedido foi feito por duas vezes sem uma resposta por parte do Ministro.

Diante disso, Nero Moura não teve alternativas e providenciou, sozinho, que os negros brasileiros fossem enviados de volta ao Brasil, contra a vontade do grupo, para evitarem posteriores conflitos, fato que muito surpreendeu a FAB. O comandante brasileiro temeu que essa atitude pudesse ter consequências negativas para o seu posto em relação aos outros líderes da Aeronáutica aqui no Brasil, e por este motivo pede ajuda diretamente ao Ministro para que não seja alvo de problemas ou qualquer dificuldade em seu retorno ao Brasil por ter tomado tal decisão. Devido a isso, os próximos contingentes que ainda iriam completar o grupo passaram por uma seleção racial para excluírem os negros.

A seguir é apresentada a transcrição de uma pequena parte da carta trocada entre Nero Moura e o Maj. Av. J. V. de Faria Lima, representante do Ministério da Aeronáutica do dia 1º de abril de

1944 que demonstra o constrangimento relacionado a questão étnica no interior do grupo de caça brasileiro.

“Finalmente, volto nesta a tratar de um assunto sobre o qual já te falei em carta anterior: o caso dos negros que me mandaram.

Não podes imaginar o que tem sido esse problema para mim aqui. A mentalidade americana de separar os brancos dos homens de cor não pode ser afrontada impune dentro de sua própria casa. Em consequência, a presença de elementos de cor entre os brasileiros só tem sido nociva ao Grupo, que está sentindo os desagradáveis efeitos. A coisa tomou tais proporções que os pobres negros já se segregam [...] nos alojamentos, mas isso é uma situação de doloroso constrangimento que é intolerável e desumana. Já telegrafei sobre o caso, por duas vezes, ao Exm^o Sr. Ministro. Não logrei até agora uma resposta. Mas como o caso exige uma pronta solução, estou providenciando o imediato retorno dos elementos em causa ao Brasil, no que estou contando com a melhor boa vontade e apoio por parte das autoridades americanas (pudera não) e conto contigo para me defender contra qualquer dificuldade que aí sobrevenha, em consequência desse meu ato. Aguenta pois a mão, meu velho, porque eu aqui, em situação como esta, tenho que agir impelido pelas circunstâncias.”

Para compor uma unidade de aviação de caça era necessário uma determinada experiência em aviação e alguns conhecimentos técnicos da mecânica de avião, e com isto se tornou natural a busca por indivíduos com uma certa qualificação. As famílias de onde provinham os pilotos do grupo eram de camadas sociais mais abastadas e com mais acessos a aspectos ímpares na sociedade brasileira da década de 1940 como educação, cultura, lazer, etc. Estes homens que se tornaram pilotos do grupo eram filhos de advogados, desembargadores, engenheiros, juristas, ou seja, famílias que possuíam poder aquisitivo para proporcionar uma educação diferenciada com alto grau de formação formal. Um exemplo para deixar isso claro são as cartas trocadas⁴ entre Nero Moura e os familiares dos pilotos abatidos durante a guerra, conforme a transcrição de trechos a seguir.

“Rio de Janeiro, D.F., 23 de fevereiro de 1945.

Prezado Comandante Nero Moura

Saudações Atenciosas

Justo ao se completar o terceiro mês da morte do meu querido Waldyr, tive a honra de receber, com muita emoção e grande reconhecimento, a carta em que, por gentileza e bondade de coração, me comunicais ‘os cuidados que merecem as autoridades

⁴ O comandante do grupo Nero Moura trocava cartas com os familiares dos pilotos do grupo quando eram abatidos ou mortos durante a ação na Itália, houve alguns casos em que ocorreram acidentes fatais ainda durante o treinamento no Panamá. Estas cartas estão presentes nos arquivos do CP-DOC e compõem um acervo de quarenta e duas páginas.

brasileiras' os restos mortais de meu filho 'sacrificado no verdor dos anos na defesa da Pátria'. E assim, se reafirma e se justifica o meu sentimento de orgulho dentro da minha imensa dor, orgulho de ter o meu único filho sabido cumprir o seu dever 'com sacrifício da própria vida' na defesa da 'integridade e honra' da nossa Pátria, e dor por ter perdido um filho que era a razão e o roteiro para a vida de seus pais.

Rogo aceitar, renovando-os, os meus mais sinceros agradecimentos e os mais puros votos de completo êxito na vossa missão para a maior glória do Brasil, agora que já despontam as claridades nas cordilheiras do futuro, anunciando a recuperação da felicidade e do progresso entre as festas de cor e de som das madrugadas e para enchê-las de luz e vibração o Brasil está contribuindo com o sangue de sua mocidade em reptos de bravura que irão cintilar nos fastos universais do heroísmo, nos anais da abnegação, nas oficinas da capacidade e nas catedrais da justiça; agora que já estamos distinguindo, nos rumores auspiciosos do porvir, a segurança 'para todos os homens, em todos os países' dos bens espirituais que hão de forjar a humanidade nova pela ciência e pela técnica, pela cultura e pelo trabalho. Felizes aqueles que, para ela tendo concorrido, ouvirem as clarinadas anunciadoras da alvorada da Vitória. Gloriosos aqueles que, norteados por ela, partirem e não mais voltaram. [...]

E aqui permaneço aguardando vossas ordens.

Luiz Paulino de Mello.”

“Bahia, 30 de junho de 1945.

Exmo. Sr. Tte. Coronel Aviador Nero Moura.

Respeitosas Saudações

Tenho junto a mim as duas cartas de V.S. datadas de 10/5 e 1/6, que chegaram no mesmo dia, 18 do Corr. Junto com a carta do Tte. Canário.

Em primeiro lugar, Sr. Tte. Coronel, nosso profundo agradecimento por estas duas cartas, que V. S. me dirigiu, pois nos deram grande conforto. Há dois meses que procurávamos, por intermédio de amigos no Rio, obter alguma informação pormenorizada do Ministério da Aeronáutica, mas sem nenhum resultado. Foi quando chegaram as duas cartas de V.S., cartas estas, que não foram apenas o Tte. Coronel, Comandante do 1º Grupo de Caça da F.A.B. que escrevera, cumprindo apenas o seu dever de Comandante e sim, o Aviador Nero Moura, camarada e colega do meu filho Freddy, no qual perdera um amigo que 'estimava e respeitava' - palavras estas que nunca serão esquecidas por mim.

Muitas homenagens já foram prestadas aqui na Bahia à memória do jovem herói, Freddy, e continuam sendo prestadas à Família Gustavo dos Santos, conhecidíssima na Bahia, já na sua terceira geração. [...]

Queira aceitar, mais uma vez, Sr. Tte. Coronel, os profundos agradecimentos dos pais e do irmão do Freddy.

João Gustavo dos Santos.”

A composição do grupo como um todo era bastante heterogênea, os pilotos que representavam a maioria no grupo representavam as pessoas com grau mais instruído devido a origem social e a função a se desempenhar na guerra. Na composição dos 400 integrantes do grupo (dentre eles: pessoal de manutenção e reparo de aviões, médicos, enfermeiros, meteorologistas, operadores e controladores de rádio, mecânicos e municidores) a maioria eram soldados e taifeiros, quase analfabetos, que mal sabiam ler e escrever, muito menos limpar um avião ou utilizar uma metralhadora. (MOURA, 1996, p. 118-119)

“É possível pensar que, por se tratar de uma unidade que necessitava possuir habilidades especiais e competências profissionais mais definidas, o grupo de Caça teve necessariamente, um perfil de escolaridade melhor que os expedicionários da FEB. Os pilotos do grupo realizaram missões em aviões com tecnologias recentes para a época e seus mecânicos trabalharam no reparo das mesmas aeronaves, por isso a necessidade de uma instrução mais detalhada. Porém, se for levado em consideração o grupo todo, encontravam-se indivíduos que mal sabiam ler e de uma educação bastante limitada. Ao compará-lo com os integrantes da FEB de mesmo nível, não haveria uma provável diferença entre o padrão de um ou de outro: os dois possuíam um baixo nível de conhecimento, e foram utilizados em funções mais simples durante a guerra.” (HENRIQUE, 2014, p. 80)

A composição social do grupo que representou a FAB na guerra era bastante heterogênea. Foram mais de 400 integrantes com funções diferentes. Se levarmos em consideração apenas a origem social e educacional dos pilotos, os quais eram minoria dentro do grupo, encontraremos um grau elevado de educação formal entre eles. Isso era esperado em função das atividades que iriam desempenhar durante a guerra, mais especializadas. Se tomarmos como referência todo o grupo, incluindo pessoal de manutenção e reparo das aeronaves, municidores, operadores de rádio, controle das operações em terra, meteorologistas, serviços médicos, etc., a média instrucional entre eles certamente cairá, mesmo essas funções necessitando de uma certa instrução. Segundo Nero Moura (1996, p.118-119) na composição do grupo havia aproximadamente 400 homens, a maioria soldados e taifeiros, quase analfabetos, mal sabendo ler e escrever, muito menos limpar um avião ou utilizar

uma metralhadora. Os sargentos possuíam uma instrução melhor, mesmo tendo pouca idade. O conhecimento adquirido por estes integrantes para realizarem um bom trabalho durante a guerra ocorreu nos treinamentos realizados no Panamá e nos Estados Unidos.

Quando se trata dos pilotos, entre eles: Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães, Tenentes e Aspirantes, eles já possuíam uma base educacional consolidada, oriundos de famílias com o mesmo nível educacional, em alguns casos de família militar. O próprio escritor do livro “Senta a Pua!”, Rui Moreira Lima, era filho de desembargador. Também é possível perceber esta instrução através das cartas trocadas entre Nero Moura e as famílias dos pilotos abatidos durante a guerra; reconhece-se o bom nível educacional de algumas famílias através do domínio e uso do português nestas correspondências. E estes pilotos já tinham iniciado antes a sua carreira na pilotagem de aviões, seja no serviço do Correio Aéreo, Aviação do Exército ou Aviação Naval. (LIMA, 1989)

Não há muitas informações disponíveis sobre a origem dos integrantes do grupo como um todo. As informações encontradas provêm do livro “Senta a Pua!” de Rui Moreira Lima de 1989 e do site www.sentandoapua.com.br/portal, e estão focadas nos pilotos, abordando sua educação e suas origens familiares. Sobre o restante dos integrantes do grupo as informações são praticamente nulas.

Mesmo assim, é possível pensar que, por se tratar de uma unidade que necessitava possuir habilidades especiais e competências profissionais mais definidas, o grupo de Caça teve necessariamente, um perfil de escolaridade melhor que o dos expedicionários da FEB. Os pilotos do grupo realizaram missões em aviões com tecnologias recentes para época e seus mecânicos trabalharam no reparo das mesmas aeronaves, por isso a necessidade de uma instrução mais detalhada. Porém, se for levado em consideração o grupo todo, encontravam-se indivíduos que mal sabiam ler e de uma educação bastante limitada. Ao compará-lo com os integrantes da FEB de mesmo nível, não haveria uma provável diferença entre o padrão de um ou de outro: os dois possuíam um baixo nível de conhecimento, e foram utilizados em funções mais simples durante a guerra.

A diferença entre os padrões educacionais dos integrantes da FAB e da FEB fica evidenciada definitivamente nas oportunidades profissionais do pós-guerra. Não só os pilotos, mas também o restante dos integrantes do grupo teve menos problemas para encontrar emprego e desta forma a sua reinserção e reintegração na sociedade foi mais tranquila em comparação com os integrantes da FEB.

As informações sobre os integrantes do grupo no pós-guerra existem em maior número se compararmos com o período antes da guerra. Mesmo assim, a grande maioria das informações são referentes aos pilotos do grupo, sobre os quais é possível encontrar biografias mais detalhadas sobre o pós-guerra. Sobre os demais integrantes do grupo é possível encontrar mais informações do pós-guerra em relação ao pré-guerra.

No tocante aos pilotos no pós-guerra eles eram oficiais (Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães, Tenentes e Aspirantes) e se mantiveram na FAB, como comandantes, instrutores de novos caçadores e alguns deles chegaram inclusive a se tornar Brigadeiros do Ar. Outros deixaram a FAB e ingressaram na Aviação Civil. Houve casos de aviadores que se tornaram pilotos particulares do Presidente da República. Portanto, os pilotos do grupo não tiveram dificuldade alguma em arrumarem empregos e se reintegrarem à sociedade após a guerra. Encontraram cargos importantes e elevados na FAB ou na aviação civil. Mesmo os que não continuaram na FAB e nem partiram para a aviação civil conseguiram a sua reinserção social sem grandes dificuldades.

Atualmente todos os pilotos que compunham a equipe brasileira na Itália já faleceram. O ex-piloto Rui Moreira Lima que escreveu vários livros para ajudar a permanecer viva a memória do grupo na guerra, morreu em 2013 aos 94 anos de idade. A última exceção era o ex-piloto americano John W. Buyers, que originalmente não pertencia ao grupo de caça brasileiro, mas foi indicado pelos superiores americanos como oficial de ligação entre os brasileiros e o 350º Fighter Group, chegando a cumprir algumas missões em conjunto com o 1º Grupo de Aviação de Caça. Sua indicação ocorreu pelo domínio que tinha do português, já que era cidadão americano, mas nascido em Juiz de Fora, MG. Ele publicou um livro de memórias sobre a atuação do grupo brasileiro na Itália e um livro semelhante que retrata as ações do 350º Fighter Group. Vivia em Recife, Pernambuco, e mantinha contato com pesquisadores e entusiastas do trabalho que desenvolveu através de redes sociais. Morreu em 23 de abril de 2016.

O grupo de apoio composto por oficiais (Tenentes-Coronéis, Majores, Capitães e Tenentes) e os sub-oficiais encontraram boa situação após a guerra, permanecendo no quadro da FAB e recebendo promoções ao longo de suas carreiras, ou se transferindo para a aviação civil. A grande maioria já faleceu.

Quanto aos cabos e soldados que fizeram parte do grupo de caça na Itália, vários tiveram oportunidades no pós-guerra. Alguns continuaram na FAB, outros por pouco tempo, pedindo baixa e retornando à vida civil. Outros tiveram boas oportunidades e obtiveram sucesso, enquanto uns ainda, deram sequência a uma vida civil sem nada que os pudessem distingui-los. Caso bem diferente ocorreu com a FEB. Segundo Ferraz (2003) o retorno da FEB foi marcado por variadas questões políticas. Havia uma divisão política dentro da unidade; oficiais mais informados eram contra o Estado Novo de Vargas, enquanto os mais desinformados admiravam e simpatizavam com o seu governo. Alguns grupos presentes no Exército também temiam uma reforma na instituição dada a experiência vivida pelos expedicionários. Essa rivalidade criada entre os grupos que ficaram no Brasil e o grupo que foi à Itália ajuda a explicar a rápida dissolução da FEB e várias das dificuldades enfrentadas pelos expedicionários depois.

Os integrantes do grupo de caça brasileiro não necessitaram de uma política de reintegração social, o cenário era totalmente diferente, as oportunidades e o reconhecimento dentro das Forças Armadas foram diferentes. Comparando-os com os integrantes da FEB de modo geral, eles não encontraram a mesma dificuldade no retorno à vida civil. Uma diferença crucial na experiência das forças durante a guerra e que marcou a atuação posterior de ambos.

Fontes

Relatórios e cartas oficiais sobre o grupo enviados a Nero Moura de 1944, vindos do Gabinete do Governo e do Ministério da Aeronáutica, presente nos arquivos do CP-DOC (149 páginas). Estas fontes tratam sobre vários assuntos referentes ao 1º Grupo de Aviação de Caça do Brasil desde o recrutamento, passando pelo treinamento no Panamá, até a sua atuação em guerra na Itália.

Cartas trocadas entre Nero Moura e as famílias das vítimas, presente nos arquivos do CP-DOC. (42 páginas)

Referências bibliográficas

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado*. 1ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

BUYERS, Jonh W. *A História do 1º Grupo de Caça 1943-1945*. Maceió: J. W. Buyers, 2004.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GONÇALVES, Williams da Silva, *A Segunda Guerra Mundial*. In: FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge. ZENHA, Celeste (org.). *O século XX*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005, p. 165-193.

HENRIQUE, Heitor E. *Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial: a participação de um país periférico em uma guerra moderna*. Dissertação História, UEM, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *A Participação da Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Opúsculo.

JORDAN, David e WIEST, Andrew. *Atlas da Segunda Guerra Mundial: Volume Único*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

KENNEDY, Paul. *A Ascensão e Queda das Grandes Potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LIMA, Rui Moreira. “*Senta a Pua!*” 2ª edição. Editora Itatiaia, Belo Horizonte: 1989.

LIMA, Rui Moreira e VASCONCELOS, José Rebelo Meira de. *Heróis dos Céus: a iconografia do 1º grupo de aviação de caça na campanha da Itália: 1944-1945*. Rio de Janeiro: Action, 2003.

MOURA, Nero. *Um voo na História*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-E.U.A.: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler, A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai à guerra. O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: 3ª Ed. Editora Manole, 2003.

Trauma, guerra e arte: um estudo de caso do filme *Vá e veja* e sua relação com o culto da Grande Guerra Patriótica na União Soviética

Jorel Musa de Noronha Lemes¹

Rafael Licinio Tavares²

Resumo

Neste presente artigo foi procurado analisar o filme *Vá e Veja* (1985) e descobrir como ele se relaciona com a historiografia soviética, russa e as representações da Grande Guerra Patriótica, e no processo investigando-se os modos peculiares em que o meio cinematográfico, em geral, pode retratar a história e a guerra. Foi descoberto que, através de específicas escolhas estéticas e narrativas, e particularmente por meio de um foco no trauma de indivíduos, o longa-metragem de Elem Klimov produz uma experiência inteiramente diferente daquela proposta pelo dogma do culto estatal da Grande Guerra Patriótica, o filme mostrando traumas e experiências que foram marginalizadas na arena pública.

Palavras-chave: Historiografia soviética, Grande Guerra Patriótica, *Vá e Veja*, Trauma, Política Russa.

Abstract

In this present article it was sought to analyse the film *Come and See*, and to discover how it relates to the overall soviet and russian historiography and portrayals of the Great Patriotic War, and in the process investigating the peculiar ways the cinematic medium, in general, can tackle history and war. It was discovered that through specific aesthetic and narrative choices, and particularly through the focus on the trauma of individuals, Elem Klimov's *Come and See* motion picture produces an experience entirely different from the main tenets of the soviet state cult of the Great Patriotic War, showing traumas and experiences that were sidelined in the public arena.

Keywords: Soviet historiography, Great Patriotic War, *Come and See*, Trauma, Russian Politics.

1 Bacharel e Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGRI-PUC-MG).

2 Bacharel e Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGRI-PUC-MG).

Introdução

Por meio da metodologia de estudo de caso, o objetivo aqui proposto é identificar maneiras em que o meio cinematográfico pode retratar e demonstrar uma narrativa revisionista de um conflito, em relação com a propaganda estatal e suas narrativas oficiais. Para tal, foi escolhido o filme soviético *Vá e Veja*, lançado em 1985, e sua relação com as narrativas oficiais do Estado soviético no tópico do fronte oriental entre 1941 e 1945, em adição à narrativa construída pelo Estado Russo moderno. A principal pergunta de pesquisa, conseqüentemente, aborda este estudo de caso em específico, uma vez que se busca descobrir como e porque o filme apresenta uma diferente representação da Segunda Guerra Mundial em comparação à narrativa oficial. É por causa das específicas batalhas, enfrentamentos, e crimes retratados, ou simplesmente devido aos personagens envolvidos e seus destinos na história contada? Visamos examinar precisamente o que faz as duas histórias serem altamente distintas, estudando-as esteticamente e narrativamente, procurando-se identificar a profundidade das divergências entre elas.

Nesse estudo buscamos analisar as fundações narrativas e estéticas do filme *Vá e Veja*, as diferenças desses elementos em relação ao culto da Grande Guerra Patriótica na União Soviética e Rússia atual, e qual tipo de experiência é proporcionada à audiência pelo filme de Elem Klimov. Nossa hipótese é de que, por meio de métodos narrativos, cinematográficos e estéticos, o filme põe um foco no trauma sofrido por vítimas que não são mais anônimas, deixando o conflito e todo o resto como pano de fundo. Dessa forma, o filme se distingue da narrativa soviética principal e seu foco na historiografia de batalhas e triunfo militar, e como consequência ele retrata as experiências traumáticas que foram esquecidas na memória da guerra, dando voz às vítimas por meio de uma representação precisa e focada dos eventos da experiência traumática como um todo.

Portanto, os dados apresentados são sobre a narrativa soviética do conflito, o próprio filme, sobre trauma e, finalmente, sobre representações e retratos de guerra no meio cinematográfico. Este artigo está dividido em três seções, na primeira sendo detalhada a dinâmica narrativa soviética da frente oriental durante a Guerra Fria, enquanto a segunda seção traz dados sobre trauma, cinema de guerra, e enredo do filme *Vá e Veja*. Por fim, a terceira seção apresenta um panorama da narrativa cinematográfica sobre guerra na Rússia atual.

O Estado Soviético e a instrumentalização pós-conflito da memória da Segunda Guerra Mundial

Ao longo do período da Guerra Fria, o estado soviético se envolveu com a memória coletiva da Segunda Guerra Mundial de diferentes maneiras, concentrando-se em alguns aspectos e esque-

cendo-se de outros, enquanto procuravam instrumentalizar a Grande Guerra Patriótica, como denominaram o conflito de 1941 a 1945, para fins políticos. No entanto, não houve uma única narrativa estatal contínua e estável do conflito entre 1945 e o fim da União Soviética em 1991. Em vez disso, diferentes líderes de partido procuraram capitalizar a guerra de maneiras distintas, às vezes divergindo da narrativa trazida por líderes anteriores (MANN, 2016).

O envolvimento do estado na lembrança da guerra foi profunda, pois sua política impactou não apenas a historiografia da guerra, mas também filmes, romances de ficção, autobiografias, cerimônias de casamento, cemitérios e formas de arte em geral. Dessa maneira, foi criada uma mitologia da Grande Guerra Patriótica, embora mudando com o tempo, com seus próprios rituais e celebrações (MANN, 2016). Nesta seção do artigo, a altamente dinâmica narrativa da guerra de 1945 a 1991 será apresentada, com foco especial em seu impacto ou interferência na cena soviética do cinema ao longo dos anos em questão, na tentativa de entender suas características peculiares, em termos narrativos e estéticos.

A dominante narrativa soviética da Grande Guerra Patriótica sofreu várias mudanças ao longo das décadas após o evento, geralmente em um ritmo simultâneo à mudança de poder na União Soviética. Assim, três formas distintas de lidar com a guerra foram formadas: a narrativa de Stalin, a narrativa de Khrushchev e a narrativa de Brezhnev (MARKWICK, 2012). O uso político da guerra, ou, precisamente, o uso político do passado e das memórias, foi algo que permaneceu constante, e a razão era que, discutivelmente, todos os membros da União Soviética estavam de alguma forma envolvidos no conflito. A guerra resultou em 27 milhões de mortos, civis e militares, na União Soviética, um país que tinha cerca de 170 milhões de cidadãos em 1940. Os que sobreviveram tiveram suas próprias cicatrizes do conflito, fossem membros da família perdidos, ferimentos físicos, traumas e o impacto da guerra como um todo em suas vidas. Por esse motivo, essa memória coletiva da guerra foi uma ferramenta usada pelo Estado para a finalidade de seus líderes e, de fato, foi uma ferramenta eficaz, reforçando a identidade nacional e as políticas estatais (TUMARKIN, 1991).

Durante a era pós-guerra de Stalin, de 1945 à sua morte em 1953, a Segunda Guerra Mundial permaneceu, notavelmente, em segundo plano, no que dizia respeito ao Estado. Embora durante a guerra tenha havido um grande esforço no registro das memórias dos indivíduos envolvidos, em 1945 a Comissão para a História da Grande Guerra Patriótica foi fechada e seus arquivos ficaram fora do alcance dos pesquisadores. Portanto, muito rapidamente depois da vitória sobre a Alemanha, foi decidido que apenas uma única narrativa da guerra era permitida, esta que era sancionada pelo Estado (MARKWICK, 2012).

Essa narrativa tinha como núcleo a figura do próprio Stalin, ele sendo retratado como um comandante e líder genial. Os fracassos militares em 1941-1942 foram revisados como estratégias sólidas que tornaram possível a vitória subsequente, sendo essa estratégia retratada como liderada

por Stalin. Embora existisse o discurso principal de triunfo e heroísmo, no período de Stalin, houve um esforço de esquecimento seletivo, com as memórias privadas sendo descartadas. Assim, o Dia da Vitória foi abolido como um feriado em 1947, em conjunto com o banimento de memórias militares e com poucos memoriais oficiais sendo erguidos, apesar das enormes baixas que o país sofreu. Enquanto isso, o número de mortes foi subestimado, ocorrendo um ato intencional de esquecimento dos sofrimentos e traumas das pessoas. Além disso, os generais triunfantes da guerra, como Georgy Zhukov, aqueles que ganharam os holofotes no lugar de Stalin durante os sucessos de 1943 em diante e nos desfiles de vitória em 1945, foram colocados de lado, muitos deles presos ou esquecidos (MARKWICK, 2012).

Em termos de cinema, apenas cerca de meia dúzia de filmes, dos cem lançados desde 1946 até a morte de Stalin, tiveram a guerra como tema. O tema recorrente é de triunfo e vitórias militares, com Stalin aclamado como um líder militar glorioso. Assim, em *The Young Guard* (1948), os adolescentes formam uma resistência subterrânea e superam os ocupantes alemães, ajudando muitos a sobreviver, enquanto em *Konstantin Zasloukov* (1949), um trabalhador lidera com sucesso atos de sabotagem contra os ocupantes. O mais significativo, no entanto, é o filme de duas partes, *The Battle of Stalingrad* lançado em 1949, no qual o papel de Stalin na vitória foi glorificado. Consistindo principalmente em reuniões militares e cenas de batalha, o filme tenta reconstruir a campanha de Stalingrado do ponto de vista dos soldados e generais, com Stalin sendo mostrado como planejando o esforço de guerra soviético e as estratégias por conta própria, e o filme tem um estilo, em termos cinematográficos e de enredo, próximo ao de um documentário (MARKWICK, 2012).

Uma forte lembrança pública da guerra só começou durante o degelo de Khrushchev, a partir de 1956. Buscou-se uma reviravolta na narrativa, quando uma política geral de desestalinização começou. O mito e o culto da personalidade de Stalin foram as primeiras vítimas dessa mudança e, em vez disso, ele foi responsabilizado pelas derrotas soviéticas e as tremendas baixas sofridas por este país, com o Partido Comunista sendo proclamado como os líderes reais da vitória. A guerra foi apresentada como a representação de todas as qualidades dos cidadãos soviéticos, com o triunfo da nação, bem como a coragem, heroísmo e amor às forças armadas pelo povo, recebendo a atenção e, efetivamente, a guerra se tornou um canal para a educação da população, no interesse do partido (MANN, 2016).

Um grande número de histórias e publicações oficiais foi feito nesse período, embora ainda com alguma censura ocorrendo, e uma gama mais ampla de temas, quando se tratava de representações da guerra, apareceu (MANN, 2016). Notavelmente, alguns retratos pacifistas e artísticos da guerra foram produzidos, inclusive em filmes. Por exemplo, *Ivan's Childhood* (1962) conta a experiência de um garoto órfão durante a guerra, enquanto luta ao lado de guerrilheiros na tentativa de vingar a morte de seus pais; *The Cranes are Flying* (1957) foca na história de uma mulher que perdeu o namorado na guerra e sofre abuso de outro homem, sendo forçada a se casar com ele; e *Fate of a*

Man, lançado em 1959, retrata a vida de um motorista de caminhão militar na guerra, a perda de seus familiares, seu tempo como prisioneiro de guerra na Alemanha e sua tentativa de começar uma nova vida após 1945, quando ele adota um menino órfão, embora neste último filme o elemento heroísmo ainda estivesse muito presente (MARKWICK, 2012).

A ascensão de Leonid Brezhnev em 1964 pôs fim a essa liberalização, o degelo de Khrushchev sendo revertido. A Grande Guerra Patriótica ganhou a aparência de um culto, com o retorno das comemorações do Dia da Vitória com grandes desfiles, a homenagem a cidades inteiras com o título de Cidades Heroicas e a produção de histórias oficiais da guerra. O heroísmo, a celebração da vitória e do triunfo, e o retrato dos milhões que morreram como mártires que libertaram o mundo do fascismo, foram constantes nesse discurso (TUMARKIN, 1991).

A guerra tornou-se, então mais do que nunca, a âncora da legitimidade do regime soviético, e as obras que de alguma forma criticaram, rebateram ou apresentaram uma narrativa alternativa foram censuradas. De fato, em 1966, ocorreu o primeiro julgamento público que condenou abertamente autores por seu trabalho literário, que era considerado anti-soviético, no julgamento Sinyavsky-Daniel, enquanto muitas publicações que foram feitas durante o regime de Khrushchev foram proibidas. Além disso, a imagem de Stalin como herói foi lentamente restabelecida, e a narrativa heroica foi completamente desumanizada, apesar de milhares de memoriais de mortes em massa terem sido erguidos. Os mortos eram vistos como mártires, e houve uma tentativa de santificar a guerra, fazendo com que qualquer crítica ao partido ou fracassos militares soviéticos entre 1941 e 1943 fosse vista como crítica contra os mortos (MARKWICK, 2012).

A lembrança pública da guerra entrou em cena, mas individualmente, a guerra não havia sido esquecida pela população, mesmo antes dessa mudança para a arena pública. Os rituais do Dia da Vitória nos núcleos familiares continuaram durante o período em que o feriado foi cancelado, como também foram constantes e espalhados os esforços, no pós-guerra, para lembrar-se de crianças e membros da família que haviam perecido. Isso lançou as bases para o impacto do culto da guerra a partir de 1965, quando a memória coletiva se confundiu com a narrativa do Estado (TUMARKIN, 1991).

Ocorreu uma onda de filmes de guerra, com o foco se tornando as principais vitórias soviéticas de 1943-1945, enquanto perseguiam as forças alemãs em retirada, sendo que as derrotas anteriores eram encobertas. *Provereno nema mina* (1965), uma produção co-iugoslava e soviética, mostra a libertação de Belgrado em 1944 e as operações de um esquadrão da resistência contra os alemães; em *Dva goda nad propastyu* (1966), a libertação de Kiev acontece quando um soldado age atrás das linhas inimigas. Histórias de amor durante a guerra e heroicas operações partidárias também foram tramas comuns durante esse período (MARKWICK, 2012).

Entre 1970 e 1971, a série de filmes *Liberation* foi lançada. Com cinco filmes, cada um representando uma vitória soviética diferente e com seções em preto e branco para se assemelhar a filma-

gens do conflito, eles encarnavam o culto da guerra. A intenção por trás de sua produção era mostrar a determinação do esforço de guerra soviético na derrota da Alemanha nazista, pois se pensava que os filmes ocidentais da época encobriam a participação soviética (MARKWICK, 2012).

Essa narrativa continuou nos anos 80, embora tenha sido contestada durante o curso da política de *glasnost*, ou transparência, de Gorbachev. A Parada do Dia da Vitória em 1985, a primeira desde 1965, incorporou o culto da guerra, mas nos seis anos seguintes a narrativa da guerra se tornou terreno contestado, com diferentes narrativas entrando em cena, por diferentes grupos. Lentamente, a santidade da guerra foi corroída à medida que mais informações foram divulgadas sobre crimes estatais durante a guerra, os acordos de Stalin com os alemães em 1939 e a repressão geral do povo soviético pelo governo. Assim, o cinismo e a oposição à narrativa dominante cresceram nos últimos anos da União Soviética, impactando a legitimidade geral do estado e do partido (MARKWICK, 2012).

Trauma e cinema, o caso de “Vá e Veja” (1985) de Elem Klimov

O filme *Vá e Veja*, lançado em 1985, depois de oito anos retido pelo Estado soviético, foi o último e mais bem-sucedido trabalho de direção de Elem Klimov. À primeira vista, é simplesmente outro filme de guerra, mas na realidade o conflito militar permanece em segundo plano. O filme se passa na Bielorrússia, em 1943, enquanto seguimos Flyora, um garoto bielorrusso que estava entusiasmado e empolgado em se juntar à resistência, para lutar contra os ocupantes alemães (BERGAN, 2003).

O filme de 2 horas e 22 minutos começa com Flyora e um amigo em busca de um rifle, em meio a veículos destruídos, nos arredores de sua vila, eles agindo de brincadeira e descontraidamente quando o ancião da vila pede que parem, pois se se unissem à resistência atrairiam a retaliação alemã. Para se juntar a eles, o amigo de Flyora diz que possuir um rifle é um requisito, e assim que o encontram, eles retornam para suas casas, embora não antes que um avião alemão os veja do céu (KLIMOV, 1985).

Enquanto Flyora aguarda os oficiais da resistência, sua mãe, desesperada, pede que ele fique pelo bem de seu pai e de suas duas irmãs mais novas, e ela lhe entrega um machado pedindo-lhe que acabe com a vida de suas irmãs de imediato, mas ele ignora sua mãe. Mais tarde, dois guerrilheiros chegam e recrutam Flyora, o garoto se sentindo animado, aventureiro e com um sorriso constante no rosto, e eles seguem para o acampamento escondido em uma floresta próxima.

Lá Flyora, a princípio bastante ignorante sobre o que fazer, recebe tarefas domésticas. Nesta seção do filme, a primeira e única vez em que uma bandeira ou símbolo da União Soviética aparece, enquanto os guerrilheiros da resistência posam para uma foto de grupo, um deles segurando uma bandeira, enquanto uma música de marcha soviética toca. Em seguida, os guerrilheiros se reúnem

para partirem a uma operação, com os comandantes discursando sobre os tempos difíceis pela frente e tentando despertar o ânimo dos homens, e Flyora é forçado a ficar, enquanto lhe é pedido que entregue suas botas a outro soldado.

Flyora então chora enquanto ele se move pela floresta sozinho, encontrando-se com uma garota que trabalhava nos campos, ela mesma em lágrimas devido à partida de um dos comandantes, Kossatch. Ele e a garota, Glasha, começam a se conectar emocionalmente, antes que um avião alemão apareça no alto e paraquedistas sejam vistos caindo no céu. O campo da resistência sofre uma barragem de artilharia, os ouvidos de Flyora sendo sobrecarregados, e os sons do filme a partir deste momento imitam os sentidos confusos de Flyora e sua surdez quase que completa. Os dois fogem do acampamento em meio a patrulhas alemãs e passam uma noite na floresta, planejando irem à vila de Flyora no dia seguinte.

Para a surpresa deles, a vila está vazia e Flyora procura sua família em vão. Eles partem para um lugar escondido, conhecido por Flyora, onde ele espera encontrar as pessoas da vila. No entanto, Glasha vê todos os corpos atrás de uma casa quando está sozinha, optando por não contar a ele à princípio. Enquanto estão sofrendo uma travessia árdua por um pântano, Glasha, em desespero, conta o que ela viu. Um membro da resistência os encontra enquanto lutam um contra o outro, e são levados ao local oculto apenas para que o ancião da vila, gravemente ferido e com queimaduras graves, diga a Flyora que ele o alertou para não desencavar os rifles e que o povo da vila está morto até a última pessoa.

Enquanto o grito dos outros fica mais alto, Flyora, em lágrimas, enterra a cabeça na lama, antes que Glasha o levante e cuide de um Flyora entorpecido e quase catatônico. Os homens do grupo então partem para reunir suprimentos em um armazém e caçar, levando Flyora junto, enquanto Glasha fica para trás. Em sua jornada, eles são atingidos por fogo alemão e, portanto, fogem em direção a bosques próximos, terminando em um campo minado onde dois dos três homens com Flyora são mortos em uma explosão. Em seguida, eles vão para uma vila, ameaçando um aldeão a entregar sua vaca. Em triunfo, eles iniciam a jornada de retorno, apenas para um tiro sinalizador ser disparado ao céu, iluminando a área, e um fogo de metralhadora alemão mata o último guerrilheiro e fere mortalmente a vaca, o animal gemendo enquanto Flyora, chorando, se abaixa na grama.

De manhã, Flyora encontra outro aldeão, com uma carroça de cavalo, nos campos. Embora a princípio ele tentou roubar o cavalo, quando os alemães aparecem à distância o aldeão o ajuda a se esconder e o leva para sua casa, dizendo a Flyora para fingir ser seu neto, a fim de se disfarçar para os alemães. Eles chegam lá no mesmo momento em que uma unidade alemã, com vários veículos e homens, chega ao local. Logo após a apresentação de Flyora aos moradores, os alemães entram nas casas em busca.

As pessoas estão reunidas no centro da cidade, enquanto Flyora chora para que parem de seguir as ordens, avisando que serão massacradas. Em seguida, todos são empurrados para uma igreja pelos soldados e colaboradores, em meio a chutes, socos e latidos de cães. Aqueles que tentam sair são baleados, antes que um soldado diga que aqueles que não têm filhos podem sair pela janela. Flyora é a única pessoa que consegue fazer isso com sucesso, embora em choque completo, e sofre mais violência dos alemães. Enquanto isso, uma garota é puxada pelos cabelos pela vila. Granadas são jogadas na igreja e o prédio é incendiado. Os alemães aplaudem, antes que todos atinjam o prédio com metralhadoras e lança-chamas.

Flyora permanece por toda a cena com os olhos bem abertos, tremendo e em choque. Depois, ele é empurrado e derrubado, alguns soldados posando para fotos enquanto apontam as pistolas para a cabeça dele. Enquanto toda a vila queima, a unidade alemã sai em triunfo, embora não antes de a garota ser jogada em um caminhão carregando uma dúzia de soldados, com outros tentando pular para dentro. Mais tarde, Flyora sai da vila e descobre que os alemães foram derrotados, seus veículos destruídos e seus soldados mortos, enquanto os guerrilheiros chegam.

A garota, andando mancando, com roupas rasgadas e sangrando, chega perto de Flyora, os dois ainda completamente em choque. Na parte final do filme, os poucos alemães capturados são reunidos e imploram por suas vidas aos guerrilheiros e à Kossatch, o comandante. Flyora reconhece o soldado que gritou dentro da igreja, e o alemão proclama que eles não têm nenhum direito de existir, enquanto os outros continuam implorando por suas vidas e, enquanto se empurram, os guerrilheiros os executam sem cerimônia.

Em silêncio, eles deixam a vila enquanto o filme mostra imagens em preto e branco de pessoas assassinadas. Flyora encontra uma pintura de Hitler na lama, e tremendo, começa a atirar nela, à medida que mais imagens em preto e branco da guerra, de alemães que saúdam Hitler e de explosões e desfiles militares alemães, são mostradas continuamente ao contrário, a velocidade das filmagens acelerando a cada tiro que Flyora dispara. No final, o filme repousa sobre uma foto de Hitler quando bebê, e Flyora desmorona, chorando e interrompendo o fogo. Um texto aparece na tela enquanto a *Lacrimosa* de Mozart toca, quando se é lembrado que não apenas esses eventos aconteceram, mas eles aconteceram em grande número: 628 aldeias bielorrussas foram queimadas dessa maneira durante a guerra, com todos os seus habitantes morrendo no processo. A música continua tocando enquanto a câmera segue, por trás, os guerrilheiros e Flyora se movendo por uma trilha na floresta, eles em silêncio. A câmera então se move, através de uma única tomada, pela floresta, antes de voltar à trilha, novamente atrás dos guerrilheiros em marcha, embora agora já seja inverno e a floresta esteja coberta de neve. A cena final é dos lutadores desaparecendo entre as árvores.

Ao longo do filme, Flyora sofre uma transformação drástica, passando de um garoto excitado e vigoroso, para alguém que sofreu trauma físico e mental. Seu ponto de vista e suas experiências nos

vários eventos são o foco do filme, com sua confusão e reação aos eventos permanecendo o tempo todo em primeiro plano. No final do filme, Flyora está constantemente com os olhos bem abertos e se contorcendo, o corpo tremendo, enquanto a pele está pálida e o cabelo parece ter ficado branco.

O aspecto militar do conflito em questão não é a prioridade: na realidade, o engajamento entre os guerrilheiros e os alemães que massacraram a vila não é mostrado, e o filme salta da caminhada de Flyora para fora da vila queimada, para seu descobrimento imediato do resultado desta batalha. Para um filme ser anti-guerra, a representação geral de algum evento terrível não é tudo o que é necessário, mas, na verdade, é preciso fazer escolhas deliberadas, narrativa e esteticamente, sobre o que retratar e focar, e em como os eventos acontecem e como os personagens respondem a eles (MONNET, 2016).

Dessa maneira, por exemplo, *O Resgate do Soldado Ryan*, o filme de guerra do dia D de Spielberg lançado em 1998, não pode ser considerado um filme anti-guerra, embora durante seus primeiros trinta minutos haja uma cascata de violência, carnificina e mortes, pois depois deste início se apresenta uma narrativa redentora e que passa a encantar a imagem das experiências dos soldados e da guerra em geral como heroica, estoica, triunfante e, acima de tudo, necessária em um contexto de liberação da Europa. No geral, até elementos como medo, dor e fraternidades justapostas contra todas as probabilidades são usados nos filmes de guerra para glorificar e encantar a guerra e transformá-la em um terreno onde os homens testam sua coragem. Assim, efetivamente, um filme anti-guerra se opõe a um filme pró-guerra: enquanto o último busca santificar a guerra, o primeiro busca desencantá-lo do mito (MONNET, 2016).

Além disso, um filme pode condenar um conflito específico e, por exemplo, a política por trás dele, sem visar a ampla natureza da própria guerra. Em ambos os casos, os filmes que têm essa crítica específica a um conflito ou têm uma narrativa sobre a inutilidade e o trauma da guerra em geral, rotineiramente apresentam características como a representação da morte como sem sentido, sem o processo final de luto, retratam uma alternativa ao espetáculo de combate e retratam o sofrimento de mulheres e crianças. Enquanto isso, um filme de guerra, não importa sua posição particular em relação à guerra, tem maior capacidade de impactar seus espectadores do que documentários, por exemplo. Em termos estéticos, a narrativa ultrapassa o documentário ao envolver as emoções dos espectadores. No entanto, há um caminho para múltiplas interpretações dos eventos retratados (MONNET, 2016), como Stanley Kubrick descobriu com seu filme de guerra do Vietnã, *Nascido Para Matar* (1987): embora fosse um filme anti-guerra, é percebido que ele possivelmente teve um resultado positivo no recrutamento militar dos Estados Unidos nos anos posteriores a seu lançamento (BROOK, 2014).

O dano psicológico aos participantes é outra característica comum nos filmes anti-guerra (MONNET, 2016). O trauma não pode ser retratado simplesmente por uma história, mas por uma

cascata de experiências e rupturas (KIRMAYER, 1996). Uma definição de trauma é aquela da experiência avassaladora, inesperada e repentina, interrompendo o quadro de referência do indivíduo (SMELSER, 2004). Para que um indivíduo se solte de um trauma que sofreu, a assistência aos seus esforços para ser ouvido em uma arena local pode ter efeitos positivos, o mundo social testemunhando o trauma, pois um espaço público de trauma serve como uma âncora para a montagem dos fragmentos da memória pessoal. Além disso, muitas vezes as vítimas também sentem a necessidade de romper com a experiência comum reconhecida por outras pessoas (KIRMAYER, 1996).

A representação do trauma é um processo que estabelece uma vítima, atribui culpa, define a lesão à coletividade e demonstra as consequências ideais e materiais (JEFFREY, 2004). Quando se tratou da Grande Guerra Patriótica, a invasão alemã, como trauma coletivo, foi instrumentalizada durante a maior parte da Guerra Fria, na tentativa de moldar a identidade nacional soviética. Ao focalizar o triunfo, as vitórias e os compromissos militares, e ao se comemorar os milhões de mortos como mártires, as experiências traumáticas individuais foram deixadas de lado (MARKWICK, 2012).

Vá e Veja faz o oposto por completo. Do começo ao fim, a câmera foca nos rostos dos personagens, especialmente quando eles estão sofrendo. Assim, quando a mãe de Flyora pede que ele fique em casa, o espectador vê seu rosto em lágrimas de perto, e quando a garota caminha perto de Flyora no final, a vemos com uma expressão quase que catatônica. Além disso, vários *close-ups* em Flyora, que o mostram completamente confuso e traumatizado, acontecem durante o filme (KUMAR, 2019).

Os sons ensurdecidos de explosões e disparos de armas pequenas são outra característica do filme. Nele, não há um espetáculo de combate ou épica trilha sonora; em vez disso, o espectador experimenta o filme através dos sentidos e da imaginação de Flyora. Como resultado, com trinta minutos de filme, seu som se torna para o público tão confuso quanto para o personagem principal, com um zumbido constante sendo ouvido (KUMAR, 2019). Em relação à sua trilha sonora, as músicas podem ser interpretadas como estando nos pensamentos e na imaginação de Flyora, por exemplo, quando uma música toca enquanto Glasha dança para um Flyora quase surdo durante a ligação emocional entre eles. Por outro lado, a trilha sonora também pode ser interpretada como enquadrando um contexto por meio de um leitmotiv. Leitmotivos são definidos como temas recorrentes que podem ajudar a definir humores, protagonistas, vilões e lugares (RICHARDS, 2012). No caso de *Vá e Veja*, o uso da *Cavalgada das Valquírias* de Wagner se encaixa nessa categoria, por exemplo.

Nas formas mencionadas acima, um filme pode remover os encantamentos da guerra, concentrando-se estética e narrativamente no sofrimento e nos traumas dos envolvidos (MONNET, 2016), e isso é feito em *Vá e Veja*. O arco de personagem de Flyora o deixa completamente traumatizado, e não houve triunfo no final, mas sua mera sobrevivência. A extensão de sua maneira de lidar com o trauma que ele experimentou foi a repetição de disparos contra a pintura de Hitler, que o deixa

chorando no final e, embora o clímax do filme, a queima da vila, tenha sido a principal experiência traumática para ele, não foi o único. Como mencionado anteriormente, com trinta minutos de filme qualquer emoção ou esperança que Flyora teve foram interrompidas e, quando o filme atinge a marca de uma hora, ele já se mostra completamente traumatizado e desesperado.

Ao mesmo tempo, os alemães afetam e dirigem todas as ações do personagem principal, embora passem a maior parte do filme fora das cenas, pelo menos até chegarem à vila a ser queimada. Dessa maneira, Flyora se sente perseguido pessoalmente por uma única entidade unificada, e *Vá e Veja* incorpora aspectos de um filme de terror. Notavelmente, a mesma aeronave alemã aparece quatro ou mais vezes sozinha no céu e agindo como se estivesse sombreando cada movimento de Flyora, seu motor constante soando no céu, assombrando o personagem e criando mais tensão. Além disso, pelo uso da perspectiva de Flyora e, em algumas ocasiões, de um ponto de vista não atribuído, o filme extrai sua força do surrealismo, quase quebrando a quarta parede como, por exemplo, nas seções de filmagem em preto e branco (MORROW, 2016)

Narrativamente, a característica comum aos filmes de guerra de dar aos horrores, se eles realmente são retratados, um arco de redenção, está longe de estar presente *Vá e Veja* (MORROW, 2016). Além disso, as poucas ações proativas de Flyora não terminam em triunfo e sucesso, mas são atingidas com uma subversão de suas expectativas, mesmo aquelas que podem ser consideradas como assistência ao esforço de guerra soviético ou ao seu povo: o resultado de ele se juntar aos guerrilheiros da resistência é a morte de todos os membros de sua família e de seus vizinhos; ele exortando e ajudando os três guerrilheiros a encontrar comida para os civis escondidos termina com os três mortos e nenhum suprimento encontrado; e o resultado de tentar roubar uma carroça de cavalo para levar aos civis é que ele pode se esconder na casa do dono do cavalo, apenas para ser testemunha de um desastre quando os alemães chegam ao local e procedem massacrando toda a vila. Dessa maneira, o *Vá e Veja* “nunca se esforça para ser um memorial brilhante da vitória da Rússia; (mas) fica sozinho, carregando as horrendas cicatrizes da guerra em geral” (KUMAR, 2019).

A atual narrativa estatal russa da Segunda Guerra Mundial.

Hoje o cinema russo produz inúmeros filmes de guerra, alguns sobre outros conflitos da história do país e do povo russo, como a guerra civil russa, a guerra russo-afegã, e os conflitos na Chechênia, mas a grande maioria permanece tendo como tema a Segunda Guerra Mundial, sem dúvida o conflito mais marcante para a história da Rússia e, de fato, do mundo, sendo o momento pivotal de formação de formação da identidade do país russo moderno. Os filmes de guerra são particularmente importantes para o entendimento da Rússia, passada e atual, pois eles retratam e influenciam os

tempos em que foram feitos, e particularmente a história russa esteve imersa em guerra pelos últimos 100 anos e até mais tempo que isso (YOUNGBLOOD, 2007).

A autoridade do Estado soviético teve como uma das principais ferramentas a manipulação do tempo, em termos de passado e memória, para controlar e influenciar a população, e essa prática permaneceu no aparato estatal russo como herança do período soviético (DOBRENKO, 2008). A representação da guerra, em especial com filmes, segue padrões um tanto manipulativos, em geral entrando em espaços pré-definidos de mitologia nacional, no caso russo-soviético o do sacrifício, triunfo e heroísmo (NORRIS, 2016).

De fato, o primeiro longa-metragem russo foi sobre um conflito, a Guerra da Criméia. *The Defense of Sevastopol*, de 1911 e dirigido por Vasilii Goncharov, retrata um povo russo unificado defendendo a Mãe Rússia, com cenas marcantes em que aldeões do entorno da cidade abençoam a Marinha Russa, tanto navios como marinheiros, os cidadãos da cidade ajudam o esforço de guerra erguendo novas fortificações, um padre ortodoxo abençoa os defensores da cidade e oficiais de alto escalão, como os Almirantes Kornilov e Nakhimov, morrem lutando ao lado de seus soldados rasos, exemplificando o mais alto ideal de sacrifício e patriotismo. O filme se inspira em várias pinturas da época que tiveram a guerra como tema, como o panorama de Franz Robaud, que captura com louvor a imagem histórica da guerra, com os defensores da cidade repelindo as tropas inimigas. A recepção do filme foi vasta, com grande sucesso comercial, e mesmo com a crítica especializada expondo erros em aspectos técnicos e precisão histórica, o filme teve grande aceitação entre a população russa (NORRIS, 2016).

Mais recentemente é aparente duas tendências em novos filmes de guerra russos que tratam da Segunda Guerra Mundial: a ação gráfica e brutal natural de novos filmes de ação, principalmente os de Hollywood, assim como um resgate da idealização dos sacrifícios feitos na Grande Guerra Patriótica (WEBBER; MATHERS, 2006). Esses elementos podem ser claramente percebidos no novo filme *A Resistência*, de 2010 e dirigido por Aleksandr Kott. Em russo, o nome é *Brestkaya Krepost*, ou “Fortaleza Brest”, evidenciando o tema do filme que narra a resistência da Fortaleza de Brest contra a invasão alemã em 1941, um dos muitos conflitos árduos e desesperadores travados pelo Exército Vermelho naquele ano (NORRIS, 2016).

Após a derrocada da União Soviética em 1991, a indústria cinematográfica na Rússia era praticamente inexistente. No começo dos anos 2000, a medida que a economia russa se restabelecia, a produção de filmes também aumentou sua escala novamente, suprimindo uma demanda por retratações do passado que também ajudassem a reconstruir um senso de patriotismo para o que era o novo Estado russo. É nesse cenário que *A Resistência* foi produzido e lançado (NORRIS, 2016).

O filme acompanha as forças soviéticas que defenderam Brest durante o fatídico período entre junho e julho de 1941. Os personagens são apresentados como um grupo de soldados, cada qual

com suas próprias características, mas nenhum de fato explorado a fundo. O personagem de Sasha Akimov, com 15 anos, perde o irmão cedo na batalha, mas mesmo sofrendo essa perda familiar, o constante bombardeamento alemão que o deixa surdo e o desespero de ver seus colegas soldados caindo em batalha durante todo um mês, permanece cumprindo suas funções de combate ao lado dos outros soldados até o momento em que é ordenado a fugir por um tenente e sobreviver. Vários outros soldados têm momentos emotivos, em que choram ou largam as armas por alguns momentos, e a exaustão é aparente. Em termos gerais, os personagens reagem de forma humana à situação em que estão inseridos, mas não é o foco do filme e a mensagem principal do filme é a de sacrifício, tanto coletivo como individual, e não o trauma sofrido. As cenas finais do filme narram o destino dos combatentes que foram protagonistas e, mais importante, suas condecorações, pondo o foco em seu sacrifício e heroísmo (NORRIS, 2016).

Se faz aparente a prioridade dada em filmes de guerra russos pela manutenção da identidade nacional, por meio da manipulação de elementos patriotas e nacionalistas como o estoicismo, heroísmo, sacrifício e pureza moral por parte tanto dos militares russo-soviéticos como quanto da própria população. Principalmente em se tratando da Grande Guerra Patriótica, esses elementos são elevados aos níveis mais altos: o sacrifício dos milhares para impedir o avanço do nazismo não pode ser de forma alguma criticado ou retratado de forma ambígua, sendo uma transgressão contra a imagem mais sagrada possível, o mártir (GILLESPIE, 2006). Somado a isso, o inimigo dessa guerra em particular é desumanizado, por ter perpetrado tantos males, o soldado alemão é o pior dos inimigos, não sendo apresentado uma possibilidade de reconciliação, como é feito em *Defense of Sevastopol*, onde o inimigo é britânico e francês (YOUNGBLOOD, 2007).

Mesmo em filmes da era de Boris Yeltsin, que são mais críticos e questionam as razões pelas quais jovens russos foram enviados para combate no Afeganistão e na Chechênia, dois conflitos que foram marcadamente violentos e foram palco de derrotas custosas para forças russo-soviéticas, a imagem do soldado permanece quase que inalterada. Mesmo travando uma guerra que não é necessariamente sagrada como foi a Grande Guerra Patriótica, o soldado russo-soviético permanece inabalável em seu papel de herói e patriota, seguindo ordens e travando a guerra da melhor forma que pode, mesmo que a razão da guerra seja criticada (GILLESPIE, 2006).

No filme *Checkpoint* de Aleksandr Rogozhkin, de 1999, o próprio aparato militar russo é mostrado como corrupto e ineficiente, mas o soldado continua com a representação de justo e heroico, lutando uma guerra contra um inimigo brutal e sem rosto na Chechênia, este oponente que viria a ser novamente desumanizado no filme *Purgatory* de Aleksandr Nevzorov, de 1998 – talvez um dos mais repreensíveis do gênero por suas implicações racistas para com chechenos e árabes, quebrando com o processo de crítica ambígua corrente então – e que teve uma audiência consideravelmente maior. Essa desumanização do inimigo não apenas serve para amplificar o desafio e, portanto, o

heroísmo do soldado, mas também justificar as ações do Estado, nominalmente o genocídio dos chechenos, antagonizando essa população em termos étnicos e religiosos (GILLESPIE, 2006).

Nos anos 2000 o governo Putin viu um resgate da narrativa heroica, em detrimento do movimento crítico que crescia no cinema russo. E enquanto os ganhos feitos por filmes críticos na era Yeltsin, os filmes da Grande Guerra Patriótica agora encaram a guerra como um assunto mais complexo, contudo os elementos primordiais da mitologia nacional permanecem pétreos (YOUNGBLOOD, 2007).

O mesmo pode ser notado com *A Resistência*, onde os elementos de heroísmo e sacrifício estão em proeminência e o trauma, se é visto, é apenas de forma passageira ou inconsequente. A própria fortaleza de Brest recebeu o título de heroica pela União Soviética, assim como a cidade de Sevastopol, palco de vários conflitos, entre outras cidades. O filme foi endossado na época de seu lançamento tanto por Putin quanto pelo presidente da Bielorrússia, Alexander Lukashenko, que segue uma linha similar de política autoritária e também bebe da fonte de instrumentalização da história soviética para ganho político (NORRIS, 2016).

Recentemente Putin entrou em disputas diplomáticas com seus vizinhos europeus e até mesmo com os Estados Unidos, a Rússia cada vez mais antagonizada e excluída dos círculos internacionais por conta de sua postura agressiva, principalmente em relação à Ucrânia e a anexação da Criméia (RADCHENKO, 2020). Alguns conflitos diplomáticos mais notórios são os relacionados à narrativa da Segunda Guerra Mundial, em geral causados pelo boicote de dignitários da Europa aos eventos comemorativos da Rússia, como a Parada do Dia da Vitória (BERSHIDSKY, 2020).

Existe um claro conflito de narrativas, com a Rússia vendo seu principal objeto de manipulação moral em sua política externa, nominalmente a narrativa da Grande Guerra Patriótica e sua superioridade moral por ter derrotado a Alemanha Nazista, sendo erodida por críticos, alguns deles líderes de estado de países que, durante a guerra, foram seus Aliados (BERSHIDSKY, 2020).

Conclusão

Pela coordenação das opções e métodos estéticos e narrativos descritos acima, *Vá e Veja* produz uma experiência divergente com a narrativa soviética dominante presente durante a Guerra Fria. Por meio da exibição da realidade, confusão e trauma da guerra dentro de uma estrutura surreal e de horror, os encantamentos nacionais do conflito específico e de todo o fenômeno humano denominado de guerra se desmoronam no processo. Durante as duas horas e vinte e dois minutos, a experiência do espectador é de tragédia, desespero e confusão, pois não há mecanismos de alívio presentes, e a tensão só começa a ser dissipada no último minuto, quando os guerrilheiros caminham pela floresta enquanto a *Lacrimosa* de Mozart toca em segundo plano.

O impacto do filme é um caso para um estudo diferente. Basta dizer que, em termos de mídia cinematográfica, sua representação de trauma e dano psicológico influenciou vários outros filmes na Rússia desde o final da União Soviética, muitos diretores recorrendo a *Vá e Veja* para seus próprios retratos do Grande Guerra Patriótica (DUNCC, 2016). No entanto, devido às múltiplas interpretações possíveis, o filme, de maneira semelhante à maioria dos filmes políticos russos, é rotulado por alguns estrangeiros como propaganda, neste caso devido à sua representação dos alemães (KUMAR, 2019), e talvez tenha sido de fato este retrato dos alemães, em conjunto com a vitória final da resistência, mesmo que fora das telas, que permitiu que o filme fosse feito após oito anos de espera nas mãos dos censores soviéticos. Note-se, porém, que o filme foi lançado por Klimov sem ele se comprometer a qualquer censura, exceto à mudança do título, de *Mate Hitler* para *Vá e Veja* (MURZINA, 2010).

Seja como for, *Vá e Veja* oferece um relato de guerra drasticamente diferente do que a narrativa do estado soviético que tenta santificar a frente oriental da Segunda Guerra Mundial, abrindo o espaço para o cinema como discurso alternativo da história e enfraquecendo o monopólio dos livros de história, uma vez que estes são incorporados a ideologias específicas da mesma forma (MALIK; VISWANATH, 2009). De fato, como foi demonstrado, ao longo da Guerra Fria, o foco particular dos livros oficiais de história estava nas atividades e engajamentos militares, e as estatísticas de milhões de mortos não levaram a narrativa a focar nas experiências traumáticas pessoais do povo soviético. Em vez disso, a narrativa soviética apresentava uma desumanização dos chamados mártires: aqueles que morreram para, nessa narrativa em particular, salvarem a União Soviética e permitirem que o triunfo acontecesse.

Em *Vá e Veja*, não há triunfo, os mortos são brutalmente mortos e os sobreviventes têm cicatrizes, mentais e físicas, por toda a vida. Em suma, o filme consegue produzir uma experiência audiovisual que transmite uma mensagem diferente, justamente por causa do foco no trauma através de meios estéticos e narrativos e, como resultado, a hipótese estudada neste artigo foi verificada. O filme possui inúmeras das características gerais de um filme anti-guerra, e sua atenção no trauma psicológico e nas experiências de Flyora cria uma nova imagem da Grande Guerra Patriótica, em comparação com as narrativas estatais.

Em adição à essa análise central, também percebemos que os elementos comuns à narrativa manipulada na história russo-soviética se mantêm através das eras: do *Defense of Sevastopol* de 1911 ao *A Resistência* de 2010, os temas de heroísmo, sacrifício, patriotismo e coragem inabalável frente a um inimigo difícil e desafiador são repetidos e reforçados.

O filme *Vá e Veja* não apenas subverte a instrumentalização da narrativa de guerra, mas também a própria tendência dos filmes de guerra em si, sendo uma película anti-guerra em meio à vários que a glorificam, para benefício quase que invariavelmente do Estado. Por meio da representação acurada e focada do trauma pessoal do protagonista, e não dos feitos heroicos, sejam individuais ou

coletivos, o filme consegue retratar uma experiência mais próxima da realidade da guerra, em que violência, trauma, ferimentos e perdas são constantes e os triunfos militares pouco importam em um nível pessoal, sendo na verdade uma das poucas exceções, senão a única exceção, desse tipo entre os filmes russo-soviéticos.

Bibliografia

BERGAN, Ronald. Elem Klimov. 2003. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2003/nov/04/guardianobituaries.russia>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

BERSHIDSKY, Leonid. Putin's Latest Obsession: a new World War II narrative. *The Moscow Times*, 10 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.themoscowtimes.com/2020/01/10/putins-latest-obsession-a-new-world-war-ii-narrative-a68856>>. Acessado em: 15 de junho de 2020.

BROOK, Tom. *Is there such any such thing as an anti-war film?*. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/culture/story/20140710-can-a-film-be-truly-anti-war>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

DOBRENKO, Evgeny. *Stalinist Cinema and the Production of History*. New Haven: Yale University Press, 2008.

DUNCC, Nathan. *Atrocitiy Exhibition: is Come and See Russia's greatest ever war film?*. 2016. Disponível em: <<https://www.calvertjournal.com/articles/show/6415/come-and-see-elem-klimov-war-film-bastards-star-brest-fortress>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

GILLESPIE, David. *Confronting Imperialism: the ambivalence of war in post-soviet film*. In: WEBBER, Stephen L.; MATHERS, Jennifer G. *Military and Society in Post-Soviet Russia*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

JEFFREY, Alexander. *Toward a theory of cultural trauma*. In JEFFREY, Alexander. *Cultural Trauma and Collective identity*. University of California Press, 2004.

KIRMAYER, Laurence. *Landscapes of memory: trauma, narrative, and dissociation*. 1996. Disponível em: <https://www.academia.edu/329518/Landscapes_of_Memory_Trauma_Narrative_and_Dissociation>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

KLIMOV, Elem. *Come And See*. 142 minutes. Moscow, Sovexportfilm, 1985.

KUMAR, Arun. *Come and See (1985): a chilling and indelible reminder of nazi carnage*. 2019. Disponível em: <<https://www.highonfilms.com/come-and-see-1985-a-chilling-and-indelible-reminder-of-nazi-carnage/>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

MALIK, Salma; VISWANATH, Gita. *Revisiting 1947 through popular cinema*. 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/5122549/Revisiting_1947_Through_Popular_Cinema>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

MANN, Yan. *Contested Memory: writing the great patriotic war's official history under Krushchev's thaw*. Arizona State University, 2016.

MARKWICK, Roger. *The Great Patriotic War in Soviet and post-Soviet collective memory*. In STONE, Dan. *The Oxford handbook of postwar European History*. OUP Oxford, 2012.

MONNET, Agnieszka Soltysik. *Is there such a thing as an Antiwar film?*. 2016. Disponível em: <<https://people.unil.ch/agnieszkasoltysikmonnet/files/2010/09/Antiwar-Film.pdf>>. Acessado in: 15 de julho de 2019.

MORROW, Justin. *How Come and See uses horror to make the best anti-war movie you've never seen*. 2016. Disponível em: <<https://nofilmschool.com/2016/10/how-come-and-see-uses-horror-make-best-anti-war-movie-youve-never-seen>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

MURZINA, Marina. *Come and See*. 2010. Disponível em: <http://www.aif.ru/culture/21267>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

NORRIS, Stephen. *Defending the Motherland: the soviet and russian war film*. In BEUMERS, Birgit. *A Companion to Russian Cinema*. John Wiley & Sons Inc, 2016.

RADCHENKO, Sergey. Vladimir Putin Wants to Rewrite the History of World War II. *Foreign Policy*, 1 de Janeiro de 2020. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2020/01/21/vladimir-putin-wants-to-rewrite-the-history-of-world-war-ii/>>. Acessado em: 15 de junho de 2020.

RICHARDS, Mark. *What is a leitmotif and how does it work in films?*. 2012. Disponível em <<https://www.filmmusicnotes.com/what-is-a-leitmotif-and-how-does-it-work-in-films/>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

SMELSER, Neil. Psychological trauma and cultural trauma. In JEFFREY, Alexander. *Cultural Trauma and Collective identity*. University of California Press, 2004.

TUMARKIN, Nina. *Glasnost and the great patriotic war*. 1991. Disponível em: < <https://www.ucis.pitt.edu/nceer/1991-804-07-Tumarkin.pdf>>. Acessado em: 15 de julho de 2019.

YOUNGBLOOD, Denise Jeanne. *Russian War Films: on the cinema front, 1914-2005*. University Press of Kansas, 2007.

Militares estaduais do Paraná e a Força Expedicionária Brasileira: de 1942 a 1951¹

José Eleutério da Rocha Neto²

Resumo

O presente estudo contribuiu para preencher uma lacuna na historiografia da Polícia Militar do Paraná (PMPR) no tocante ao período da 2ª Guerra Mundial, relacionando eventuais militares egressos da PMPR que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e os integrantes da FEB que se juntaram à PMPR no pós-guerra. Para tal, além de breve revisão da literatura, procedeu-se a uma pesquisa documental nos arquivos da PMPR e do Museu do Expedicionário, no período compreendendo os anos de 1942 a 1951. Descobriram-se e se relacionaram quatro integrantes da FEB oriundos da PMPR, além de quarenta e cinco policiais militares egressos da FEB. Estudos complementares são necessários para ampliar o período pesquisado, bem como suprir limitações apontadas nesta pesquisa.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira, Polícia Militar do Paraná.

Abstract

This study contributed to fulfill the exiting gap in the historiography of the Military Police of the State of Paraná (PMPR) with regard to the World War II, by listing possible military that left PMPR by the time of the war and joint the Brazilian Expeditionary Force (FEB), as well as former FEB members that joined PMPR after the war. For that, after a short revision of the literature, a documentary research on a period ranging from 1942 to 1951 was performed in the files of the PMPR and of the Expeditionary Museum. Four FEB members that came from PMPR corps and forty-five PMPR officers that were former FEB members have been found and listed. Complementary research is needed in order to broaden the researched period, as well as to surpass the limitations indicated in this work.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force, Military Police of the State of Paraná.

1 Artigo produzido sob a orientação do Prof. Dr. Armando Alexandre dos Santos.

2 Tenente da Polícia Militar do Paraná e pós-graduando em História Militar. E-mail: eleuterioneto@gmail.com.

Introdução

Ao longo da História do Brasil, as Polícias Militares tiveram protagonismo em inúmeros momentos decisivos. Quanto à Polícia Militar do Paraná (PMPR), podemos citar a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista – com destaque para o heroico Cerco da Lapa –, a Guerra do Contestado, a Revolta Paulista de 1924 e as revoluções de 1930 e 1932. Os principais autores ligados à História da PMPR são João Alves da Rosa Filho e, mais recentemente, João Carlos Toledo Júnior. Rosa Filho escreveu sobre diversos períodos históricos da PMPR, como a Guerra do Contestado, a Revolução de 1930, a Revolução de 1932, o Cerco da Lapa e outros. Contudo, dedicou, apenas, alguns poucos parágrafos à 2ª Guerra Mundial em “Porecatu, Sudoeste e outros episódios” (ROSA FILHO, 2003, p. 13-14). Toledo (2017), por sua vez, tratou dos conflitos da Guerra do Paraguai à Guerra do Contestado, além de apresentar um histórico geral da Corporação.

A PMPR não teve participação institucional junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Por isso, trata-se de um período pouquíssimo estudado da História da Corporação. Não se tem conhecimento da participação de integrantes da PMPR junto à FEB. Entretanto, são bastante documentados pela literatura casos de expedicionários oriundos dos corpos policiais, cujo exemplo mais notório foi o Sgt. Max Wolf Filho, que deixara a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (então Polícia Militar do Distrito Federal) para se alistar para a Guerra. Parece verossímil, portanto, supor haver militares estaduais paranaenses que tenham pedido a baixa na então Força Pública do Estado do Paraná (ou mesmo, dela desertado) para se alistarem na FEB. Por outro lado, já se conhece, por meio da tradição oral, notícia de ex-combatente da FEB que incorporou na PMPR no pós-guerra – o Sgt. Alexandre Salata.

Diante desta lacuna detectada na literatura, traçamos como objetivo desta pesquisa relacionar, se houve, os militares egressos da PMPR que integraram a FEB, bem como os integrantes da FEB que se juntaram à PMPR no pós-guerra.

Metodologia

Para atingir o objetivo, iniciamos com uma breve revisão da literatura pertinente. A seguir, procedemos a uma pesquisa documental junto ao Arquivo-Geral da PMPR. Foram analisados todos os Boletins-Gerais da corporação no período de 1º de janeiro de 1942 a 31 de dezembro de 1951, perfazendo dez anos de documentos pesquisados. O período foi escolhido de forma a contemplar os meses que antecederam a Guerra e a tornar viável a revisão documental dentro dos prazos estipulados. Relacionaram-se os militares excluídos das fileiras da PMPR no período compreendido entre 1º de janeiro de 1942 e 31 de março de 1945. Também relacionamos os militares incluídos nas fileiras da PMPR de 1º de março de 1945 a 31 de dezembro de 1951. A pesquisa foi realizada *in loco*, de 9 a

13 de março de 2020, ao passo que a análise e a compilação dos dados coletados se deu de 14 a 29 de março de 2020.

Em seguida, comparamos as relações extraídas na etapa anterior com a lista dos integrantes da FEB. Duas versões desta lista foram utilizadas: uma cópia física (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]), fornecida pelo Museu do Expedicionário, em Curitiba/PR, e uma planilha digital (RELAÇÃO, [2014?]), fornecida pela Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira de São Paulo, que se trata de uma transcrição dos dados da lista física. Ainda que desconhecida a autoria desta planilha, seus dados são perfeitamente condizentes com a literatura, além de ter sido fornecida por uma associação idônea. Há nela 25.363 (vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e três) entradas, sendo algumas em duplicidade, ao passo que o Mal. Mascarenhas de Moraes (1960, p. 26), Comandante da FEB, cita um efetivo total de 25.334 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e quatro) militares que compuseram a força. A conferência entre as listas foi realizada manualmente, posto que eram esperadas variações nos nomes, provenientes de erros de grafia – muito comuns à época –, e foi realizada de 30 de março a 6 de abril de 2020.

As correspondências encontradas nas listas tiveram seus dados pessoais comparados com os dados constantes na Relação de Associados da Legião Paranaense do Expedicionário (LEGIÃO, [19--])³ e nas fichas dos expedicionários associados, todos consultados junto ao Museu do Expedicionário, em Curitiba, dias 7, 8, 9 e 23 de abril de 2020.

Fez-se necessária nova pesquisa junto ao Arquivo-Geral da PMPR, para que se complementassem os dados pessoais dos militares paraenses excluídos, realizada em 13 de abril de 2020. Assim, foram buscados seus assentamentos funcionais nos livros de registros das unidades da PMPR a que pertenciam quando de sua exclusão.

Histórico da Polícia Militar do Paraná

As Polícias Militares do Brasil remontam a antes da independência, com a criação da Guarda Real de Polícia, em 1809, com modelo militar (RIBEIRO, 2011, p. 3). Sua consolidação se deu durante o período regencial (IBID., p. 1). Historicamente, muitos corpos de Polícias Militares foram ocupados por militares do Exército cedidos. Porém, foi durante a Guerra do Paraguai que as Polícias Militares se aproximaram definitivamente do Exército, atuando como forças auxiliares, tendo incorporado unidades de infantaria (IBID., p. 3).

Logo após a independência do Brasil, em 9 de setembro de 1822, o imperador Pedro I autorizou a formação de uma guarda cívica na província de São Paulo, que jurasse a defesa da Independência.

³ Estima-se que quase a totalidade dos expedicionários que passaram a residir no Paraná ou em Santa Catarina no pós-guerra filiaram-se à Legião. Desta forma, eventuais homônimos que não encontrassem correspondência junto à relação de associados dificilmente tenham permanecido no Estado e, pois, dificilmente teriam se juntado à PMPR.

dência (CARNEIRO, 1997, p. 249). A primeira organização policial em solo paranaense foi a Companhia de Municipais Permanentes, criada em 10 de março de 1836, contando com um comandante e cinquenta praças (IBID., p. 251), que se sediava na região de Rio Negro – então chamada “Sertão da Mata”. Destacamentos adicionais foram criados para a Estrada do Viamão e para os campos de Palmas. Em 1837, autorizou-se o recrutamento da Companhia dos Destacamentos de Polícia para a Comarca de Curitiba, a cargo de Silva Machado – que, futuramente, tornar-se-ia Barão de Antonina (IBID., p. 251). A organização desta força policial foi prejudicada pela Revolução Farroupilha, em cujo combate também se empregou o efetivo da Companhia de Municipais.

Nesse contexto, a PMPR foi criada em 1854 pelo presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcellos, por meio da Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854. Foi uma decorrência natural da emancipação em relação à província de São Paulo, ocorrida a 19 de dezembro de 1853. A PMPR foi inicialmente denominada Companhia de Força Policial (ESTADO DO PARANÁ, 1854) e foi concebida como uma unidade de infantaria ligeira. Em abril de 1855, os municipais permanentes do sertão da Mata, do Viamão e de Palmas são extintos (CARNEIRO, p. 253).

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, houve a convocação imperial, sacramentada pelo Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. No entanto, o seu diminuto efetivo impediu que a Companhia de Força Policial fosse diretamente transformada em Corpo de Voluntários da Pátria – os corpos tinham valor de Batalhão –, diferentemente do que ocorreu com polícias de outras províncias (ROSA FILHO, 2000). Por isso, para atender à convocação, integrantes da Companhia de Força Policial passaram a se apresentar espontaneamente aos corpos de voluntários da pátria que estavam sendo organizados em território paranaense (IBID.). Até o final de 1867, 54 militares estaduais haviam se juntado aos Corpos de Voluntários da Pátria (TOLEDO, 2017, p. 24). Ainda que a Companhia de Força Policial não tenha, portanto, participado de forma institucional da Guerra do Paraguai, esta é considerada o batismo de fogo da Polícia Militar do Paraná.

Das atuações dos militares paranaenses no conflito, destacamos a participação nas batalhas do Tuiuti, em 24 de maio de 1866, e do Humaitá, em 19 de fevereiro de 1868 (ROSA FILHO, 2000). A atuação de maior relevância dos milicianos⁴ paranaenses se deu no resgate da Bandeira Imperial do Brasil do palácio do ditador paraguaio Solano Lopez, por Fidêncio Lemos do Prado, Clarimundo José da Silva e Antonio Roberto, em 5 de janeiro de 1869 (IBID.). A bandeira se encontrava no gabinete de Lopez⁵, em Assunção, onde era usada como tapete, em frente à sua cadeira (IBID.). O pavilhão havia sido tomado, junto de outro igual, do Vapor Marquês de Olinda. Atualmente, integra o acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A outra bandeira tomada do Marquês de Olinda também fora destinada a tapete, no Quartel General do Humaitá (IBID.).

4 O termo é historicamente usado para se referir aos militares dos Estados do Brasil. Em sua acepção original, milícia designa um grupo armado, geralmente militarizado, mas que não integra as forças armadas de um país.

5 Atualmente o local abriga a *Comandancia de la Policía Nacional del Paraguay*.

A Companhia de Força Policial teve sua denominação alterada repetidas vezes. O art. 2º da Lei nº 36, de 5 de julho de 1892, alterou a denominação para Regimento de Segurança do Estado do Paraná, que permaneceria até a sua união com o Corpo de Bombeiros, formando a Força Militar do Estado do Paraná, em 1917. O Regimento de Segurança do Estado do Paraná atuou heroicamente para retardar o avanço dos revoltosos durante a Revolução Federalista entre 1893 e 1894, ombreado com o Batalhão Patriótico 23 de Novembro, criado pelo Governador do Estado do Paraná e formado por voluntários (ROSA FILHO, 1999). Após a capitulação das guarnições de Paranaguá, Tijucas – hoje Tijucas do Sul/PR – e da capital, Curitiba⁶, a guarnição da cidade da Lapa resistiu a 26 (vinte e seis) dias de cerco, num combate até o último cartucho que custou a vida de inúmeros combatentes, incluindo seus comandantes (IBID.). Alguns militares paranaenses sobreviventes dos combates se juntaram a tropas estacionadas em São Paulo e participaram da retomada do Estado, em maio de 1894 (IBID.). A maioria das praças que capitularam, no entanto, foram obrigadas a integrar o Regimento Policial do Paraná, instituído pelo governo revolucionário até a retomada do Estado, quando foram indultados e reintegrados ao Regimento de Segurança do Estado (IBID.).

Em 1912, o Regimento de Segurança foi novamente demandado para um conflito interno (TOLEDO, 2017, p. 49). Uma revolta de contornos messiânicos, ocorrida em uma região de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina – de onde adveio o nome de Guerra do Contestado – passou a ameaçar as cidades paranaenses de Palmas, no atual sudoeste, e Irani, hoje pertencente ao Estado de Santa Catarina (ROSA FILHO, 1998a). Após o deslocamento das tropas paranaenses, em 22 de outubro de 1912, a Batalha do Irani ceifou inúmeras vidas, como as do comandante do Regimento de Segurança, Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, e do líder revoltoso, Miguel Lucena de Boaventura (mais conhecido como José Maria do Santo Agostinho) (IBID.). Mesmo assim, os revoltosos conseguiram repelir as tropas paranaenses, retirarem-se e se reorganizarem (ID., 1998b). A revolta assumiu características de guerrilha, pulverizada pelo território. O último reduto revoltoso, denominado Santa Maria, capitulou aos primeiros dias abril de 1915 (IBID.). O Regimento de Segurança teve destacada participação nos confrontos, sobretudo através do “Batalhão Tático”, fração de tropa paranaense ligada à Coluna Leste. Por isso estar ligado às tropas federais, poderia atuar na zona litigiosa, fora da circunscrição do Estado (IBID.). O litígio teve fim com um acordo entre os estados, em 20 de janeiro de 1916, levado a cabo por uma série de legislações em 1917 (IBID.).

A Primeira Guerra Mundial novamente mobilizou o país em torno de um conflito. O Regimento de Segurança paranaense ofereceu seus homens para, mais uma vez ombrearem o Exército Brasileiro em um conflito (ROSA FILHO, 2001, p. 11-12). Devido à mobilização nacional, em 9 de julho de 1917, pelo Decreto nº 473, o Regimento de Segurança foi transformado em Força Militar do Estado do Paraná, passando à condição de força auxiliar ao Exército (IBID., p. 12-13), e passando a

6 A capital havia sido temporariamente transferida para Castro-PR (ESTADO DO PARANÁ, 1894).

ostentar diferentes armas, como uma companhia de Bombeiros (IBID., p. 13). Apesar disso, a participação das tropas da PMPR se limitou à mobilização, posto que o Brasil não enviou tropas regulares para lutarem no conflito.

A Força Militar participou ativamente dos combates da Revolução de 1924, disponibilizando o 1º Batalhão de Infantaria da Força Militar (BIFM) ao governo federal (IBID., p. 23). O 1º BIFM retornou a Curitiba em 22 de março de 1925 (IBID., p. 68), após ter sido substituído pelo 2º BIFM (IBID., p. 64-66). A Força Militar foi por completo desmobilizada em 1º de julho de 1925 (IBID., p. 66). No entanto, seria novamente mobilizada em 22 de novembro de 1926 (IBID., p. 79) e permaneceria a combater as remanescências da revolução até dezembro de 1927 (IBID., p. 89).

Em 1928, o decreto n.º 324, de 9 de abril de 1928, desanexou o Corpo de Bombeiros da Força Militar (ESTADO DO PARANÁ, 2000). Durante a Revolução de 1930, atendendo ao pedido do governador que renunciava no sentido de evitar o derramamento de sangue, a Força Militar paranaense abriu caminho para a revolução, tendo aderido a ela após troca de comando (ROSA FILHO, 2002, p. 14-15).

Em 25 de junho de 1932, pelo decreto n.º 1.505 (ESTADO DO PARANÁ, 2000), a Força Militar passou a se chamar Polícia Militar e se uniu novamente ao Corpo de Bombeiros, formando a Força Pública do Estado do Paraná. Na Revolução de 1932, a Força Pública do Estado do Paraná constituiu a *Coluna Plaisant* e incorporou o Exército Sul (ROSA FILHO, 2004, p. 17), tendo sido mobilizada em 12 de julho de 1932. Combateu os revoltosos na região do Vale da Ribeira (SP) (IBID.), até ser desmobilizada, em 8 de outubro de 1932 (IBID., p. 28).

Em 31 de agosto de 1942, o Decreto n.º 10.358 declarou Estado de Guerra em todo o território nacional, frente aos inúmeros ataques nazifascistas a embarcações brasileiras. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi estruturada apenas em 9 de agosto de 1943, pela Portaria Ministerial n.º 4.744, do Ministério da Guerra (RODRIGUES, 2019). Foram mobilizados cerca de 25 mil homens, de todo o território nacional (MOURA, 2012).

Conforme apontado por Moura (2012), os paranaenses que se juntaram à Força Expedicionária Brasileira foram majoritariamente alocados no 11º Regimento de Infantaria, também havendo alguns expedicionários paranaenses no 1º e no 6º regimentos. O autor (IBID.) constatou, no entanto, que a identificação dos expedicionários era maior em relação às suas unidades que em relação aos seus Estados de origem.

Como falamos anteriormente, não houve participação direta da então denominada Força Pública do Estado do Paraná junto à FEB. A Força Pública permaneceu mobilizada para o esforço de guerra no período de 25 de setembro de 1942 a 8 de maio de 1945 (ROSA FILHO, 2003, p. 13)⁷.

7 Há um evidente erro de digitação na obra de Rosa Filho (2003). Este afirma que o período de mobilização se deu “de 25 de setembro de 1942 a 8 de maio de 1954” (IBID., p. 13). No entanto, logo adiante, o autor fala em um tempo de “2 anos, 7 meses e 13 dias”, que seria completado em 1945.

Rosa Filho (2003, p. 14) citou duas curiosidades sobre integrantes da Força Pública no período. O 2º Sgt. Waldomiro Hetchko atuou na tradução de alguns documentos para a Campanha de Nacionalização – conduzida pelo governo Vargas para reduzir a influência cultural de imigrantes, sobretudo os oriundos de países do Eixo. Em 10 de fevereiro de 1942, antes mesmo de a guerra ser deflagrada, o Sd. Otto Ernesto Goebel⁸ foi excluído das fileiras da corporação por assobiar o hino nacional alemão e algumas canções alemãs.

Em verdade, há pouco conhecimento produzido sobre a Corporação no período. São necessárias pesquisas documentais para que se conheça mais sobre a atuação da Força Pública do Estado do Paraná no período varguista.

Em 14 de dezembro de 1946, pela Lei nº 73, o Corpo de Bombeiros foi transferido para as esferas municipais (ESTADO DO PARANÁ, 2000). Em 17 de dezembro de 1946, através do decreto nº 544, a Força Pública do Estado do Paraná passou a ser chamada Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR⁹). Em 25 de novembro de 1948, a Lei nº 155 trouxe novamente o Corpo de Bombeiros para dentro da PMPR, situação mantida pela Constituição Estadual de 1989. É incerto o momento em que se deixou de empregar o nome “Polícia Militar do Estado do Paraná” em detrimento a “Polícia Militar do Paraná”. O último emprego legal encontrado¹⁰ do primeiro se deu na Lei nº 12.066, de 4 de fevereiro de 1998, havendo alternância entre os termos em textos legais anteriores.

Durante a Revolução de 1964, a PMPR foi grandemente mobilizada, disponibilizando parte do efetivo ao comando da 5ª Região Militar (ROSA FILHO, 2003, p. 53). Curiosamente, apresentaram-se, inclusive, militares estaduais da Reserva, Reformados e aqueles que se encontravam em gozo de dispensas e outros afastamentos temporários. A PMPR também disponibilizou espaço para uma “Prisão Provisória de Civis, onde eram recolhidos colaboracionistas da esquerda” (IBID., p. 53). O estado de prontidão foi suspenso em 20 de abril de 1964, tendo o país voltado à normalidade (IBID., p. 53). A PMPR ainda participou ativamente da repressão às atividades de grupos ligados ao movimento guerrilheiro brizolista Grupo dos Onze, no sudoeste paranaense, em 1965 (IBID., p. 54).

As Polícias Militares foram mantidas na estrutura do Estado Brasileiro na Constituição de 1988, inclusive seus caracteres militar e de forças reservas do Exército. Desde a redemocratização, não houve mais registros de conflitos militares que demandaram a mobilização das Polícias Militares enquanto reserva do Exército¹¹, mantendo-se a atuação dos miliares estaduais restritas à sua atribui-

8 A obra de Rosa Filho apresenta o nome “Otto Ernesto Goebel”. Após consulta ao Boletim-Geral que publicou sua exclusão, constatou-se o erro de grafia na obra mencionada. Foi encontrada também a grafia “Oto Ernesto Goebel” junto aos seus assentamentos funcionais da Companhia Escola da F. Pública.

9 À época, também era comum encontrar o uso do acrônimo PMEPR.

10 Sistema Estadual de Legislação da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, disponível no website < <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso>>. Consulta pelo *string* “Polícia Militar do Estado do Paraná” no campo Termos, opção “Texto Completo”, em 29 out. 19.

11 Com as honrosas, mas pontuais, exceções dos militares estaduais convocados via Comando de Operações Terrestres (COTer) para comporem missões de paz.

ção principal na Segurança Pública. Os alarmantes números da criminalidade no país, com índices de mortalidade semelhantes aos de zonas de guerra conflagrada, criaram um fenômeno curioso. As Corporações estaduais lentamente foram adotando uma cultura militar própria, mais distante da realidade de tropas aquarteladas e formadas por conscritos – como é o caso das Forças Armadas brasileiras – e mais próxima da cultura de tropas profissionais ocidentais atuantes em zonas de guerras. A natureza dessa diferença cultural, por si, pode ser objeto de inúmeros estudos, sobre o prisma de diversas áreas do conhecimento.

Resultados da pesquisa junto ao Arquivo-Geral da PMPR

De 1º de janeiro de 1942 a 31 de março de 1945, foram registradas 500 exclusões das fileiras da PMPR. Foram desconsideradas as exclusões referentes a transferências para o Corpo de Bombeiros, em 19 de julho de 1943, e para a Guarda Territorial do Iguaçu, força de segurança ligada ao Governo Federal, em 6 de julho de 1944. Igualmente foram desconsideradas duas exclusões tornadas “Sem efeito” em publicações posteriores. Há diversas entradas multiplicadas, referentes a policiais excluídos que foram reincluídos em momento posterior e novamente excluídos. A maioria delas diz respeito a desertores, que foram reincluídos quando recapturados¹², mas novamente excluídos após condenados pelo crime militar. Esse número é irrelevante para o presente estudo.

Convém abrir parêntesis neste ponto para descrever o procedimento de ingresso dos policiais militares no período estudado. O voluntário se alistava na Força e era submetido a testes regulamentares. Se aprovado e atendesse aos demais quesitos legais, era incluído na corporação e submetido a um período de ensino e estágio. Aqueles que não possuíam experiência militar ou que eram reservistas de 3ª Categoria eram considerados “recrutas no ensino”. Por outro lado, caso o voluntário já tivesse experiência militar anterior, era considerado “pronto no ensino” e iniciava diretamente o período de estágio. O registro da inclusão dos voluntários fazia constar suas situações militar e de ensino – que acabamos de descrever. O voluntário era incluído por um período de três anos, após o que, poderia ser “reengajado” por igual período, ou ser excluído dos quadros da PMPR por ter findo seu tempo de serviço. Após sucessivos reengajamentos, ao completar dez anos de serviço, o policial militar adquiria “estabilidade” e seguia carreira por tempo indeterminado.

Durante a pesquisa aos Boletins-Gerais de 1º de março de 1945 a 31 de dezembro de 1951, foram encontradas 2.229 (duas mil, duzentas e vinte e nove) inclusões de militares estaduais em diversas unidades da PMPR. Além disso, outras 10 inclusões que foram tornadas “Sem Efeito” em momento posterior. Deste total, foram descartados os militares jovens demais para terem integrado

¹² Esse procedimento é praxe até os dias atuais, sendo previsto no Código Penal Militar.

a FEB (nascidos após 1926), bem como os considerados “recrutados no ensino” – pois, sem experiência militar anterior. Após esta triagem, restaram 964 (novecentos e sessenta e quatro) entradas a serem conferidas.

Já de início, encontraram-se 34 (trinta e quatro) militares incluídos, em cujos registros de inclusões constava serem provenientes da Força Expedicionária Brasileira¹³.

Durante a segunda pesquisa realizada junto ao órgão, pesquisaram-se os dados pessoais – data de nascimento, naturalidade e filiação – dos militares excluídos da PMPR cujos nomes coincidem ou guardam elevada semelhança com os de integrantes da FEB, após cumprida a etapa descrita a seguir.

Comparação entre as relações obtidas

Comparando-se a relação dos militares excluídos com a planilha de militares da FEB, revelaram-se 26 (vinte e seis) nomes coincidentes ou que guardam muita semelhança entre si. Foram desconsiderados aqueles cujas datas de exclusão são incompatíveis com as datas de embarque de seus homônimos febianos, os que foram reincluídos antes do retorno de seus homônimos da FEB e os excluídos por incapacidade física ou mental, por terem sido reformados e por falecimento.

Dentre os 34 (trinta e quatro) militares que foram incluídos como integrantes da FEB, não se encontraram correspondências nas listas para os seguintes:

1. Olindo Justino dos Passos, incluído na PMPR em 4/4/1946;
2. Sílvio da Paz, incluído na PMPR em 18/5/1948; e
3. Antonio Camargo Ribas, incluído na PMPR em 28/5/1948.

Comparando-se a relação de militares incluídos com os dados da planilha de militares da FEB, bem como com os volumes da lista de integrantes da FEB, encontraram-se 98 (noventa e oito) nomes coincidentes ou muito semelhantes – além dos outros 34 (trinta e quatro) mencionados anteriormente.

Resultados da pesquisa junto ao Museu do Expedicionário

Foram coletados os dados pessoais dos febianos cujos nomes correspondiam aos dos: 34 (trinta e quatro) policiais militares incluídos como integrantes da FEB, 26 (vinte e seis) policiais militares excluídos que passaram pelo crivo das etapas anteriores e 98 (noventa e oito) policiais militares

¹³ Em tese, apresentaram, para a sua inclusão, Certificado de Reservista emitido pela FEB.

incluídos que passaram pelo crivo das etapas anteriores. No total, pesquisaram-se os dados de 2.515 (dois mil, quinhentos e quinze) integrantes da FEB.

Como nesta etapa foram detectados integrantes da FEB que não constavam em ambas as listas utilizadas inicialmente (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--], e RELAÇÃO, [2014?])¹⁴, as listas obtidas após as etapas anteriores também foram manualmente comparadas com a Relação de Associados da Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) (LEGIÃO, [19--]).

Discussão dos resultados

Foram encontradas certas divergências entre os dados pessoais, mesmo entre dados oriundos da própria PMPR. E.g., variações na grafia – como Romão Wosniak, também grafado como Roman ou Romam –, datas de nascimento – como Militão Carvalho, nascido em 21/4/1922 (PMPR) ou 17/9/1922 (LPE) – e locais de nascimento – como Pedro Ferraz de Souza, nascido em Curitiba/PR (PMPR) ou Cambará/PR (LPE). Pela experiência do autor, parece algo comum ao período, facilmente constatado em pesquisas genealógicas simples, por exemplo. Entretanto, a similaridade dos dados encontrados para aqueles aqui listados permite afirmar com pequena margem de dúvida tratarem-se das mesmas pessoas.

Ficou claro que os registros existentes sobre os combatentes da FEB não são totalmente confiáveis. Encontraram-se pessoas que não constavam em uma ou outra relação. Os militares Sílvio da Paz e Rafael Joaquim Maximiliano não se encontravam na Listagem da FEB (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]), tampouco em sua versão eletrônica (RELAÇÃO, [2014?]), mas estavam relacionados pela LPE (LEGIÃO, [19--]). Por outro lado, João Batista dos Santos, Moacir Vieira e Silva (ou Moacyr Vieira da Silva) e Moisez (ou Moises) Ribeiro dos Santos constavam na Listagem (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]; RELAÇÃO, [2014?]), mas não na relação da LPE (LEGIÃO, [19--]).

Não foi possível encontrar qualquer registro, além das publicações em Boletins-Gerais que os incluíram, da participação dos militares Antonio Camargo Ribas e Olindo Justino dos Passos junto à Força Expedicionária Brasileira. É possível que ambos tenham composto os escalões da FEB referidos como “pessoal de praia”, ou seja, militares que foram convocados para a FEB, mas que não chegaram a embarcar para o front italiano.

Isto posto, após a comparação dos dados existentes e coletados, restaram 04 policiais militares que se juntaram à FEB após deixarem a Polícia Militar do Paraná. Estes são listados no Quadro 1, em ordem alfabética. O Sd. João Batista de Souza Brasil foi incluído como “ex-praça desta Polícia

¹⁴ Conforme relatado em 7 de abril de 2020 pelo vice-presidente da LPE, sr. Aramis Borges, já foram encontrados diversos casos de veteranos da FEB e familiares que apresentaram documentação comprobatória junto à Legião Paranaense do Expedicionário, mas cujos nomes não constavam nas listas do então Ministério do Exército.

Militar [do Paraná]” (PMPR, 1951, p. 1364). Apesar de não estar no escopo desta pesquisa, acabamos nos deparando acidentalmente com seus assentamentos funcionais durante a segunda pesquisa no Arquivo-Geral da PMPR. Brasil pertenceu à Força Pública de 1º de agosto de 1935 a 9 de setembro de 1941, quando solicitou sua baixa, ao término de seu tempo de serviço (PMPR, 1936, p. 278; ID., [19--], p. 191).

Quadro 1 – Integrantes da FEB oriundos da PMPR, excluídos entre de 01/01/42 a 31/03/45.

Nome completo	Variações do nome	Data de inclusão	Data de nascimento	Local de nascimento
João Batista de Souza Brasil	Baptista	9/9/1941	9/8/1918 ou 10/8/1918	PR/Antonina
Jorge de Souza Brasil	Jorge Souza Brasil	26/5/1942	10/4/1918 ou 01/4/1919	PR/Castro
Romão Wosniak	Romão Roman Wasmiak	1/9/1942	12/7/1917 ou 27/7/1917	RS/Santo Angelo ou RS/ Porto Alegre
Wilton Gonçalves	n/a	23/12/1942	30/1/1919	RJ/Niterói

Fonte: o autor.

O Quadro 2, por sua vez, apresenta os dados dos 45 policiais militares incluídos no pós-guerra, oriundos da Força Expedicionária Brasileira, classificados em ordem alfabética de nomes. Consideramos os militares Antonio Camargo Ribas e Olindo Justino dos Passos como oriundos da FEB, considerando a fé pública dos atos de suas inclusões (PMPR, 1948b, p. 793, e ID., 1946, p. 379, respectivamente). Entretanto, fazemos a ressalva, com elevado grau de certeza, de que ambos não embarcaram para o teatro de operações na Europa. Alguns policiais militares incluíram mais de uma vez nos quadros da PMPR durante o período pesquisado. Nesses casos, relacionamos todas as datas de inclusão.

Quadro 2 – Policiais Militares do Paraná oriundos da FEB, incluídos de 01/03/45 a 31/12/51.

Nome completo	Variações do Nome	Data de Inclusão	Data de Nascimento	Local de Nascimento
Ales José Mendes Batista	n/a	19/10/1950	7/1/1921	PR/Reserva
Alexandre Salata	n/a	7/5/1948	8/8/1924	PR/Lapa
Antonio Alves de Souza	n/a	13/9/1948	6/6/1921	PR/Santo Antonio da Platina
Antonio Camargo Ribas	n/a	28/5/1948	8/2/1922	PR/Imbituva
Antonio Julio	n/a	23/8/1949	7/7/1923	MG/São João Del Rei
Benedito Mendes	n/a	25/5/1948	20/1/1920	PR/Antonina
Bernardo Francisco da Cruz	n/a	18/5/1948	3/2/1921	PR/Antonina

Durval Rosa	n/a	15/1/1947	20/10/1921	PR/Rio Negro
Durval Soares	n/a	10/6/1948	29/12/1921	PR/Piraquara
Edgard Paranhos	Edgar	10/5/1946	22/7/1922	PR/Imbituva
Florisval Lançoni	Lançone	14/7/1950	18/8/1920	PR/Curitiba
Francisco Ferreira Bueno	n/a	19/4/1948	3/2/1920	PR/Rebouças
Guilherme Airick	Airiek	18/8/1949	18/3/1922	PR/Palmeira
Humberto Pires de Souza	n/a	28/5/1951	25/5/1921	PR/SP/São Manoel
João Antonio de Carvalho	n/a	5/1/1950	11/3/1921	PR/Curitiba
João Batista de Souza Brasil	Baptista	11/9/1951	9/8/1918 ou 10/8/1918	PR/Antonina
João Batista dos Santos	n/a	13/11/1947	24/6/1920	PR/Castro
João da Rosa	n/a	18/10/1948 e 15/05/1950	16/11/1924	SC/Jaraguá do Sul
João Maria Correia da Silva	Correa	14/7/1951	30/9/1922	PR/Araucária ou PR/S. José dos Pinhais
João Pedro Cubas	Pedroso	13/6/1949	20/12/1921	PR/Lapa
Jorge Colaço Barros	Jorghe, de Barros	7/2/1950	16/10/1922	PR/São Mateus do Sul
José Antonio dos Santos	n/a	27/2/1951	26/4/1920	PR/Lapa
José Broboska Susko	n/a	16/1/1947	27/8/1920	PR/Araucária
José Feliciano Travassos	n/a	15/3/1948	15/1/1922	PE/Betânia
Juvêncio Amaral	do Amaral	22/7/1949	28/6/1920	PR/Lapa
Juvino dos Reis	Jovino dos Santos Reis	3/12/1946	18/2/1922	SC/Jaraguá do Sul
Lauro Correa de Freitas	n/a	29/4/1948	15/7/1922	PR/Curitiba
Luiz Carias de Oliveira	n/a	17/2/1949	12/10/1924 ou 12/12/1924	PR/Curitiba
Luiz Carlos de Souza	n/a	22/10/1951	29/7/1925 ou 27/7/1925	PR/Antonina
Luiz Singer	n/a	16/3/1950	25/8/1922	PR/São José dos Pinhais
Militão de Carvalho	n/a	30/8/1950	21/4/1922 ou 17/9/1922	PR/Antonina
Moacir Vieira e Silva	n/a	23/10/1948	15/3/1923	ES/Vitória
Modesto Mariano de Brito	n/a	8/5/1948	11/3/1922	PR/Rio Branco do Sul
Moisez Ribeiro dos Santos	Moises	21/10/1948	7/9/1921	PR/Vila Nova
Nicanor Pires de Souza	n/a	17/2/1949	19/10/1922 ou 29/10/1917	SP/Botucatu
Olegário Santana	n/a	18/2/1948	6/3/1920	PR/Paranaguá
Olindo Justino dos Passos	n/a	4/4/1946	18/4/1922	PR/Palmeira

Pedro Ferraz de Souza	Ferraz Souza	10/1/1950	4/1/1921	PR/Curitiba ou PR/Cambará
Rafael Joaquim Maximiliano	n/a	26/4/1951	24/10/1918	SP/Ribeirão Preto
Rodolfo Borges da Rosa	n/a	2/7/1951	17/9/1919	RS/Soledade
Romam Wosniak	Romão, Roman, Wasmiak	10/3/1949	12/7/1917 ou 27/7/1917	RS/Santo Angelo ou RS/Porto Alegre
Rubens de Oliveira	n/a	21/1/1947 e 26/7/1951	8/6/1918	PR/Paula Freitas
Silvio da Paz	n/a	18/5/1948	2/7/1920 ou 2/12/1920	PR/Curitiba
Tiburcio Machado Pereira	n/a	4/3/1947	14/4/1920	PR/Rio Negro
Zacarias Anacleto Gonçalves	n/a	8/5/1948	22/5/1922	PR/Cerro Azul

Fonte: o autor.

Destacamos o caso do Cabo PM Romão Wosniak¹⁵, que pediu sua baixa logo após a declaração de guerra à Alemanha Nazista, em 1º de setembro de 1942, voluntariou-se para a FEB e permaneceu em campanha de 22 de setembro de 1944 a 17 de setembro de 1945, junto ao 11º Regimento de Infantaria (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Retornou para os quadros da PMPR em 10 de março de 1949.

O Sd. Wilton Gonçalves foi excluído a bem da disciplina em 23 de dezembro de 1942 (PMPR, 1942b, p. 1330). Esteve no teatro de operações italiano no período de 2 de julho de 1944 a 18 de julho de 1945, junto ao Pelotão de Polícia Militar (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Segundo os registros da LPE (LEGIÃO, [19--]b), ingressou na Polícia Militar do Estado de São Paulo em data incerta, onde permaneceu até sua passagem para a Reserva da referida força, no posto de Tenente-Coronel.

Outros destaques importantes são os militares feridos na guerra. O Sd. Rubens de Oliveira consta como ferido em campanha, sendo evacuado em 1º de maio de 1945 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). No entanto, não constam detalhes sobre seu ferimento em outros documentos consultados (LEGIÃO, [19--]h). Após convalescer dos ferimentos, alistou-se para a PMPR em 26 de julho de 1951.

O 3º Sgt. Jorge de Souza Brasil deixou os quadros da PMPR em 26 de maio de 1942, por ordem¹⁶. Alistou-se na FEB e embarcou para a Itália em 22 de setembro de 1944, juntamente com o 11º Regimento de Infantaria, também na graduação de 3º Sgt. Foi ferido em combate em Gagio

¹⁵ Também podendo serem encontradas as variações Roman ou Romam, para o nome, e Wasmiak, para o sobrenome – além de diversas outras, que, evidentemente, tratavam-se de erros de grafia.

¹⁶ A publicação de sua exclusão informa que se deu em virtude de baixo desempenho na condução do Destacamento da cidade de Assaí (PMPR, 1942a, p. 566). À época a exclusão do militar podia se dar por uma simples determinação do superior, sem qualquer direito a defesa ou contraditório.

Montano, Itália, em 3 de janeiro de 1945 (LEGIÃO, [19--]d), tendo sido evacuado em 30 de abril de 1945 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Acabou reformado por invalidez em 29 de outubro do mesmo ano (IBID.).

O Sd. José Feliciano Travassos esteve em campanha de 23 de novembro de 1944 a 18 de julho de 1945 (IBID.). Foi ferido em Montese, em 10 de fevereiro de 1945 (LEGIÃO, [19--]f). Quando de seu alistamento na PMPR, em 15 de março de 1948, apresentava “uma cicatriz no frontal, lado direito, proveniente de um estilhaço de granada” (PMPR, 1948a, p. 354).

Outros feridos em combate que ingressaram na PMPR no pós-guerra são: José Broboska Susko, ferido em Montese, em data incerta (LEGIÃO, [19--]e); Jorge Colaço Barros, ferido em La Serra, em data incerta (LEGIÃO, [19--]j; ID., [19--]c); e Luiz Carias de Oliveira, ferido em 12 de dezembro de 1944, em Monte Castello (LEGIÃO, [19--]g). A ficha de Ales José Mendes Batista na LPE (LEGIÃO, [19--]b) consta ter sido ferido em campanha, mas não apresenta nenhum dado sobre a ocorrência. A ficha de Olegário Santana na FPE (LEGIÃO, [19--]k) registra a concessão de Medalha de Sangue do Brasil, o que indicaria ferimento em combate, entretanto nenhum registro sobre o ferimento foi localizado.

Conclusões

Atendendo aos objetivos propostos, conclui-se que 03 (três) integrantes da FEB eram ex-policiais militares paranaenses que deixaram a força no período de 1º de janeiro de 1942 a 31 de março de 1945 – outro também era oriundo dos quadros da corporação paranaense, mas fora excluído em período anterior. Também concluímos que 45 (quarenta e cinco) integrantes da FEB se voluntariaram para a Polícia Militar do Paraná no período de 1º de março de 1945 a 31 de dezembro de 1951. Um policial militar deixou a PMPR por ocasião da Guerra e retornou para a PMPR posteriormente. Todos foram relacionados ao longo da pesquisa.

O primeiro policial-militar incluído que efetivamente participou dos combates na Itália foi o Sd. Edgar Paranhos, em 10 de maio de 1946, que esteve no teatro de operações europeu de 23 de novembro de 1944 a 18 de julho de 1945 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [19--]). Nenhum integrante da FEB foi incluído no Corpo de Bombeiros (CB) antes de dezembro de 1946 e após novembro de 1948. Recordamos que neste intervalo, o Corpo de Bombeiros era independente da PMPR. Assim, é necessário proceder a uma pesquisa documental especificamente nos assentamentos do CB para revelar se algum integrante da FEB se juntou aos bombeiros no período citado.

Apresentamos algumas limitações do presente estudo. Devido às inconsistências apontadas ao longo da pesquisa, não se pôde descartar a hipótese de que não constasse em quaisquer das listas consultadas algum policial militar incluído ou excluído nos períodos pesquisados que possa ter in-

tegrado a FEB. Em adição, erros gráficos em diversos documentos, comuns ao período, podem ter interferido nos resultados¹⁷.

Outra limitação encontrada foi o fato de que a Relação de Associados da Legião Paranaense do Expedicionário (LEGIÃO, [19--]a) não contém a totalidade dos integrantes da FEB no Paraná, conforme constatamos nesta pesquisa. Como a lista foi o principal meio utilizado para solucionar casos de homônimas, é possível que algum policial militar paranaense que tenha integrado a FEB e que tivesse um nome comum para a época, tenha escapado ao crivo da pesquisa.

Por fim, faz-se necessário que outros períodos de inclusões sejam estudados. Durante a pesquisa, constatamos a inclusão de policiais militares de até 46 anos de idade – Felix Martins, nascido em 20/12/1900 e incluído em 24/1/1947 (PMPR, 1947, p. 104). No entanto, a Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (ESTADO DO PARANÁ, 1954), estabeleceu o limite de idade de 30 anos para ingresso na PMPR. Considerando saber-se que o mais novo integrante da FEB era nascido em 1926, sugere-se, pois, que o período de pesquisa das inclusões na PMPR seja estendido até 31 de dezembro de 1956.

No tocante aos militares feridos em combate na Itália, apresentamos, apenas, as informações encontradas acidentalmente, em documentos consultados ao longo da pesquisa. Muitos dos dados apresentaram inconsistências, o que torna indispensável pesquisa específica sobre este tópico.

Estudos futuros devem descrever o histórico funcional dos militares relacionados nesta pesquisa.

Referências

CARNEIRO, David. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 394p.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854**. [sic] Autorisa organização de uma companhia de força policial. Curitiba: Palácio do Governo do Paraná, 1854. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=20414&codTipoAto=1&tipoVisualizacao=original>>. Acesso em: 20 out. 19.

_____. **Decreto nº 24, de 18 de janeiro de 1894**. Transfere para a cidade de Castro a [sic] sede do Governo.

ESTADO DO PARANÁ. **Lei nº 1.943, de 23 de Junho de 1954**. Código da Polícia Militar do Estado. Curitiba: Palácio do Governo, 1954. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/>

17 Muitos desses erros beiram o absurdo, v.g. uma publicação em Boletim-Geral de 1944 (PMPR, 1944, p. 1110), em que o nome de um militar incluído como “Manoel Cordeiro de Lima” foi retificado para “Manoel Cardoso da Luz”.

exibirAto.do?action=localizarAto&codTipoAto=1&nroAto=1943&dataAto=23/06/1954&dataPublicacao=05/07/1954&tipoVisualizacao=original>. Acesso em: 9 abr. 20.

_____. Arquivo Público. **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. 112p.

ESTADO DO PARANÁ. Arquivo Público. **História administrativa do Paraná (1853-1947)**: criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. 112p.

LEGIÃO Paranaense do Expedicionário. Secretaria. **Relação de Associados**. [Curitiba]: [19--]a.

_____. Secretaria. **Ficha de Ales José Mendes Batista**. [Curitiba]: [19--]b.

_____. Secretaria. **Ficha de Jorge Colaço Barros**. [Curitiba]: [19--]c.

_____. Secretaria. **Ficha de Jorge de Souza Brasil**. [Curitiba]: [19--]d.

_____. Secretaria. **Ficha de José Broboska Susko**. [Curitiba]: [19--]e.

_____. Secretaria. **Ficha de José Feliciano Travassos**. [Curitiba]: [19--]f.

_____. Secretaria. **Ficha de Luiz Carias de Oliveira**. [Curitiba]: [19--]g.

_____. Secretaria. **Ficha de Rubens de Oliveira**. [Curitiba]: [19--]h.

_____. Secretaria. **Ficha de Wilton Gonçalves**. [Curitiba]: [19--]i.

_____. **Resumo Biográfico do Ex-Combatente Jorge Colaço de Barros**. [Curitiba]: [19--]j.

_____. Secretaria. **Ficha de Olegário Santana**. [Curitiba]: [19--]k.

MASCARENHAS DE MORAES, João Batista. **A FEB pelo seu comandante**. 2 ed. Brasília: EGGCF, 1960.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Departamento Geral do Pessoal (Diretoria de Inativos e Pensionistas). **Listagem da FEB**. 6 v. [Brasília]: [19--].

MOURA, Maico José; FERRAZ, Francisco. Memória sobre a guerra: pracinhas paranaenses na Segunda Guerra Mundial. In: SANTOS, Arioaldo de O. (org.) et al.. **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. Londrina: UEL, 2012. p. 959-969.

PMPR (Polícia Militar do Paraná). **Livro de Registros Funcionais da CE (Companhia Escola) – Livro 2**. Curitiba: 1936.

_____. Livro de Registros Funcionais da CMP (Companhia de Metralhadoras Pesadas) do 1º BI (Batalhão de Infantaria) – Livro 3. Curitiba: [19--].

_____. **Boletim-Geral nº 120**, de 26 de maio de 1942, Curitiba, 1942a.

_____. **Boletim-Geral nº 295**, de 23 de dezembro de 1942, Curitiba, 1942b.

_____. **Boletim-Geral nº 263**, de 24 de novembro de 1944, Curitiba, 1944.

_____. **Boletim-Geral nº 79**, de 4 de abril de 1946, Curitiba, 1946.

_____. **Boletim-Geral nº 19**, de 24 de janeiro de 1947, Curitiba, 1947.

_____. **Boletim-Geral nº 61**, de 15 de março de 1948, Curitiba, 1948a.

_____. **Boletim-Geral nº 118**, de 28 de maio de 1948, Curitiba, 1948b.

_____. **Boletim-Geral nº 106**, de 11 de setembro de 1951, Curitiba, 1951.

RELAÇÃO de todos os Ex-combatentes da FEB.xls. [s.l.]: [2014?]. Planilha eletrônica enviada a <eleuterioneto@gmail.com> por <ivonecruchaki@hotmail.com> em 19 fev. 20.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Organização, preparação e atuação da força expedicionária brasileira na segunda guerra mundial. **Revista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, v. 12, n. 2, p. 39-52, mar.-maio 2019.

ROSA FILHO, João Alves da. **Combate do Irani**. Curitiba: AVM Cultural, 1998a. Sem paginação.

_____. **Campanha do Contestado**. Curitiba: AVM Cultural, 1998b. Sem paginação.

_____. *[sic]* **Epopéia da Lapa**. Curitiba, AVM Cultural, 1999. Sem paginação.

_____. **Guerra do Paraguai**. Curitiba: AVM Cultural, 2000. Sem paginação.

_____. **Revolução de 1924**. Curitiba: AVM Cultural, 2001.

_____. **Revolução de 1930**. Curitiba: AVM Cultural, 2002.

_____. **Porecatu, Sudoeste e outros episódios**. Curitiba: AVM Cultural, 2003. Sem paginação;

_____. **Revolução de 1932**. Curitiba: AVM Cultural, 2004.

TOLEDO Júnior, João Carlos. **A participação da Polícia Militar do Paraná nos conflitos bélicos: da Guerra do Paraguai ao Contestado**. Curitiba: AVM Cultural, 2017.

Entre armas e pincéis: o quadro “Batalha do Avaí” e o seu contexto histórico de produção

Ricardo Luiz de Souza¹

Resumo

O presente artigo busca analisar o início, o desenvolvimento e os desdobramentos da Guerra do Paraguai ou Tríplice Aliança (1864-1870). O artigo também pretende analisar as diversas interpretações historiográficas produzidas sobre o conflito e, não obstante, a relação de uma destas correntes com a produção do quadro “Batalha do Avaí” (1877), do pintor oitocentista Pedro Américo. Para finalizar, estabeleceremos uma relação entre a confecção desta tela e a sua época de produção, ou seja, a segunda metade do século XIX, já que este período foi fortemente influenciado pela chamada “pintura histórica” e pelo financiamento estatal em pinturas que buscavam retratar feitos, heróis e a grandiosidade de uma nação.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Batalha do Avaí, Império, Pintura Histórica.

Entre armas y cepillos: el cuadro “Batalha do Avaí” y el suyo contexto histórico de producción

Resumen

El presente artículo busca analizar el inicio, el desarrollo e los desdobramientos de la Guerra do Paraguay o Tríplice Alianza (1864-1870). El artículo también pretende analizar las diversas interpretaciones historiográficas producidas sobre el conflicto y, sin embargo, la relación de una de esas corrientes con la producción de la tela “Batalha do Avaí” (1877), del pintor ochocentista Pedro Américo. Para concluir, estableceremos una relación entre la confección de esa tela y su época de producción, es decir, la segunda mitad del siglo XIX, ya que este período histórico fue fuertemente influenciado por la llamada “pintura histórica” y por la financiación estatal en pinturas que buscaban describir hechos, héroes y a grandiosidad de una nación.

Palabras-clave: Guerra del Paraguay, Batalla del Avahy, Imperio, Pintura Histórica

¹ Mestrando em História Ibérica na Universidade Federal de Alfenas. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0658-0694>. E-mail: ricardoluisouza@gmail.com

Introdução

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um conflito sul-americano que envolveu centenas de milhares de combatentes e mobilizou quatro nações na segunda metade do século XIX. Arrasou economias, ceifou milhares de vidas e remodelou fronteiras. Tal conflito ainda está no imaginário dos povos pertencentes à Bacia do Prata, sendo um objeto de estudo de ampla investigação histórica por parte de seus envolvidos. As razões para o começo deste conflito vão de questões relacionadas a territórios fronteiriços não definidos, passando por disputas na navegação fluvial na região platina e o crescimento do sentimento nacionalista das recém ex-colônias ibéricas (MAGNOLI, 1997).

Este conflito que durou quase seis anos, deixou um rico acervo artístico produzido por todos os países beligerantes. A partir de muitos quadros históricos realizados pelos países envolvidos, a historiografia ganhou uma importante fonte para auxiliá-la nas diversas investigações sobre a guerra e as suas representações.

O presente artigo busca apresentar um panorama geral sobre a Guerra do Paraguai, estabelecendo uma relação com as diferentes visões historiográficas produzidas sobre o conflito armado. No decorrer do trabalho, buscamos apresentar o contexto histórico de produção do quadro “Batalha do Avaí”, do pintor Pedro Américo, e a sua relação com a construção de uma memória sobre a guerra, pautada no heroísmo, civilidade e na pujança do Império Brasileiro de Dom Pedro II.

As causas do conflito

Segundo Magnoli (1997), a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança foi uma disputa dos Estados Platinos pelo domínio político-econômico da região da Bacia do Prata, além da discordância quanto às áreas de navegações fluviais. Ademais, o conflito foi motivado pela indefinição de fronteiras entre essas nações recém-criadas, questão essa que já vinha sendo arrastada deste o período de controle das nações ibéricas sobre a região.

Nesse ínterim, o Império do Brasil estava politicamente consolidado desde o começo da primeira metade do século XIX, exercendo um certo controle sobre a Bacia do Prata. No entanto, o Império enxergava essa preponderância ameaçada pela Argentina e, a partir de 1860, pelo Paraguai. De acordo com Ferreira (2006) as províncias argentinas estavam unificadas em torno de Buenos Aires; porém, elas também se viam ameaçadas pelas forças paraguaias que mantinham boas relações com as províncias de *Entre-Ríos* e *Corrientes*, províncias estas em que o ideal federalista ainda não fora de todo extirpado e que tinham uma forte rejeição à centralidade imposta por Buenos Aires. Nisso, o Paraguai buscava aproximar-se do Uruguai, de modo a impedir a ingerência do Brasil sobre

2 Utilizamos a grafia “Avaí” ao invés da grafia original “Avahy”, de 1877.

o mesmo e ampliar seu comércio exterior, além de ter acesso à importação e exportação de seus produtos principais, nesse caso o mate, o couro e charque. Apesar de ser um país sem acesso ao mar, o Paraguai buscava uma navegação livre pelos rios platinos, motivo pelo qual entraria em conflito com as demais nações circundantes.

O Ditador Solano Lopez buscava apoio das províncias de Entre Rios e Corrientes (na Argentina) e de parte da elite política uruguaia. Entretanto, sem o apoio desses agentes como planejara deste o início, o Ditador Solano Lopez fez com que Estado Paraguai entrasse em guerra ao aprisionar o navio “Marquês de Olinda” (que levava o Presidente do Mato Grosso), além de invadir o território mato-grossense. Em seguida, Lopez ordena que seus exércitos adentrem nas províncias do norte da Argentina e invade a província brasileira do Rio Grande do Sul. O Império Brasileiro, a Argentina e o Uruguai se uniram na Tríplice Aliança para enfrentar este inimigo em comum, em um longo conflito violento que se estendera de 1864 a 1870, e que, com a exceção da Guerra da Criméia, foi a guerra internacional mais violenta ocorrida em todo o mundo entre 1815 a 1914.

De acordo com Ferreira (2006), a região do Estuário do Prata desde o período colonial foi um foco de uma intensa disputa entre Brasil e Argentina, chamando também a atenção da Inglaterra, pois para esta potência europeia era interessante que as forças da região se mantivessem equilibradas. Todavia, as ações inglesas eram associadas a manipulações na Bacia do Rio da Prata, tal como acontecera em 1827, com a independência da Cisplatina (atual Uruguai). Destarte, a Guerra do Paraguai não foi propriamente um conflito arquitetado pelos ingleses, mas fruto das disputas dos países envolvidos nessa extensa área, visando o controle da região e a conservação de suas autonomias políticas. O Império Brasileiro, por exemplo, conforme afirma Francisco Doratioto (2002), buscava no conflito estabelecer e definir as fronteiras com os países vizinhos, além de reduzir a influência e a ambição por novos territórios da Argentina. Além desses fatores, outro grande objetivo era o de garantir a livre navegação no Rio Paraná, sob o medo de perder o acesso ao Mato Grosso e ver suas províncias mais afastadas da Corte do Rio de Janeiro e serem, posteriormente, influenciadas por ideias separatistas republicanas.

O maior conflito da América do Sul pode ser dividido para melhor entendimento em três fases. A primeira parte começou com as ofensivas paraguaias na província de Mato Grosso, em dezembro de 1864. O exército paraguaio aprisiona o navio Marquês do Paraná, que a bordo continha o presidente daquela província brasileira. Em seguida, as tropas paraguaias entram em Corrientes, na Argentina, em abril de 1865. Em maio de 1865, o exército paraguaio atravessou *Misiones* e invadiu o Rio Grande do Sul, buscando a aliança com algumas tropas partidárias uruguaias. Basile (1990), disserta que o início a invasão obteve relativo sucesso, mas que depois foi suprimido tanto pela superioridade das forças aliadas ou pela falta de logística e cálculos errados da estratégia paraguaia. Em setembro, a divisão do exército paraguaio que atacou a Província do Rio Grande do Sul se rendeu

aos aliados em Uruguiana. O Exército paraguaio então se retirou, atravessando o Rio Paraná. Em seguida, o exército guarani preparou-se para o embate em seu território, montando uma forte defesa na fronteira sul do país. Enquanto isso, no Rio Paraná, degingolava a Batalha do Riachuelo, a única grande batalha naval da guerra. Nessa batalha, a Marinha brasileira capitaneada pela figura do Almirante Tamandaré, um grande ícone exaltado pela historiografia de cunho nacionalista e pela pintura histórica, destruiu a incipiente Marinha paraguaia, criando um bloqueio de suprimentos para o Paraguai que se estenderia até o final do conflito.

O desenrolar do conflito

A segunda fase, que é a mais sangrenta do conflito militar, teve início quando as tropas da Tríplice Aliança invadiram o território paraguaio a partir de abril de 1866, instalando seu quartel-general em Tuiuti. Em maio, as forças da Tríplice Aliança repeliram um grande contra-ataque paraguaio, vencendo assim, a famosa batalha do Tuiuti. Mas de acordo com Salles (1992), os exércitos da Tríplice Aliança não encontrariam vida fácil até subir pelo extenso rio Paraguai. Existiam poucos mapas sobre o Paraguai e o terreno pantanoso - conhecido como *chaco* -, era de difícil mobilidade. Por outro lado, as tropas paraguaias acostumadas com a geografia de seu país, tiveram algumas vantagens em relação às tropas da Tríplice Aliança.

Entretanto, pouco tempo depois, os aliados sofreriam sua pior derrota. Ela aconteceu em Curupaiti, ao sul de grande Fortaleza de Humaitá, no rio Paraguai. As tropas aliadas não retomaram o avanço até julho de 1867, quando se iniciou uma movimentação para cercar a grande Fortaleza fluvial de Humaitá. Essa Fortaleza bloqueava o acesso ao rio Paraguai e a capital paraguaia, Assunción. Mesmo assim, se passou mais de um ano de muitos confrontos para que aliados ocupassem e destruíssem as armas da grande e bem defendida fortaleza de Humaitá.

Em 1868, depois de dominar Humaitá, as tropas aliadas seguiram a passos largos rumo a completa derrota do exército paraguaio na Batalha de *Lomas Valentinas*, em dezembro. Esse período ficou conhecido como a *dezembrada*³ e foi o período que as tropas aliadas praticamente dizimaram o restante do efetivo paraguaio.

As tropas aliadas, possuindo em suas fileiras a maioria de brasileiros, sob o comando do marechal Luís Alves de Lima e Silva (o futuro Duque de Caxias), finalmente entraram em Assunción, no dia 10 de janeiro de 1869. De acordo com Doratioto (2002), Caxias deixou por vencida a guerra

3 A “Dezembrada” é a expressão que foi usada para um série de batalhas vencidas pela Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, em dezembro de 1868. Estas batalhas praticamente destruíram o já exausto e reduzido exército paraguaio. A “Dezembrada” é composta das seguintes batalhas: Batalha de Itororó, 6 de dezembro; Batalha de Avaí, 11 de dezembro; *Batalha de Lomas Valentinas*, 21 a 27 de dezembro. Destas, a maior e mais sangrenta foi a que aconteceu no arroio de nome “Avahy”.

com a tomada de Assunción, o que causou um tremendo mal-estar entre sua pessoa, o parlamento e o Imperador, Dom Pedro II. Para substituir o posto de Caxias, o Imperador nomeia seu genro, o francês Conde D’eu. Solano López, acuado, formou um novo exército composto por maltrapilhos, velhos, crianças e mulheres, que em ato de desespero e valentia, entrincheiraram-se na Cordilheira a leste de Assunción e começaram uma campanha de guerrilha. Foram sumariamente derrotados, e seus soldados massacrados na última grande batalha em Campo Grande, batalha essa com uma grande mortandade de crianças paraguaias. Solano Lopez foi perseguido no norte do Paraguai por tropas brasileiras, sob o comando do Conde D’eu por mais seis meses, até finalmente ser acochado e morto em Cerro Corá, no extremo nordeste do Paraguai, no dia 10 de março de 1870. Em 27 de julho de 1870, foi assinado um tratado de paz preliminar entre os envolvidos no conflito e o Paraguai foi ocupado militarmente pelas tropas brasileiras, argentinas e uruguaias.

As consequências da guerra do Paraguai

Conforme nos assinala Basile (1990), o saldo da guerra foi muito negativo para o Paraguai, pois além do intenso massacre que sofrera sua população, das perdas materiais e da devastação de seu território, o país teve toda a sua economia arruinada. Como se não bastasse, ainda ficou sob a tutela do Brasil no imediato pós-guerra, ainda que preservando sua Independência formal. Acerca das perdas do Paraguai no pós-guerra “[...] foi-lhe imposta pelos aliados uma vultuosa indenização (revista mais tarde, embora pelo Brasil somente durante a Segunda Guerra Mundial) e ainda perdeu cerca de 40% de seu território para Brasil e Argentina [...]” (BASILE, 1990, p. 262). No entanto, no que tange aos outros dois países platinos que participaram da guerra, a Argentina e Uruguai, respectivamente, o historiador Basile (1990, p. 262) discorre:

[...] Apesar das perdas elevadas que teve em termos de vidas humanas e recursos materiais, dos prejuízos econômicos e dos empréstimos contraídos com a casa bancária inglesa *Baring Brothers*, conseguiu assegurar para si o território litigioso das *Misiones* e a região do *Chaco* central, embora, graças à intervenção da diplomacia brasileira, o mesmo não tenha ocorrido com a pretendida área norte do *Chaco*. Já o Uruguai, cuja participação na guerra foi bastante pequena, foi pouco afetado pela mesma em relação aos outros envolvidos [...] (BASILE, 1990, p. 262)

Entretanto, o Império Brasileiro obteve do Paraguai todo o território que reivindicava, entre os rios *Apa* e *Branco*. Não obstante, a Guerra possibilitou que o Império tivesse um certo surto industrial na produção de produtos têxteis e bélicos; mas por outro lado, o conflito fez que o Brasil tivesse enormes perdas humanas e materiais, sendo só superadas, talvez, pelas do Paraguai. Além destes fatores, o Império ficou com as finanças públicas profundamente abaladas e se viu obrigado a

pedir, em setembro de 1865, um gigantesco empréstimo de sete milhões de libras ao banco britânico *Rothschild.*, fator que alargou ainda mais a dívida externa nacional e gerou uma crise cambial⁴.

A Guerra do Paraguai fortaleceu o Exército Brasileiro como instituição, aumentando sua importância nos rumos políticos do país a partir de então. O intenso conflito também teve outros claros efeitos, tais como o sentimento de patriotismo e identidade:

Favoreceu o fortalecimento dos laços nacionais e, entre os vitoriosos, a consolidação dos Estados nacionais, no caso brasileiro – em que como visto, nem a independência, nem os acontecimentos subsequentes tiveram êxito em desenvolver um sentimento profundo de identidade nacional (BASILE, 1990, p. 263)

Todavia, a Guerra do Paraguai trouxe ao Brasil um fator muito importante para a construção da identidade brasileira no século XIX, pois congregou pela primeira vez na história do jovem país sul-americano, um certo espírito de civismo em todas as esferas da sociedade nacional. O Império Brasileiro usaria sabiamente esta característica, principalmente no que concerne ao financiamento de artistas e pintores para a confecção de quadros históricos representando a glória e opulência do Império Brasileiro em armas. Os dois maiores artífices desse financiamento estatal serão Victor Meireles e Pedro Américo.

As diferentes versões historiográficas da guerra

O maior conflito armado da América do Sul não podia deixar de ter diversas explicações para o seu motivo e desenrolar. No decorrer das décadas, vários autores debruçaram-se sobre a complexidade desse conflito sul-americano.

Sousa (1996) aborda em sua obra “Escravidão ou Morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai”, as diferentes visões que surgiram e tentavam explicar a Guerra do Paraguai. As primeiras historiografias produzidas sobre o assunto, que surgiram logo após o final da guerra, pautavam-se em demonstrar a grandeza do Império Brasileiro, sua ordem e pujança frente ao “obscurantismo e trevas” do Paraguai de Solano Lopez. O autor salienta que Manoel Chagas, em sua obra de cunho nacionalista intitulada a “Guerra do Paraguai”, descreve que tal visão foi baseado no Estado Positivo, firme e coeso, contra uma anarquia social, política e militar governada por um tirano. Essas abordagens demonstram uma história factual, sem a total relação dos fatos, apresentando os fatores da guerra à bruteza e indolência dos paraguaios:

4 Outra crise que o Império teve que lidar foi em relação ao modo de produção escravista. Ricardo Salles enfatiza que a Guerra do Paraguai foi a primeira grande crise do regime escravista, pois muitos dos combatentes que lutaram bravamente no conflito eram ex-escravos alforriados. Essa questão sofrerá grande polêmica nos anos subsequentes, devido principalmente ao fato que os escravos eram tratados como mercadoria no território brasileiro e sujeitos sem algum direito civil; porém, na falta de combatentes brancos para engrossar as fileiras para a luta contra o inimigo externo, proprietários e o Estado usam o artifício da alforria em troca da luta na Guerra. Essa questão trará novamente o debate abolicionista na Câmara e no Senado e a volta dos grupos abolicionistas. Ver: SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

O isolamento do Paraguai, o Regime Ditatorial, a navegação dos rios, as fronteiras de seus limites são apresentadas a partir do que se considera a índole brutal da etnia Guarani e do Ditador – e não como problema social pertinente à formação das nações envolvidas no conflito (SOUSA, 1996, p. 22).

Segundo Sousa (1996), no período republicano brasileiro, a historiografia sobre a Guerra do Paraguai destacava o Exército como o principal artífice pela vitória no conflito, sendo este o principal sujeito histórico do período belicoso. É também uma história altamente factual e que se debruça principalmente sobre os documentos oficiais de generais e dos governos. Esta ênfase objetivava exaltar o exército como o principal agente da razão e da ordem, além de servir para reafirmar a própria República recém-empossada depois do golpe de 15 de novembro.

Entretanto, outros autores desse período também se debruçaram em tentar explicar a complexidade do conflito latino sob novas perspectivas. Conforme Souza (1996, p. 60), o autor Hoerten Box, por exemplo, ao descrever em seu livro *“las origenes de la guerra de la Paraguay contra la Tríplice Aliança”*, debruça-se sobre as razões do conflito, enumerando as tensões fronteiriças e os domínios das navegações fluviais como um grande eixo norteador das tensões no local.

A partir dos anos 60, com a influência da Nova História e do Marxismo, a historiografia da Guerra do Paraguai se transforma. Assim, novos historiadores trazem novas interpretações acerca do conflito, tratando-o de uma forma menos memorialística e mais conjectural. Chiavenato (1982) descreve que a guerra foi uma espécie de “Genocídio Americano”, causada pelo capitalismo imperialista da Inglaterra⁵, que não queria uma república autônoma economicamente. O autor ainda salienta e critica a historiografia saudosista dos países vencedores:

Substitui-se uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura de nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar Brasil e Argentina para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina (CHIAVENATTO, 1982, p. 10).

Finalmente, a partir da década de 1980, com o paulatino avanço dos cursos de Pós-graduação em História, com novas pesquisas e com o uso de novas fontes, inicia-se o processo da construção uma nova corrente historiográfica sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Os principais expoentes dessa corrente são Ricardo Salles, Leslie Bethell e Francisco Doratioto. Esses historiadores combatem veementemente a tese de que a Inglaterra foi a principal artífice do conflito, e questionam com fontes primárias a condição que os autores de outrora tinham de um Paraguai independente e autônomo economicamente. Um dos argumentos dessa corrente é que a Inglaterra, no período anterior ao conflito, tinha péssimas relações diplomáticas com o Brasil, que podem ser exemplificadas na questão

5 León Pomer descreve o grande papel da Inglaterra como a “mão oculta” que provoca e financia a guerra, já que a mesma temia um desenvolvimento econômico autônomo do Estado do Paraguai. Segundo o autor, o parlamento e a alta burguesia industrial inglesa não ansiavam uma república ou nação que, efetivamente, buscasse caminhar por seus próprios meios e estimulasse seu mercado interno e a industrialização.

Christie e na pressão pelo fim do tráfico intercontinental de cativos. Outros argumentos e colocações apresentadas pelas novas pesquisas é de que justamente a Inglaterra queria um equilíbrio de forças entre os países, além de paz para seus negócios prosperassem na região do Prata.

Produção da tela “Batalha do Avaí” e seu contexto histórico

Pedro Américo de Figueiredo e Melo nasceu no município de Areia, Paraíba, no dia 29 de abril de 1843. Filho do violonista Eduardo de Figueiredo e de Feliciano Cirne, desde cedo mostrou talento para as artes em geral. No ano de 1852, foi convidado para trabalhar como desenhista auxiliar na expedição, pelo Nordeste do Brasil, organizada pelo naturalista francês Jean Brunet. Nessa expedição, seus talentos para o desenho foram notados por toda a equipe (SCHWARCZ, 2013).

No ano de 1854, Pedro Américo foi para o Rio de Janeiro, estudar no Colégio Pedro II. Em 1856, ingressou na Academia Imperial de Belas Artes. Recebeu do Imperador D. Pedro II, uma bolsa para estudar na Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris, para onde foi em 1859. Foi aluno de Jean-Auguste-Dominique Ingres, um dos maiores pintores do neoclassicismo francês. Ainda em Paris, estudou no Instituto de Física de Adolphe Ganot, no curso de Arqueologia de Charles Ernest Beulé e bacharelou-se em Ciências Sociais na Sorbonne com a tese “Considerações Filosóficas Sobre as Belas Artes Entre os Antigos”. Pedro Américo retornou ao Brasil em 1864, passando a lecionar na Escola de Belas Artes. Pouco tempo depois, recebe da Universidade de Bruxelas o título de Doutor em Ciências Físicas e Naturais. Além de produzir várias telas importantes para a história artística brasileira, dedicou-se também à Poesia, ao Romance e a Filosofia. Faleceu em Florença, no dia 7 de novembro de 1905.

A tela “Batalha do Avaí” pintada por ele entre em Florença, entre os anos de 1874 e 1877⁶, é considerada sua obra-prima. Essa tela foi confeccionada com o desígnio de retratar um dos mais importantes episódios da história do exército brasileiro, ocorrido durante a longa Guerra do Paraguai. Esta gigantesca batalha foi um dos momentos decisivos para o começo do desfecho dessa guerra, pois a vitória em Avaí, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1868, praticamente dizimou o já esgotado exército paraguaio. Assim, o pintor da Academia Imperial e Belas Artes não poupou tintas, pincéis e projeções para retratar tal grandiosa batalha. A tela possui dimensões imponentes, medindo 11,00 x 6,00 metros. Atualmente, está exposta no salão nobre do Museu Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro. Conforme salienta Schwarcz (2013), o tamanho elevado deveria refletir as aspirações do artista, pois ele ansiava em corresponder às expectativas de seu imponente cliente, ou seja,

⁶ Em conformidade com SCHWARCZ (2013), Pedro Américo não visitou o campo de batalha usado como pano de fundo de sua tela, tal como fizeram os outros pintores que retrataram a guerra. Todos os materiais, tais como fardas, armas, cartas, relatórios, diários de soldados, fotografias, etc. foram enviadas ao seu ateliê, na cidade italiana de Florença

nada mais, nada menos do que o Estado Monárquico brasileiro. Suas grandes dimensões, no entanto, tinham uma clara intenção.

Isso já indica a vontade de afirmação grandiosa: “maior do mundo”, para empregar o bordão irônico que Mário de Andrade lançava na cultura brasileira. O tamanho, no caso das telas – e por muitas razões, como veremos-, não é secundário. Por ora, assinalemos este aspecto: um quadro desmedido impõe pela exceção, pela evidente proeza que significa realiza-lo e pelo impacto que, por si só, a grandeza, contada em muitos metros, significa para o público que deseja deslumbrar-se (COLI, 2002, p. 116).



Figura 01: visão geral do quadro “Batalha do Awaí”, que está presente no acervo expositivo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro-RJ. Fonte: Arquivo pessoal.

A tela “Batalha do Awaí” fez parte de um movimento artístico muito em voga no decorrer do século XIX: a realização das pinturas históricas. Em geral, “a pintura histórica é um gênero de obra de arte criado sob encomenda, evidenciando um tipo de produção plástica comprometida com a tematização da nação e da política” (CUNHA, 2016, p. 03). Ou seja, tal pintura é criada para exaltar realizações do Estado, buscando uma imagem positiva sobre seus feitos e seus heroísmos. Este gênero adquire prestígio nas academias de arte e é alçada ao primeiro plano na hierarquia acadêmica a partir do século XVII, com a criação da Real Academia de Pintura e Escultura em Paris em 1648. De acordo com Cunha (2016), verifica-se a partir disso um maior estreitamento das relações entre a arte, os pintores e o poder político. A pintura histórica foi uma tendência que surgiu e que se perpetuou fortemente no século XIX, influenciando uma gama de pintores e artistas nas mais variadas regiões do Globo. Manifestou-se com uma demanda indenitária das recém nações criadas nas Américas e também como um movimento surgido com bastante ênfase após a Revolução Francesa. Tem em seu bojo toda uma ideologia nacionalista, com o objetivo de glorificar os feitos de seus heróis ou de seu

povo. Nisso, tal pintura busca ser uma forma de propagandear os feitos do Estado, além de unir o máximo de indivíduos possíveis para congregá-los em seus projetos unificadores (Baxandal, 2006, p. 45).

Molina (2007) descreve o simbolismo que está no cerne das pinturas brasileiras feitas a partir da segunda metade do século XIX. A autora descreve esse estilo de pintura como “nacionalista”, com um forte cunho patriótico e ideológico, pois fazia parte de todo o contexto de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no ano de 1837. O IHGB surgiu com o intuito de criar uma narrativa histórica para o Brasil, já que o mesmo era uma nação americana recentemente emancipada de sua metrópole. Assim, os quadros que representam grandes batalhas pertenciam ao gênero mais apreciado pelo poder. Desta forma, diversos projetos de grande porte são encomendados pelo Poder Imperial para exaltar honras militares e símbolos nacionais.

Outrossim, estas pinturas demonstram o empenho de seus produtores na edificação do culto às figuras heroicas e à Nação. O caráter oficial destes quadros era equilibrado por um conteúdo de crônica, quase anedótico, no qual o artista exercia certa liberdade criativa, se distanciando dos aspectos solenes.

Após a eclosão da Guerra do Paraguai, consolidou-se de vez o modelo de promoção das artes por parte dos cofres estatais. A peleja internacional conferiu à Corte Imperial e aos Ministérios novas exigências de propaganda, com o objetivo de construir uma narrativa heroica nacional, na qual a contribuição da pintura revelou-se determinante.

De acordo com Schwarcz (2013), até então a monarquia era representada de maneira alegórica e barroca (com figuras angelicais e outros deuses retirados do Mundo Greco-romano). A partir da consolidação do poder monárquico, em 1850, o objetivo agora era figurar o próprio monarca ou representantes da realeza em cenas de grande bravura defendendo a nação e a sua integridade. A pintura de batalhas objetivava assim, a priori, a celebração de um feito heroico e ilustre, exaltando comandantes, descrevendo confrontos, exércitos e os lugares onde ocorreram as pelejas.

Logo após seus mais de 04 anos de confecção na Europa, a tela foi exposta no ano de 1877, em Florença, e contou com as presenças do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Thereza Cristina, além de outras importantes personalidades europeias. A exposição durou 18 dias e recebeu um número expressivo de visitantes. O artista ganhou inúmeras críticas favoráveis, enalteceram sua preocupação com a precisão histórica e sua capacidade de captar a intensidade dramática da batalha.

Em 1879, a tela vem ser exposta no Rio de Janeiro, ao lado da tela “Batalha dos Guararapes”, do contemporâneo e também pintor oitocentista, Victor Meireles. Esta exposição acaba atraindo grande público para sua primeira visualização, visto que uma das principais premissas desse modelo de pintura era o de transparecer ao máximo a realidade da batalha, aproximando o evento de seu público alvo: os súditos de Dom Pedro II.

A tela “Batalha do Avaí” foi um produto do seu período e, ao mesmo tempo, pode ser caracterizada como uma tentativa de descrever àquela batalha nos moldes que seus agentes financiadores queriam retratar. Segundo Coli (2013), a sua confecção serviria para a demonstrar o poder, a civilização e a supremacia militar do Império e do Exército Imperial frente ao seu público alvo: o público brasileiro.

Considerações finais

Neste trabalho, objetivamos levantar alguns importantes momentos da Guerra do Paraguai. Não obstante, apresentamos algumas consequências de seu desfecho para os países beligerantes, além é claro, das interpretações historiográficas que surgiram para a análise deste conflito.

Contudo, este trabalho também buscou demonstrar que uma imagem nunca pode ser desarraigada das ideias da época, as condições históricas e das ideologias de seus idealizadores ou patrocinadores. O quadro “A Batalha do Avaí” foi, antes de tudo, um produto cultural e artístico de seu tempo. Pedro Américo, seu idealizador, buscou revelar a grandiosidade do Império Brasileiro frente ao um dos seus maiores desafios, isto é, o combate duro e tenaz na batalha do arroio Avaí. Foi um quadro que teve como mote uma tendência artística do século XIX, a da pintura histórica, uma vez que os artistas buscavam retratar o heroísmo e o culto às nações, em uma época que os sentimentos de nacionalidade também estavam sendo construídos com pincéis, paletas e tintas. Além disso, Pedro Américo pretendia expor a grandiosidade do Império Brasileiro frente à barbárie dos maltrapilhos e selvagens soldados paraguaios, como forma de endeusar os feitos de seu patrocinador, ou seja, o Imperador Dom Pedro II.

Entretanto, como podemos perceber, a Guerra do Paraguai não carregou, a priori, nenhuma honra ou benefício para os países envolvidos. Foi um conflito longo, que estraçalhou a população do Paraguai em termos econômicos, demográficos e estruturais, além é claro, de ter levado a um grande prejuízo de vidas aos países aliados. Exacerbou, no caso do Brasil, o aumento da dívida externa e a contradição do uso de escravos alforriados como força militar, visto que esses indivíduos não possuíam o estatuto de cidadãos brasileiros. De heroico e épico esta guerra não teve nada, entretanto, a manufatura do quadro “Batalha do Avaí” buscava a construção dessa narrativa heroica, nacionalista e, acima de tudo, a edificação de um Estado civilizado, centralizado e organizado.

Referências bibliográficas

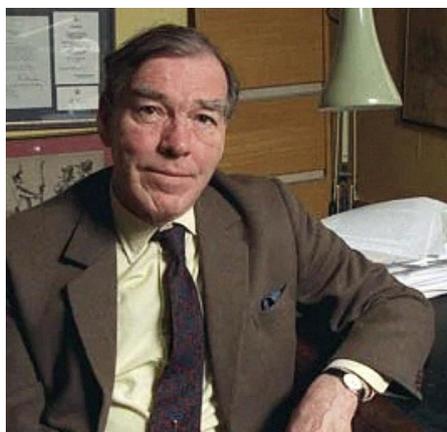
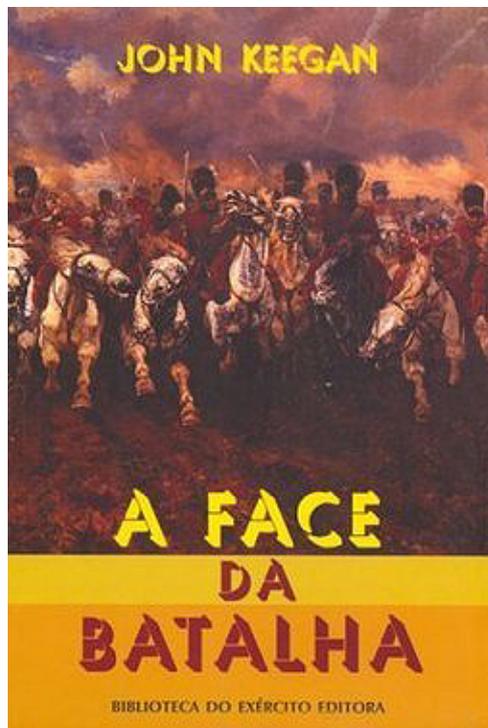
- BASILE, Marcelo Otávio de Neri. **O Império Brasileiro: panorama político** In. LINHARES, Maria Yedda [org.]; **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro. Campus, 1990.
- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- COLI, Jorge; **Pedro Américo, Victor Meirelles, entre o passado e o presente**. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA). No 3 | Año 2013.
- CUNHA, Angelina Maria Lopes da. **O cartaz como arma de propaganda: a literacia visual histórica de alunos de 9º ano de escolaridade**. Lisboa. 2009. Tese de Doutorado.
- CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. Editora Brasiliense, 1982.
- DA CUNHA, Alvaro Saluan. **A Rendição de Uruguaiana, de Pedro Américo, e as litografias na Guerra do Paraguai**. CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA DA UFJE, p. 1.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: a nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **O rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Moderna, 1997.
- MOLINA, Ana Heloisa. **Ensino de História e Imagens: possibilidades de pesquisa**. Domínios da imagem, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2014.
- POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense**. São Paulo: Global, 1980.
- _____. **Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado**. São Paulo: Global, 2001.
- SALLES, Ricardo. **A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **Guerra do Paraguai: memórias & imagens**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Batalha do Avaí: a beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo**. São Paulo. Sextante Artes, 2013.
- SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad / Adesa, 1996.

Livro em Destaque

Keegan, John. A Face da Batalha. Rio de Janeiro, Bibliex: 2000

Este clássico da História Militar aborda três batalhas travadas em diferentes épocas, que balizam a evolução da arte da guerra: Azincourt (1415); Waterloo (1815) e Somme (1916).

Segundo o próprio Keegan, a escolha das batalhas tratadas não observou qualquer critério específico. Resultou unicamente da disponibilidade de fontes confiáveis que satisfizessem aos propósitos do autor, cujo objetivo manifesto era mostrar, com a maior fidelidade possível, os horrores do campo de batalha, independentemente dos efeitos do armamento empregado - arco e flecha, armas de fogo, agentes químicos ou outros engenhos bélicos - e como e porque seus participantes controlaram o medo, suportaram os ferimentos e enfrentaram a morte.



O autor

Sir John Desmond Patrick Keegan (1934 – 2012) Historiador de prestígio internacional foi sem dúvida um dos autores que mais contribuíram para a renovação da História Militar. Ocupou a cadeira de História Militar na Academia de Sandhurst de 1960 a 1986, lecionou em Cambridge e Princeton e foi correspondente e depois editor de assuntos de defesa do Jornal Daily Telegraph. Possui diversas obras publicadas no Brasil, entre elas:

Uma História da Guerra; História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial; A Máscara do Comando; Barbarossa – A Invasão da Rússia; Dien Bien Phu; A Inteligência na Guerra e A Guerra do Iraque.

Título: A Face da Batalha

Título original: The Face of Battle

Editora: Biblioteca do Exército

ISBN: 9788570112712

Edição: 2000

Número de Páginas: 302

Acabamento: BROCHURA

Formato: 16.00 x 23.00 cm

Preço médio: esgotado nas livrarias, disponível em sebos e em inglês



Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.